

MARIA CECÍLIA DE MEDEIROS ABRAS

**LENDO NO JORNAL *STELLA MARIS* (1938-1945) AS
MARCAS DE FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS
EM UMA ESCOLA NORMAL CATÓLICA
DE MINAS GERAIS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – CURSO DE DOUTORADO
CAMPO GRANDE/MS
2010**

MARIA CECÍLIA DE MEDEIROS ABRAS

**LENDO NO JORNAL *STELLA MARIS* (1938-1945) AS
MARCAS DE FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS
EM UMA ESCOLA NORMAL CATÓLICA
DE MINAS GERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como exigência final para obtenção do grau de Doutora em Educação, sob a orientação da Professora Dra. Eurize Caldas Pessanha.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – CURSO DE DOUTORADO
CAMPO GRANDE/MS
2010**

BANCA JULGADORA

Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha - Orientadora
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Alda Maria do Nascimento Osório
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Maurilane de Souza Bicas
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Álvaro Luiz Moreira Hypólito
Universidade Federal de Pelotas

Dedico este trabalho à Raissa, o grande amor de minha vida, filha que estimulou, de forma permanente, todas as conquistas realizadas, razão de ser no enfrentamento dos sucessivos desafios da vida.

Dedico, também, ao eterno amigo Renato Gomes Nogueira, com o qual ganhei e compartilhei os melhores momentos durante esta formação.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Eurize Caldas Pessanha, orientadora deste trabalho de tese, pela confiança e pela notória capacidade profissional.

Ao meu marido Luiz Antonio Corrêa pela presença constante e pelo incondicional apoio que só o amor é capaz de realizar. Sem ele nada do longo caminho já percorrido seria suficiente para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas de turma Carla, Cristiane, Fernando, Lara, Maria Alice, Vivina pelo convívio saudável, amigável e incomum nesse tipo de espaço profissional. De forma especial, às colegas e amigas Carina Almeida e Rose Ziliane.

À Universidade Federal de São João del-Rei/MG, pela oportunidade oferecida na continuidade da formação profissional.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela acolhida deste projeto de Doutorado.

À CAPES, através do PQI, pela oferta de bolsa durante doutoramento.

À Direção do Colégio Nossa Senhora das Dores, da cidade de São João del-Rei de Minas Gerais, pela disponibilidade, pela confiança, pela generosidade de oferecer o Jornal estudantil Stella Maris, pelo respeito, e finalmente por todo acesso aos documentos escolares necessários a construção desta tese.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Aos amigos das famílias: **Ziliani, Almeida, Milhomem, Nogueira e Leão**, na acolhida, de *accolligere* (latim), *acolher* (pt), *acoger* (es), *acueril* (fr), *hosting* (en) e em todos os idiomas aqui não citados, mas com o significado único de abrir. Abrir o coração, abrir a casa, abrir a intimidade familiar para o outro que acaba de chegar e torná-lo família. Abrir-se a alguém para, numa rotina qualquer e/ou em ocasiões especiais, compartilhar tudo, estabelecendo vínculos que pela rara hospitalidade me fizeram viver intensa na desconhecida cidade e apenas esse pensamento de Clarice Lispector pode traduzir:

“Renda-se como eu me rendi.

Mergulhe no que você não conhece

Como eu mergulhei.

Pergunte sem querer a “resposta”, como eu estou perguntando.

Não se preocupe em “entender”.

Viver ultrapassa todo o entendimento.

Obrigada Campo Grande/MS pelos grandes ensinamentos, histórias e presentes recebidos desse lugar, essencialmente dos amores que vieram para somar os momentos mais lindos que marcaram a minha história neste lugar que guardarei de forma muito especial.

Do Mato Grosso do Sul, guardo inúmeras recordações: as belezas presenciadas, os lugares que conheci, o aprendizado com os homens pantaneiros e indígenas, as passagens obrigatórias nas fronteiras que o cercam, os amigos que a vida, de formas diferentes impôs deixar e, principalmente, a essência encontrada no processo de formação que nunca seria o mesmo sem a capacidade de “**ser**” na composição da primeira e inesquecível turma do Curso de Doutorado em Educação do PPGEdu/UFMS. A todos, um carinhoso beijo e o meu eterno obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as marcas de formação de professoras primárias durante o Estado Novo, tomando como fonte documental o jornal colegial *Stella Maris*, editado pelo Colégio Nossa Senhora das Dores do município mineiro de São João del-Rei. O referencial teórico utilizado centra-se nos estudos de Pierre Bourdieu (1999, 2004, 2005, 2007) que tratam dos conceitos de capital cultural, *habitus*, distinção, representação; de Michael Certeau (1994) sobre representações, estratégia e apropriação. nos estudos sobre história da educação desenvolvidos por Tanuri (2000), Lellis (1983), Alves (1986), Prates (1989), Villela (1990), Vidal e Faria Filho (2002), Peixoto (2003), Hilsdorf (2003) e Rosa (2005), que tratam de dimensões diversas da questão formação da professora primária no Brasil, articulando as diferentes dimensões que envolvem a criação das escolas normais e seu desenvolvimento, e, ainda, nos estudos de Vaz (2006), Freitas e Biccas (2009) e Certeau (1998) foram de suma importância. Os resultados dessa investigação apontam algumas dimensões da conformação da representação de identidades docentes de professoras primárias durante o Estado Novo, identificadas no jornal *Stella Maris* (1938-1945), instrumento de comunicação e controle que serviu aos propósitos educacionais dos estadonovistas. Entre as marcas de formação impressas no jornal *Stella Maris*, destacam-se: a. cumprimento da regulamentação, acatamento de ordens superiores, eficiência, uniformização; b. proposição de modelos em função da necessidade de conformação das mentes; c. o magistério primário como vocação feminina e educação como condutora da moral e da ordem social. A relevância social e científica dessa pesquisa deve ser entendida a partir da riqueza e originalidade presentes na fonte documental utilizada, ainda inédita nos diferentes trabalhos que abordam a formação de professoras durante o governo do Estado Novo. Sua contribuição na ampliação do tema pode somar-se às pesquisas historiográficas, sendo ainda de grande importância na formação dos alunos dos cursos de Pedagogia e demais Licenciaturas, bem como dos profissionais de outras áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores; História da educação; Periódicos educacionais e escolares.

ABSTRACT

This research had for its object identity of the formation of primary schoolteachers during the *Estado Novo* period, with its principal documentary data source being the college journal *Stella Maris*, edited by the Nossa Senhora das Dores College of the San João Del Rei municipality, [MG].. The theoretical framework was based on studies of Pierre Bourdieu [1999, 2004, 2005, 2007] dealing with the concepts of cultural capital, *habitus*, distinction, representation, on Michel de Certeau [1994], on representations, strategy, and appropriation and on sties on the history of education developed by Tanuri [2000], Lellis [1983], Alves [1986] Prates [1989], Villela [1990], Vidal e Faria F [2002]. Casasanta [2003], Hilsdorf [2003] e Rosa [2005], dealing with diverse dimensions of the primary schoolteachers in Brazil, articulating the different dimensions involved during the creation of normal schools and their development, and also in studies by Vaz (2006), Freitas and Biccas (2009) and Certeau (1998). Results of the investigation explicated some dimensions of the process of the formation of primary schoolteachers during the *Estado Novo*, identified in the journal *Stella Maris* (1938-1945), an instrument of communication and control, serving the educational proposals of the period's rulers. Such research results indicate some dimensions of the conformation of the representation of teacher's identities of primary teachers during the Estado Novo, identified *Stella Maris* High School in the newspaper, instrument communication and control that served the educational purposes of the New State. Among the brands formation printed in the newspaper Stella Maris, include: a. compliance with regulations, adhering to higher orders, efficiency, uniformity, b. proposition of models depending on the need for shaping the minds c. the primary teaching as a vocation and female education as guided by the moral and social order. The social and scientific relevance of this research must be understood from the standpoint of the wealth and originality present in the source used, still unedited in different works treating teacher training suring the *Estado Novo* government. Its contribution to the widening of the theme can add to historiographical research, still being of great importance to the formation of Pedagogical Course students and other Licenciates, as well as professionals from other areas.

KEYWORDS: Teacher training; History of Education; Educational and schooling periodicals

RESUMÉ

Cette recherche a pour objet identifier les traces de la formation des institutrices primaires au cours de l'Estado Novo, en prenant comme document source le journal collegien *Stella Maris* édité par le Colégio Nossa Senhora das Dores à São João del-Rei, Minas Gerais. Le cadre théorique est centré sur les études de Pierre Bourdieu (1999, 2004, 2005, 2007) traitant des concepts comme le capital culturel, l'habitus, la distinction et la représentation; Michael Certeau (1994) de représentations, de stratégie et de appropriation et des études sur l'histoire de l'éducation mis au point par Tanuri (2000), Lellis (1983), Alves (1986), Prates (1989), Villela (1990), Vidal e Faria Filho (2002), Casasanta (2003), Hilsdorf (2003) et Rosa (2005), traitant de divers aspects de la formation des institutrices primaires au Brésil, en reliant les différentes dimensions qui impliquent la création des écoles normales et leur développement et aussi, dans les études de Vaz (2006), Freitas et Biccias (2009) et Certeau (1998). Les résultats de cette recherche explicitent certains aspects du processus de formation des institutrices primaires, identifiée dans le journal *Stella Maris* (1938-1945), instrument de communication et de contrôle qui ont servi aux fins éducatives de la période politique de l'Estado Novo, au Brésil. ont critiqué les résultats de telles recherches indiquent certaines dimensions de la conformation de la représentation des identités des enseignants des enseignants du primaire au cours de l'Estado Novo, identifiés dans communication: a. conformité avec les règlements, en adhérant à des ordres supérieurs, l'efficacité, l'uniformité, b. proposition de modèles en fonction des besoins pour façonner les esprits c. l'enseignement primaire comme une vocation et l'éducation des femmes en tant que guidée par l'ordre moral et social. La pertinence sociale et scientifique de cette recherche doit être comprise à partir de la richesse et de l'originalité présentes dans la source utilisée, encore inédite dans les différentes études qui portent sur la formation des institutrices primaires pendant la période de l'Estado Novo. La contribution de cette étude à l'expansion du thème peut ajouter aux recherches historiographiques, étant toujours très importante pour la formation des étudiants de Pédagogie, ainsi que pour les professionnels d'autres domaines.

MOTS-CLES: Formation des professeurs; Histoire de l'éducation; Pratiques de lecture et d'écriture; Périodiques éducationnelles et scolaires.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1- COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES DE SÃO JOÃO DEL-REI EM MINAS GERAIS	35
ILUSTRAÇÃO 2 - HALL DA ENTRADA PRINCIPAL DO C.N.S.D.	38
ILUSTRAÇÃO 3 - QUADRO DE FORMATURA DAS PROFESSORANDAS E LICENCIADAS	39
ILUSTRAÇÃO 4 – ANÚNCIO	43
ILUSTRAÇÃO 5 - CONGRATULAÇÕES PELA PREMIAÇÃO	50
ILUSTRAÇÃO 6 - REDAÇÕES PREMIADAS.....	58
ILUSTRAÇÃO 7 - CAPA DO PRIMEIRO JORNAL DA SEQUÊNCIA ENCONTRADA	60
ILUSTRAÇÃO 8 – EXPEDIENTE	61
ILUSTRAÇÃO 9 - PROPAGANDA DA ESCOLA EM UMA DAS PÁGINAS DO JORNAL.....	101

LISTA DE TABELA

TABELA 1 – LOCALIZAÇÃO ANUAL DAS EDIÇÕES DO JORNAL <i>STELLA MARIS</i> – COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES DA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI, MG	29
---	-----------

LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1 – NÚMERO DE ALUNAS MATRICULADAS NO COLÉGIO
NO PERÍODO DE 1937-194844**

**QUADRO 2 – CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESCOLAS
NORMAIS NO PAÍS75**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - PONTO DE PARTIDA DESTA INVESTIGAÇÃO	23
1.1 Os impressos estudantis como fontes documentais	24
1.2 Jornal <i>Stella Maris</i> : o <i>corpus</i> analisado e os métodos utilizados	27
1.3 Outras fontes	29
1.4 Considerações sobre o período determinado para o recorte temporal desta investigação (1938-1945)	31
CAPÍTULO II - O COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES DE SÃO JOÃO DEL-REI E O JORNAL <i>STELLA MARIS</i>: FONTE DOCUMENTAL DA INVESTIGAÇÃO	34
2.1 Histórico	34
2.2 As instalações físicas	38
2.3 As normalistas do Colégio Nossa Senhora das Dores.....	43
2.4 O curso normal.....	44
2.5 Por que incentivar ou impor a manutenção do jornal <i>Stella Maris</i> ?	50
2.6 Como o jornal <i>Stella Maris</i> era mantido?.....	53
2.6.1 A equipe de redação	55
2.7 Diagramação, estrutura e conteúdos do jornal	59
CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS NO BRASIL	64
3.1 A formação das professoras primárias e as Escolas Normais no Brasil República: descentralização e ensaios de renovação pedagógica	65
3.1.1 Um destaque para Minas Gerais no cenário da República Velha ou Minas sai à frente com o surto renovador	69
3.2 A formação das professoras primárias e as Escolas Normais no Estado Novo.....	71

3.2.1 O caso de Minas Gerais.....	76
3.3 Conformação da representação das identidades docentes das professoras primárias	79

CAPÍTULO IV - O MAGISTÉRIO E AS MARCAS DA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS IMPRESSAS NO JORNAL <i>STELLA MARIS</i>	82
4.1 O magistério como vocação, sacerdócio e a educação como propagadora da fé.....	82
4.2 O magistério como vocação e a educação como propositora de modelos	83
4.3 O magistério primário como vocação feminina e a educação como condutora da moral da ordem social	85
4.4 O magistério como profissão e a educação como renovação das mentes e construção do nacionalismo e da fé católica	89
4.5 Identificação das marcas	90
4.5.1 Cumprimento da regulamentação, acatamento de ordens, uniformização em nome da eficiência	90
4.5.2 Proposição de modelos em função da conformação das mentes	93
4.5.3 O magistério primário e suas marcas da formação impressas no jornal Stella Maris	99

CONSIDERAÇÕES FINAIS E A EDIÇÃO DE NOVOS PONTOS DE VISTA.....	108
--	------------

REFERÊNCIAS	111
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esta tese tem sua origem vinculada a persistentes questionamentos e reflexões acerca da formação docente, construídos durante uma trajetória profissional, que teve início na sala de aula, em 1989, em duas instituições de ensino superior, lecionando a disciplina Didática da Licenciatura.

Na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a disciplina foi desenvolvida com alunos da Licenciatura e na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com professores leigos que buscavam, em um programa de capacitação emergencial em licenciaturas curtas, credenciais para legitimar a sua atuação profissional, como professores, no interior do Estado de Minas Gerais. Durante essas experiências profissionais, algumas inquietações referentes à formação de um professor, tanto no que se refere às exigências teóricas quanto às práticas se fizeram presentes.

Entre essas e outras inquietações, procurou-se entender os diferentes processos de formação pré-serviço e em serviço, em suas diferentes tendências, realizando uma investigação centrada na formação em serviço, oferecida a professores leigos do Estado de Minas Gerais, em um programa de capacitação emergencial, oferecido pela Universidade Católica de Minas Gerais, que pretendia potencializar uma nova prática pedagógica.

Tal investigação foi desenvolvida entre os anos de 1994 e 1998, por meio dos estudos realizados no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, que buscaram responder: quais os impactos dessa capacitação emergencial na prática pedagógica dos professores leigos?

Os estudos realizados durante o Mestrado abriram novas perspectivas de investigação sobre a formação docente e essas foram se consubstanciando na medida em que lecionava as disciplinas de Didática e Prática de Ensino na Universidade Federal de São João del-Rei.

O desenvolvimento do conteúdo dessas disciplinas foi marcado pela busca da História da Educação como chão sustentador das discussões e debates com os alunos, a partir de impressos de caráter oficial que trataram das questões educacionais como: Revista do Ensino de Minas Gerais (1892); Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942); Revista do Ensino de São Paulo (1902-1919). E, ainda, impressos não oficiais que também se dedicaram ao assunto, entre eles, Revista Sociedade de Educação (1923-1924); Revista

Educação e Sociedade (desde 1923); Revista Nova Escola (desde 1925); Revista Escolar (1925-1927); Revista Educação (1927-1961); Revista Atividades Pedagógicas (1931-1981); Revista Educando (1940-1945).

Esses impressos ganharam relevância durante o desenvolvimento das disciplinas citadas, uma vez que se entendia que funcionaram e, ainda funcionam como ilhas e trilhas de saberes docentes, servindo, entre outras funções, de instrumento para configuração, divulgação e controle das representações de identidades docente, bem como de orientação, divulgação e controle das práticas pedagógicas.

O esforço no levantamento e leitura dos impressos mencionados proporcionou oferecer uma disciplina optativa na graduação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São João del-Rei intitulada “Periódicos Educacionais”, cuja ementa situava-se no conhecimento e reconhecimento da importância desse tipo de impresso nos estudos sobre a educação. Nessa disciplina optativa, foram desenvolvidos estudos com outros impressos mais contemporâneos¹, aos quais as alunas recorriam, frequentemente, durante o curso de Pedagogia, em busca de informações, orientações, material que lhes permitissem “inspirar-se” para preparar seu material didático, como cartazes, painéis e também alguns tipos de “mimos” para presentear as crianças, ou orientá-las na elaboração de ornamentação para as datas comemorativas. A utilização desses impressos nos estudos desenvolvidos cada vez mais instigava a continuidade dos estudos sobre formação de professores

Muitos estudos apresentados pelas alunas apontavam indícios de que aqueles impressos, cada um a seu modo, tratavam da formação das professoras, ou seja, funcionavam como depositários e veículos de representações acerca da educação, da formação de professores, das identidades de professores e de modelos de práticas “exitosas”.

Para aprofundar os estudos sobre os impressos que tratavam de questões educacionais, dando ênfase à questão da formação docente, foram realizados estudos, nas unidades do Curso de Pós-Graduação de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação da USP, por meio da frequência a disciplinas isoladas: História Oral, ministrada pelo Prof. José Carlos Sebe (desenvolvendo temas com histórias de vida, imigração, elementos teóricos e práticos na realização de entrevistas); Etnografia Aplicada à Educação, estudos antropológicos, disciplina desenvolvida pela Prof^ª. Belmira Bueno; Memória,

¹ São elas: Revista AMAE Educando (1966-1989); Revista Tecnologia Educacional (1972-2003); Revista Momento (1985); Revista Ciência Hoje das Crianças (1986); Revista Vertentes (1989); Revista Releitura (1991); Revista Saúde, Sexo & Educação (1992-1999); Revista Presença Pedagógica (1995); Revista Educação (1997) e a Revista Pátio: Educação Infantil (2003). O trabalho realizado com essas revistas na disciplina optativa ofertada para o curso de Pedagogia, obedeceu a uma orientação específica, porém o critério de escolha das revistas para estudo mais aprofundado ficou a cargo de cada aluna que localizou o periódico de maior interesse e/ou aquele de mais fácil acesso.

Relações Disciplinares e Docência, Memória e Gênero: Estudos sobre Formação, estudos orientados pela Prof^a. Denice Bárbara Catani. Esses estudos e a participação em uma conferência fechada, proferida pelo Prof. Antonio Nóvoa, foram importantes na orientação acerca dos referenciais teóricos sobre formação de professor, e sobre a pertinência dos periódicos educacionais para a investigação sobre a questão.

Nessa perspectiva, foi elaborado o projeto de doutorado que propunha identificar e analisar as marcas da formação de professoras primárias² do curso normal do Colégio Nossa Senhora das Dores, da cidade mineira de São João del-Rei, a partir do impresso³ estudantil *Stella Maris*, publicado entre os anos de 1930 e 1963.

Dessa forma, foi definido como objeto de investigação as marcas⁴ da formação de professoras primárias do curso normal do Colégio Nossa Senhora das Dores, da cidade mineira de São João del-Rei. O jornal *Stella Maris*, cujas matérias eram redigidas pelas alunas desse colégio, foi tomado como fonte documental e determinou-se o Estado Novo, período situado historicamente de 1937 a 1945, como o corte temporal para a investigação.

A opção por desenvolver esta investigação, no Doutorado, resulta, pois, dos estudos anteriores e da leitura de algumas edições do jornal *Stella Maris*, dentre os 93, localizados em um anexo da biblioteca do colégio, durante o acompanhamento dos alunos da Universidade Federal de São João del-Rei no estágio de Prática de Ensino.

A leitura de algumas edições desse jornal - que não por acaso, foi criado em 1930⁵, na gestão do então Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos, e circulou durante o Estado Novo - veio confirmar as perspectivas de estudos, uma vez que as matérias ali impressas apresentavam indícios de conter informações importantes sobre a formação de

² Optou-se por utilizar o gênero feminino em toda pesquisa uma vez que o magistério é majoritariamente constituído por esse gênero e o colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, durante o Estado Novo, também é exclusivamente feminino.

³ O jornal *Stella Maris*, fez parte do conjunto de jornais escolares que foram criados a partir de 1930, sob a gestão do Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos. Embora esses jornais tenham circulado na forma impressa, mimeografada, datilografada e manuscrita, opta-se nessa investigação por denominar essas publicações dos estudantes de impressos estudantis, uma vez que o jornal *Stella Maris* circulou na forma impressa.

⁴ Estas marcas foram definidas como normas inscritas para um tipo de organização escolar, disciplinadora e eficiente, regada a rituais condutores da moral e da ordem social, para incentivar e instituir modelos, numa proposição de formação da professora primária desejada.

⁵ Em 16 de abril de 1941 - Informações pedidas pelo Agente Municipal de estatística - o Snr. Amadeu Martins em seu ofício de 15 de Abril do corrente. - Sobre "Stella Maris" órgão editado pelas alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores. - Data da fundação - maio de 1930. - Finalidade - O progresso intelectual das alunas e sua educação moral e cívica. - Periodicidade - É mensal. - Formato em centímetros -32x24 com as margens e 28x18 de impressão. - Edição especial (fixa) - Publica-se no encerramento do ano letivo, com 20 páginas no mesmo formato. - Tiragem - 500 exemplares - Preço de cada exemplar - #200 - Preço da edição especial - 2#000 - Assinatura (só por 12 meses) - 8#000 - Administração- uma professora orientadora e cinco redatoras, auxiliadas pela colaboração de todas as alunas.

professoras primárias no período destacado. Ou seja, partiu-se da premissa que o jornal *Stella Maris* era depositário de representações⁶ de educação e, conseqüentemente, de identidades docente, alinhadas com o projeto educacional, conformado no Estado Novo. Trazia, portanto, em suas páginas, representações de educação e de identidade docente gestadas para e pelas futuras formadoras daqueles que conduziriam a Pátria. Estariam, portanto, impressas em suas inúmeras páginas, compostas por 790 matérias, algumas dimensões da formação da professora primária de Minas Gerais, no período do Estado Novo, ou seja, ali estariam impressas as marcas da formação.

Essa hipótese se sustentou pelos seguintes argumentos:

- a) a publicação de um impresso estudantil, no caso, o *Stella Maris*, era a forma ideal encontrada pelo colégio para a comunicação, divulgação e controle da educação desenvolvida no curso normal daquela instituição, além da oportunidade ímpar de se destacar entre as outras instituições e entre os membros da sociedade.
- b) a publicação poderia significar uma das estratégias de demarcar um modelo diferenciado na atuação da Congregação São Vicente de Paula na formação de suas normalistas, destarte toda a regulamentação da educação implementada à época; ou poderia significar uma das estratégias de demarcar um modelo diferenciado na atuação da Congregação São Vicente de Paula na formação de suas normalistas, que cumpria à risca toda a regulamentação da educação implementada à época;
- c) o conteúdo das produções das alunas, à primeira vista, parecia bastante significativo no que se refere à estratégia de imposição de valores e atitudes condizentes com o que se sabia que o projeto educacional do Estado Novo esperava;

A seleção do impresso estudantil *Stella Maris*, como fonte documental de pesquisa, justificou-se primeiramente pela sua própria existência, representando um tempo político e instituindo um lugar social e cultural num espaço católico, privado, o Colégio Nossa Senhora das Dores e em outros espaços por ele conquistados.

Justifica-se também pelo fato de sua edição ter sido iniciada nos anos trinta, período em que a importância da educação e, conseqüentemente, a formação de professoras passa a ser reconhecida na sociedade brasileira e intensificam-se e uniformizam-se os discursos das

⁵ Foi utilizado o conceito de representação de Certeau (1994), como é mostrado no decorrer desta tese.

autoridades responsáveis pela instrução pública sobre o papel da educação e a preocupação de se ensinar a ler e a escrever

Acresce-se a isso o fato de ter servido como espaço de atuação de todas as alunas normalistas e alunas dos outros cursos que por aquele colégio passaram: redatoras, colaboradores e ainda membros envolvidos diretamente e responsáveis pelo processo de formação docente no período analisado e, o fato dessas alunas estudarem em uma escola privada católica - cujo currículo e exigências para funcionamento seguiam os mesmos parâmetros do curso de regentes de ensino primário das escolas públicas - tipo de instituição educacional, que no período analisado, pode ser considerada o centro de formação de professoras, uma vez que era reduzido o número das escolas públicas de ensino normal. Assim, como Nóvoa (1997^a, p. 16), observa-se que:

As escolas normais são instituições criadas para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projectos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer.

Com base nos estudos e investigações que tratam diretamente ou indiretamente da formação docente, durante o Estado Novo, observou-se que embora alguns pesquisadores⁷ tenham se debruçado sobre a questão, poucas são as pesquisas que o fazem utilizando o impresso estudantil como fonte documental, sobretudo em virtude do péssimo estado de conservação e preservação em que normalmente são encontrados, quando encontrados.

A metodologia, que será detalhada em capítulo específico, exigiu leitura e releitura:

- das 63 edições, publicadas nos anos de 1938 a 1945;
- de 12 livros de registros manuscritos da vida escolar do Colégio Nossa Senhora das Dores referentes ao período.
- de alguns documentos que legislavam sobre a educação a partir de 1930;
- de um conjunto de estudos que tratam da história da educação, da história social da educação, da sociologia da educação e dos estudos culturais.

Para o estudo sobre as marcas da formação de professores - pedagogia para ensinar, docência, memória, gênero, formação e conformação do campo pedagógico - procurou-se

⁷ Duarte (1988); Peixoto (2003).

verificar o tratamento oferecido a este objeto, recorrendo, inicialmente, às pesquisas de Catani (1994) e Bastos (1994), ao explorarem as Revistas do Ensino de São Paulo e do Rio Grande do Sul como objeto; a Biccas (2001), ao explorar a Revista do Ensino de Minas Gerais como objeto e como fonte e a Duarte (1988), ao explorar a Revista Educando como fonte.

Essas leituras são bastante representativas da conformação do campo educacional, em virtude da variedade de dimensões tratadas na compreensão da formação dos professores primários e suas concepções, desenvolvendo referenciais teóricos que consideram a dimensão pedagógica, social, política e histórica do professor, localizando essencialmente a professora primária mineira.

É oportuno dizer que, apesar dos autores desses estudos trabalharem com revistas de idéias e focos diferenciados, em realidades também diferentes, as leituras desses estudos contribuíram nesta tese para identificar e compreender algumas marcas da formação de professoras características do período neles tratado.

Os estudos anteriormente realizados sobre a formação docente, a partir da leitura da “Revista do Ensino de Minas Gerais” e da “Revista Educando” e a leitura das pesquisas citadas apontaram elementos iluminadores para esta investigação, abrindo chaves de leituras para reconhecer o discurso norteador e as tendências colocadas em circulação no universo cultural produzido por formadores com os seus textos destinados às professoras primárias.

Além das investigações, a partir de revistas, as pesquisas a partir de jornais foram relevantes, entre elas, destacam-se os jornais apontados por Nunes (2000), Remédios (2003), Jinzenji (2006 e 2008) e Vieira (2007). Esses autores utilizaram o jornal como fonte e tema na relação entre imprensa, intelectuais e modernidade em períodos demarcados. Mostraram a participação das mulheres nos movimentos de professoras primárias, a ação da igreja por meio do jornal católico e as lições de política e moral em estudos mineiros.

O trabalho de Guerino Casasanta (1939) no estudo sobre os jornais escolares mostrou alguns aspectos da educação que perpassavam, à época, a criação dos jornais escolares: o importante não é saber muito, mas ajustar o conhecimento à ação; a pujança das atividades é que determina a vida da escola; o aluno tornou-se, no lugar do professor, o centro das preocupações da escola; é necessário colocar as matérias dentro da vida, dar-lhes uma significação, imprimir-lhes uma força que atue sobre a atitude do indivíduo, modificando-a; a socialização tem que ser praticada com valor educativo,

Esses aspectos, tomados como chaves de leitura, contribuíram para a apreensão do significado do jornal como instrumento socializador intra e extra escolar, entendendo que ao

termo “socialização” podem ser atribuídos várias vezes, cada um deles com seus respectivos impactos na formação das professoras primárias.

A partir de conceitos trabalhados por Bourdieu e Certeau, algumas considerações despercebidas na primeira leitura foram se tornando claras e tomando força durante a análise. Dessa forma, a partir dos conceitos de *habitus*, capital cultural, distinção, desenvolvidos por Bourdieu (1999) procurou-se entender como foram produzidas as marcas da formação das normalistas durante o Estado Novo e como algumas dimensões da formação, as identidades docentes, eram produzidas e produziam o jornal *Stella Maris*. E, ainda, os conceitos de representação, apropriação, estratégia e tática (CERTEAU, 1994) contribuíram para a apreensão do papel do jornal na formação das normalistas.

Para o desenvolvimento desta tese, somou-se, ainda, a participação em aulas pertinentes ao tema, em algumas disciplinas isoladas, nos Programas de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP), na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG) e, algumas orientações de professores de História da Educação que contribuíram na confirmação da pertinência do jornal colegial *Stella Maris* para a investigação pretendida.

À luz desses estudos e nas linhas e entrelinhas das matérias publicadas no *Stella Maris*, buscou-se identificar e analisar as dimensões que configuram as representações de identidades docente impressas no *Stella Maris*, durante o Estado Novo, ou seja, identificar e analisar as dimensões que configuram as marcas da formação das professoras primárias.

Esta tese, portanto, apresenta o resultado das investigações sobre as marcas da formação de professoras primárias do Colégio Nossa Senhora das Dores, durante o Estado Novo, buscando responder: que concepções de formação docente eram ali veiculadas ou que marcas da formação das professoras primárias estão impressas nesse jornal e em que medida essas se aproximam ou se afastam dos princípios defendidos pela política educacional estadonovista?

Isso posto, apresenta-se a estruturação de cada um dos cinco capítulos que compõem esta tese:

O CAPÍTULO I - PONTO DE PARTIDA DESTA INVESTIGAÇÃO - localiza os pontos que direcionam o início do trabalho, quanto ao tema e forma de abordagem. Apresenta o processo metodológico da investigação, sublinhando o protocolo de leitura utilizado na análise dos números do jornal colegial, correspondentes ao período do Estado Novo, selecionados entre a coleção encontrada datada entre 1938 a 1963.

O CAPÍTULO II - O COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES DE SÃO JOÃO DEL-REI E O JORNAL *STELLA MARIS*: FONTE DOCUMENTAL DA INVESTIGAÇÃO

Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei - apresenta um pouco da história da instituição, tece algumas considerações acerca do seu lugar e papel no Estado Novo e na formação das professoras primárias. O jornal *Stella Maris*: Espaço de produção das normalistas e fonte documental da investigação - apresenta o jornal, estratégia para socializar, alimentar e produzir as representações de identidades docentes durante uma proposta de (re)construção da nacionalidade cristã brasileira e discute a pertinência da utilização do jornal como fonte documental para a investigação sobre as marcas da formação das professoras primárias nele impressas

O CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS NO BRASIL. A formação de professoras primárias no Brasil - descreve a formação de professoras primárias, destacando o Estado Novo, procurando mostrar a conjuntura política e histórica referente ao período de 1937-1945. Trata também de aspectos da conformação da representação de identidades docentes das professoras primárias, arcabouço para as discussões sobre as marcas da formação da professora primária no jornal *Stella Maris*.

O CAPÍTULO IV - MAGISTÉRIO E AS MARCAS DA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS IMPRESSAS NO JORNAL *STELLA MARIS* - Lendo no jornal *Stella Maris* (1938- 1945) as marcas de formação das professoras em uma escola normal católica de Minas Gerais – são destacadas as marcas da formação das professoras primárias, impressas no jornal *Stella Maris* que serviram para conformar a representação de identidade docente desejada durante o Estado Novo.

Finalmente, as **CONSIDERAÇÕES FINAIS E EDIÇÃO DE NOVOS PONTOS DE VISTA** – nelas são apresentadas os resultados da pesquisa concluída e apontadas algumas perspectivas para novas investigações, no interesse para orientar pesquisas nas modalidades dos Programas de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq/PIBIC e PIIC, que atendam alunos brasileiros e estrangeiros de graduação como parte da formação na iniciação de pesquisa acadêmica. E ainda novos pontos de vista para trabalhos que possam interessar aos demais pesquisadores leitores dessa tese nas suas futuras pesquisas.

Vale ressaltar que esta investigação não teve a pretensão de esgotar as investigações sobre o objeto proposto, apresenta uma das possíveis leituras das marcas da formação das professoras primárias durante Estado Novo. Portanto, admite discordâncias e possibilidades de abertura de janelas para novas investigações na área.

CAPÍTULO I

PONTO DE PARTIDA DESTA INVESTIGAÇÃO

O desenvolvimento desta investigação foi marcado por diferentes processos exigidos para se pensar e tratar o objeto de investigação e as fontes documentais.

Foram percorridos vários itinerários de leitura, buscando conhecer estudos que versam sobre a natureza e o papel da imprensa educacional ou imprensa periódica pedagógica⁸, investigações que utilizaram revistas e jornais como fonte ou mesmo como objeto, a legislação educacional do período, os registros do curso normal do Colégio Nossa Senhora das Dores, bem como estudos referentes à história da educação no Brasil e a história social da educação, e ainda, estudos sobre formação e identidades docentes.

A formação de professoras vem sendo investigada a partir da legislação, dos documentos oficiais das escolas (livros atas, livros de relatórios etc.), das práticas na sala de aula, das revistas de ensino, das histórias de vida, entretanto, os levantamentos feitos não apontam pesquisas sobre formação de professoras realizadas tendo como fonte documental os impressos estudantis.

Às primeiras leituras do jornal colegial *Stella Maris*, produção de alunas, que passaram por aquela instituição, e de colaboradores que tinham ali algum interesse seja educacional, político ou econômico, já se identificavam, nas 65 edições, selecionadas para a investigação, opiniões, informações, influências orientações valores objetivos, compartilhados entre os sujeitos envolvidos diretamente ou indiretamente na educação no corte temporal limitado entre 1938 a 1945. Ou seja, havia indícios de que esse jornal colegial punha em circulação matérias que contribuiriam para compor representações sobre a professora primária e a profissão do magistério.

Assim, como já mencionado, esta investigação partiu da hipótese de que o jornal *Stella Maris*, constituiu uma estratégia do colégio, da Igreja e do Estado para imposição e divulgação de idéias que orientaram seu projeto educacional, no que concerne às representações sobre as identidades da professora primária e a profissão do magistério, e ao

⁸ Esses conceitos serão trabalhados posteriormente.

mesmo tempo uma tática para apropriação dessas representações, portanto, traria impressas marcas da formação das professoras primárias, revelando-se como substancial fonte documental para a identificação e análise dessas marcas.

1.1 Os impressos estudantis como fontes documentais

O jornal *Stella Maris* é um impresso estudantil que compõe um conjunto de comunicação e publicação periódica no âmbito da educação.

Esse impresso estudantil de responsabilidade das alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, município de Minas Gerais, pode ser incluído entre as publicações que Nóvoa (1997, p. 13) agrupa sob a denominação de “imprensa educacional”, publicações essas que trazem marcas das “[...] múltiplas facetas dos processos educativos numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos etc.), mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens”.

E, ainda, pode ser tomado como relevante fonte documental, considerando que

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projectos e as realidades, entre a tradição e a inovação. (NÓVOA, 1977, p. 31).

[...] São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o carácter fugaz e polémico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia. (NÓVOA, 1977, p. 31).

Segundo esse autor, apesar do carácter breve e imediato da imprensa, essa possibilita a manifestação e audição das “vozes,” dos projetos, dos anseios e das realidades dos diversos sujeitos, constituidores e constituídos por uma dada realidade. No caso dos impressos estudantis, as vozes dos estudantes, pouco consideradas em outros espaços sociais, são manifestadas, mesmo que submetidas a certa censura, e a leitura dessas vozes pode fornecer um rico material de investigação.

Os impressos estudantis podem, também, ser incluídos nas publicações que Bastos (1997) agrupa sob o título de “imprensa periódica pedagógica”, como os jornais, boletins, revistas, magazines, seja qual for sua origem ou destinação. Para a autora (1997, p. 49),

[...] tanto publicações feitas para professores, ou destinadas a professores, como as elaboradas por alunos para os demais alunos, ou por professores para alunos, ou, ainda, mantidas pela hierarquia do sistema educacional, ou outras instituições ligadas à educação, tais como sindicatos, associações de classe, Igreja, partidos políticos, recebem essa designação.

Uma vez que ainda não há um consenso entre essas denominações e levando-se em conta as funções atribuídas ou mesmo impostas aos impressos estudantis durante o período investigado, houve-se por bem, pautando-se nos estudos citados de Nóvoa e Bastos, considerar os impressos estudantis produtos e produtores da imprensa educacional e da imprensa pedagógica, embora não possam ser considerados como periódicos especializados.

Nessa perspectiva, o jornal *Stella Maris*, está incluído entre os impressos que compõem a imprensa educacional ou a imprensa periódica pedagógica e revela-se, pois, como uma rica fonte documental para a identificação e análise das marcas da formação das professoras primárias durante o período recortado, ao captar as vozes dos estudantes, ausentes em outros documentos, utilizados como fonte de pesquisa e encontrados em instituições escolares, como atas, registros, manuais didáticos, entre outros.

A utilização desse jornal colegial como fonte documental, nessa investigação, constitui a possibilidade de mais uma leitura das marcas da formação da professora primária, ou seja, como diz Bastos (1997) constitui a possibilidade de um registro do passado, uma leitura do presente e, possivelmente, uma articulação para o futuro.

Identificar as marcas da formação das professoras primárias impressas em textos produzidos ou reproduzidos por alunas de um curso normal, no caso, o jornal *Stella Maris*, e investigar em que medida essas marcas se aproximam ou se afastam da proposta educacional estadonovista, - objetivo dessa investigação - assim como afirmam Catani e Souza (1999, p. 17) pode trazer substanciosos resultados, pois as

[...] produções de alunos constituem um outro veio original a ser pesquisado, de vez que podem evidenciar aspectos da vida e da cultura escolar, até agora pouco analisados. Tal é o caso, por exemplo, das representações dos alunos acerca das atividades escolares e dos professores ou da própria vivência institucional e experiências de socialização. [...] A investigação acerca de tais materiais em muito pode contribuir para o enriquecimento da compreensão dos processos da vida escolar em termos da história do seu cotidiano, da ação dos atores educativos (alunos, pais e professores) e das próprias práticas pedagógicas, muitas vezes

satirizadas nesses materiais. Trata-se de um dos poucos dispositivos capazes de tornar visíveis as vozes dos alunos na tradução de como aprendem e recriam configurações da situação de ensino. (CATANI E SOUZA, 1999, p. 17).

Os estudos que privilegiam a imprensa periódica pedagógica ou a imprensa educacional apresentam um crescimento nos estudos historiográficos em virtude de apresentarem possibilidades de facilitar o entendimento das questões educacionais de determinada época, instituição e localidade. A pesquisa historiográfica tem-se mostrado muito rica em relação à variedade de documentos, de fontes primárias e secundárias, ascendendo a um novo padrão de análise e produção, consolidando seu espaço na área educacional. Algumas dessas fontes têm sido tratadas, ora como objeto, ora como fonte, ora como objeto e fonte e, aqui, em especial, como fonte documental.

O conjunto de comunicação e publicação periódica no âmbito da educação, ou seja, a imprensa educacional ou imprensa periódica pedagógica em sua maioria, destinada aos alunos e aos professores, é considerado como referência importante na produção de investigações, proporcionando diferentes estudos, linhas de pesquisas, dissertações e teses nos programas de pós-graduação em educação, e, ainda, auxiliam outras pesquisas.

Há trabalhos como os de Pineda (2003), Amaral (1999; 2002), Do Ó (2003) que tratam diretamente ou indiretamente da questão da utilização dos impressos estudantis nos estudos da história da educação.

Esses estudos, embora realizados com impressos produzidos em localidades e períodos diferentes, trazem informações que permitem apontar semelhanças, quanto aos conteúdos publicados, à composição da comissão de organização e redação, ao anonimato de alguns autores (seja pelo uso do pseudônimo ou pela ausência de identificação).

No contexto político do Estado Novo, o jornal *Stella Maris*, assim como outros impressos estudantis, que, à primeira vista, se destinavam a expor as produções textuais das alunas, era utilizado como parte de uma estratégia de imposição de idéias, instrumento de controle que visava a uniformização. Muito embora a sua criação em 1930 gestão educacional de Francisco Campos, propalasse outros fins.

É necessário sublinhar que esse impresso estudantil não atuou de forma isolada, impressos estudantis semelhantes circularam nas instituições escolares dessa época. De acordo com Peixoto (2003, p. 241), havia cerca de 300 impressos estudantis espalhados em 143 municípios mineiros durante o Estado Novo, o que permite inferir que no Estado Novo sua demanda estava posta.

O período do jornal colegial analisado, 1938 a 1945, compreendido dentro do Estado Novo, coincide com o período final da edição das “Folhas”, tipo de impresso atuante em todo país. O jornal respondia, assim, ao movimento para uma suposta redemocratização, divulgando notícias, orientando comportamento e atitudes, determinando valores necessários à propagação da ordem nacionalista, ou seja, era parte da estratégia de imposição de idéias.

Sobre a imprensa, no início do Estado Novo, a advertência de Mota e Capelato (1981, p. 94) leva à constatação que a imprensa era parte de uma estratégia de controle.

Em 1937, o golpe de Estado veio pôr fim ao projeto dos liberais. A partir da instauração do Estado Novo, as folhas se calaram. A censura impedia que se manifestassem politicamente - a partir desse momento apenas os assuntos de natureza econômica são discutidos em suas páginas.

1.2 Jornal *Stella Maris*: o corpus analisado e os métodos utilizados

O jornal *Stella Maris* será apresentado, em sua totalidade, num próximo capítulo, visto que aqui serão tratados tão somente os métodos utilizados para sua análise.

As edições do jornal – 103 edições referentes ao período de 1938 a 1963 -, pertencentes ao acervo da biblioteca do Colégio Nossa Senhora das Dores, foram localizadas, em 2004, no próprio colégio, sob a direção do Prof. José Raimundo, em frágil estado de conservação, pelas intempéries e colocadas à disposição desta pesquisadora, numa guarda provisória.

Sabe-se que esse impresso estudantil circulou oficialmente, atravessando quatro décadas, 1930, 1940, 1950 e 1960, teve uma periodicidade mais ou menos constante e fez intercâmbio com grande número de jornais escolares. Contudo, durante a pesquisa empírica na escola, foram localizados apenas 103 edições referentes ao período de 1938 até 1963, os jornais do ano I de 1930 até os anos VIII de 1937 não foram localizados.

No corte temporal em que centrou-se esta investigação não foi revelado nenhum intervalo referente ao ciclo de vida desse periódico, foram publicadas 70 edições e cinco delas foram extraviadas do acervo localizado no colégio.

Na Tabela 1, visualiza-se a localização das edições anuais do jornal: as publicadas, as localizadas e as extraviadas do acervo.

TABELA 1 – LOCALIZAÇÃO ANUAL DAS EDIÇÕES DO JORNAL *STELLA MARIS* - COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES DA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI, MG

Localização	Ano								Total
	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	
Publicadas	6	9	9	9	10	8	10	9	70
Localizadas	6	9	7	8	9	8	9	9	65
Extraviadas	Zero	Zero	2 (nº 1,3)	1 (nº9)	1 (nº 3)	zero	1 (nº7)	Zero	5

Foram publicadas seis edições correspondentes ao ano de 1938; nove nos anos de 1939 a 1941 e nove no ano 1945; oito no ano de 1943 e dez no ano de 1944, com edições mensais, bimestrais e trimestrais.

Foram selecionados, para análise detalhada, os jornais referentes ao corte temporal determinado, para o presente estudo, a saber, o Estado Novo, portanto, totalizando 65 edições. Essas 65 edições estão divididas da seguinte forma: 63 correspondentes à produção da sequência anual; dois cadernos especiais, cujos números correspondem aos números 9 dos anos de 1942 e 1945. Desse modo, a primeira edição do impresso estudantil analisada data de 1938 e a última de 1945. Outras edições foram usadas para confirmar alguma informação e/ou para complementação de informações contidas nas edições analisadas.

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, que segundo Gil (1987, p. 51) “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” Essa pesquisa foi iniciada com uma análise documental que buscou mapear e selecionar - por meio da identificação das edições do impresso estudantil, ano, mês editado – entre as 103 edições do jornal, referentes ao período de 1938 a 1963 - aqueles que interessavam ao período limitado para esta investigação.

Após esse mapeamento e seleção, iniciou-se uma análise mais aprofundada das 65 edições do jornal, contendo 790 produções escritas pelas alunas do referido colégio, durante o período de 1938-1945, buscando nas matérias dessas edições identificar o objetivo da publicação e entender como estava organizada e estruturada.

Assim, as análises dos impressos estudantis basearam-se na catalogação de cada edição, procedendo ao levantamento dos títulos dos artigos, o conteúdo desenvolvido, seus autores, série/curso - quando referentes às produções das alunas - e função/cargo, quando produção dos colaboradores.

Procurou-se, ainda, identificar o foco de interesse do redator na escolha dos assuntos explorados e na organização dos textos em termos de temas. Assim foram identificados temas voltados para: a instrução religiosa; a literatura; as atividades recreativas, cívicas e patrióticas; os discursos políticos; informações sobre desenvolvimento de atividades condizentes com as práticas das associações escolares, como grêmios (Alberto Magalhães e Tristão Ataíde) e Círculos de Estudo. Observou-se também a rotina escolar registrada na seção “Vida Colegial”.

As análises seguintes partiram da leitura detalhada das matérias do jornal, procurando identificar e compreender as marcas da formação das professoras primárias ali impressas, seus pressupostos ideológicos e o papel dos agentes de formação – Colégio Privado Católico, Estado e Igreja -, à luz do estudo da legislação pertinente e de estudos sobre a História da Educação, a História Social da Educação, Sociologia da Educação, os Estudos Culturais, destacando nesses a formação docente.

Em síntese, a análise detalhada do jornal, desenvolveu-se em duas fases:

Primeira fase: Reconhecimento do jornal

- a) Leitura das 65 edições selecionadas, buscando entender sua organização e estrutura: identificando o lugar determinado para publicação de determinado assunto (seções), o agrupamento do assunto na página (colunas), a distribuição dos elementos gráficos no espaço limitado da página impressa (diagramação), a existência ou não de colunas temáticas, assinadas, dentre outros.
- b) Identificação dos objetivos da publicação
- c) levantamento dos autores e colaboradores e, respectivamente sua escolaridade e função profissional.

Segunda fase: Categorização e contextualização

- a) organização das produções textuais, levando-se em conta: ano de publicação, título, autor, conteúdo;
- b) análise da relação dos textos com a política educacional.

1.3 Outras fontes

Para apreender as marcas, concepções de formação impressas no jornal Stella Maris foi necessário um exercício de entendimento da própria realidade em que o impresso

estudantil estava inserido e que influenciou na configuração de uma determinada orientação educacional.

Para o entendimento dessa realidade educacional, além de uma incursão sobre a história da educação e da história social da educação, foram realizadas análises em registros manuscritos do período recortado, que trazem informações referentes ao Curso Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores.

Sobre as fontes manuscritas, as análises centraram em 12 livros de registros encontrados em um armário trancado na secretaria da escola. Esses livros, em precárias condições de preservação, trazem registros sobre matrículas, atas de exames, observações magisteriais⁹, atas de fiscalização, ata de reunião de professores, médias mensais, provas orais, visitas e fiscalização, termo de promoção e ainda documentação de interesses fiscais do governo.

O levantamento de dados desses livros foi realizado, mediante leitura, registro e análise de informações que permitiram entender alguns aspectos da realidade da escola e confirmavam ou negavam as marcas da formação já anunciadas no impresso estudantil e na legislação educacional. Esse registro foi organizado de acordo com as datas a que se referiam os livros.

Os dados desses livros permitiram apreender algumas informações já anunciadas pelo jornal e pela legislação educacional do período, cruzar fatos da rotina escolar, mergulhar de maneira mais profunda no cotidiano da escola, apreendendo alguns pormenores de sua história e entendendo os processos de formação ali desenvolvidos.

Entre os dados levantados, pode-se citar: necessidade de “propaganda pela imprensa colegial”¹⁰ da abertura de novas vagas, em virtude da queda do número de matrículas; composição majoritária do corpo docente por religiosos; importância do fiscal do colégio na orientação, fiscalização, avaliação e acompanhamento da rotina escolar; importância da avaliação da vocação magisterial como perfil exigido para alunas-mestras; registro de autores da literatura explorados em sala de aula como: Euclides da Cunha - nas obras: “Umbuzeiro” e “Os Sertões”, dentre outros.

Não é demais sublinhar que os registros dos inspetores constantes nesses livros, como o do novo inspetor técnico regional, José Américo da Costa, trazem marcas da

⁹ O Livro de observações magisteriais traz critérios usados nas avaliações de todas as normalistas: vocação e preparo geral; aptidões magisteriais e organizações; qualidades de iniciativas e organização; trato pessoal, aproveitamento, aplicação, assiduidade; conduta.

¹⁰ Conforme palavras registradas no termo de fiscalização datado de 14/12/1941.

formação pretendida. Como exemplo, pode-se citar que, durante uma de suas visitas, esse inspetor descreveu, nos registros do Livro Termo de Fiscalização de 1943 e 1944, os objetivos finais da instituição na formação das moças que antes de professoras, formarão os lares de amanhã, ou seja, nesse termo de fiscalização fica evidente que o objetivo da instituição era mais em termos de uma formação para o doméstico, incorporação de *habitus*¹¹ do que para o profissional.

Merecedora da nossa melhor confiança, da nossa admiração, a Escola Normal Nossa Senhora Dores onde são educadas e instruídas para vida, jovens que formarão lares de amanhã, capazes de prestar digna e eficientemente seu concurso à pátria sempre querida que é o Brasil. (fl. 82) .

Aqui é que podemos com firmeza assegurar que desta casa sairá apta para lutar por uma Pátria melhor e mais forte, esta mesma juventude, este mesmo punhado de moças, futuras mães e educadoras do Brasil de amanhã. (fl. 83).

No que diz respeito à legislação educacional do período, essa foi tomada como depositária de representações de algumas dimensões do projeto educacional que estava sendo instituído pelo Estado Novo e o jornal *Stella Maris* como depositário de representações que assinalam apropriações efetivadas pela escola e alunas.

1.4 Considerações sobre o período determinado para o recorte temporal desta investigação (1938-1945)

A investigação sobre as marcas da formação impressas no jornal *Stella Maris*, durante o período de 1938-1945, exigiram uma incursão na História da Educação, na História Social da Educação e nos Estudos Culturais que permitisse aprender: a concepção de educação, a responsabilidade do Estado com a educação, suas estratégias e táticas¹² para imposição de idéias, as características que marcaram o projeto educacional a função e formação das professoras nessa concepção.

¹¹ Habitus profissional - como parte das rotinas realizadas pelas normalistas, utilizadas de forma inconsciente em momentos oportunos, tais como: na organização e produção do jornal *Stella Maris*, resultante de um tipo de comunicação para alcançar relações escolares, elemento usado para alcançar todas as alunas do colégio, estruturada a partir do habitus profissional. Ver Habitus profissional conceito elaborado por, M. Urroz Sanchotene. Habitus Profissional, Currículo Oculto e Cultura docente: perspectivas para a análise da prática pedagógica dos professores de Educação Física. *Apud Perrenoud et al* (2001) Pensar a Prática, vol. 9, n. 2 2006. Disponível no sítio: <www.revista.ufg.br/index>. Acessado em: 10 out. 2010.

¹² Os conceitos de tática e estratégia, tomados de Certeau, serão trabalhados no decorrer dos capítulos.

Para tanto, os estudos de Certeau (1998), Vaz (2006), Freitas e Biccás (2009) foram de suma importância.

Esse período insere-se na República, mais precisamente dentro do período determinado Estado Novo, período ditatorial no qual o tratamento à questão social envolveu, entre outros aspectos, a re-organização do aparelho do Estado de modo a fornecer novos instrumentos de controle social e um modelo educacional articulado com o processo de consolidação do capital industrial.

A educação como redentora de todos os problemas da nação permeou grande parte dos acalorados discursos durante a Primeira e na Segunda República e no Estado Novo não se deu de forma diferente.

A Igreja, após o advento da República brasileira, tenta reaproximar das elites na tentativa de garantir sua independência e ao mesmo tempo sua influência na administração da Pátria. Nessa perspectiva, assume como responsabilidade combater as idéias “revolucionárias” que ameaçavam o Estado, como o socialismo. Em troca exige uma integração da ideologia e da religião nas instituições do Estado, sendo um exemplo, a garantia da educação religiosa no ensino público. O Estado por sua vez, transfere para as instituições escolares particulares, suas responsabilidades para com a educação, principalmente com o Ensino Secundário. O “pacto” Estado-Igreja, durante o Estado Novo vai resultar num controle acirrado das escolas em nome da reconstrução da fé católica e do nacionalismo.

A concepção de educação que orientou o projeto educacional estadonovista “[...] considerava ser ‘natural’ pensar os ensinos secundário e superior para as mentes aptas a dirigir e os outros graus e modalidades de ensino destinadas sem meias palavras aos pobres” (FREITAS e BICCAS, 2009, p. 112).

Após a Revolução de 1930 e, de forma mais acirrada, com a instalação do Estado Novo, em 1937, as estratégias de imposição de idéias e valores foram altamente utilizadas em função de difundir representações de uma nova legitimidade e regulamentar táticas pelas quais se concretizaram tais imposições.

Assim, o Estado autoritário, cujas ações, a partir de 1935, são marcadas pela centralização, buscou remodelar o ensino em vários aspectos, em todos os níveis, insistindo na implantação de um projeto educacional centrado nos princípios da uniformidade, da homogeneização e da seletividade, ou seja, da identidade nacional, que estava “[...] impreterivelmente associada à necessidade de renovar hábitos e de modernizar o povo brasileiro por meio da educação, da saúde e do saneamento.” (FREITAS e BICAS, 2009, p. 115).

No processo de remodelação de todos os níveis do ensino oficial identificam-se estratégias de imposição de mobilização e organização das autoridades responsáveis pela educação concretizadas por meio de táticas de realização de conferências anuais de educação que davam visibilidade às idéias sobre a responsabilidade do Estado com a educação.

Entre as características que marcaram o projeto educacional, destaca-se a busca da nacionalização, pela qual se justificava a necessidade de integração entre povo e governo. Nesse processo a Língua passa a ter papel de grande importância como um dos princípios para a formação da identidade nacional e a escolarização primária, assim como a imprensa, passa a ser instrumento para a oficialização e popularização da Língua.

A socialização e a disciplinarização, por meio da realização de eventos de natureza cívica e religiosa, auditórios, excursões, clubes, grêmios, jornais escolares, toma corpo nas ruas e no interior das escolas.

Portanto, a consciência da importância da propaganda e do papel crucial da imprensa e da educação na disseminação das doutrinas é perceptível nas ações desenvolvidas pelo Estado Novo.

CAPÍTULO II

O COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES DE SÃO JOÃO DEL-REI E O JORNAL *STELLA MARIS*: FONTE DOCUMENTAL DA INVESTIGAÇÃO

Para entender a função do jornal *Stella Maris* e apreender o significado das marcas nele impressas há de se buscar compreender a realidade, histórica, social e cultural do lócus onde ele foi produzido, ou seu, o lugar do discurso que traz as marcas da formação investigadas.

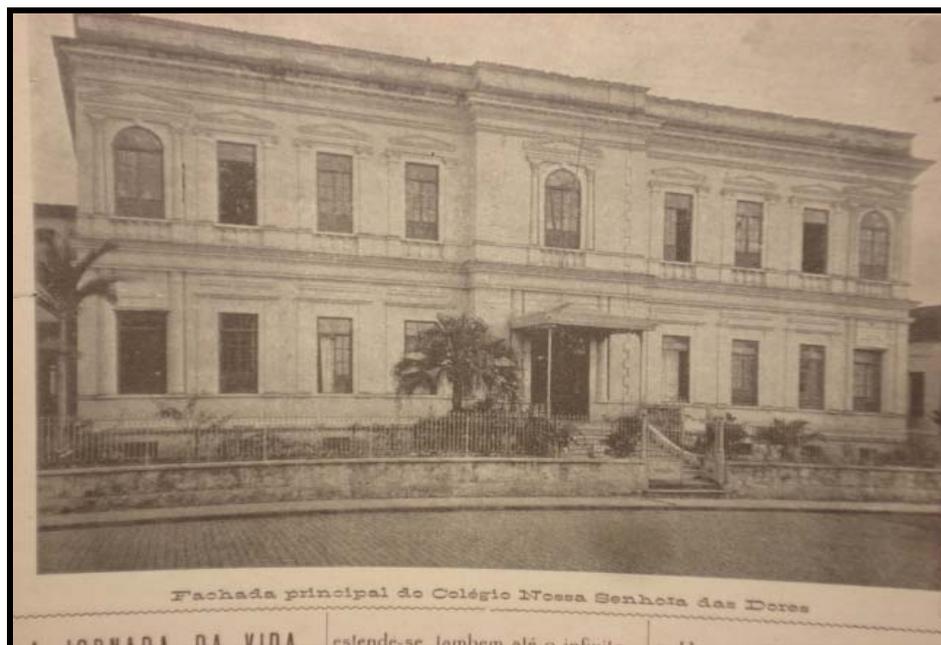
2.1 Histórico

O Colégio Nossa Senhora das Dores (C.N.S.D.), estabelecimento de ensino ao qual pertence o Jornal *Stella Maris*, fundado em 1895, está localizado na cidade de São João del-Rei, em Minas Gérias, na rua da Misericórdia, depois Rua Comendador Bastos e hoje Rua Dr. Cid Souza Rangel, n. 84, Centro da cidade de São João del-Rei em Minas Gerais.

Destaca-se na região por sua beleza e exuberância e extensão, ocupando um prédio de dois andares como mostrado na ilustração 1¹³, a seguir.

A construção abrange todo o quarteirão, com muro gradeado, fachadas com portas duplas, talhadas e estreitas e sua pintura na cor azul o fez conhecido como o “Gigante Azul”.

¹³ Esta ilustração faz parte do jornal *Stella Maris* e não foi numerada junto com as demais porque não faz parte do acervo fotográfico das demais retiradas pela pesquisadora e professora Maria Cecília de Medeiros Abras.



**ILUSTRAÇÃO 1 - COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES DE
SÃO JOÃO DEL-REI EM MINAS GERAIS
(FONTE: JORNAL *STELLA MARIS*, Nº 7, 1940, p. 4).**

O Colégio Nossa Senhora das Dores tem sua origem no Externato que funcionou de 1890 a 1906 no prédio do Recolhimento das Expostas, ao lado da Santa Casa de Misericórdia, para atender às pensionistas “desfavorecidas da fortuna”, como também concorrer para a educação das “futuras mães de família”. (*apud* COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES, 1948). Suas atividades educacionais consistiam em oferecer disciplinas básicas para atender as pensionistas externas que pagavam uma pequena taxa mensal para ter os ensinamentos de Francês, Desenho e Piano somados aos demais.

Segundo o relato do provedor da Santa Casa de Misericórdia, reeleito, José da Costa Rodrigues, constante à página 5 do livro “Relatório da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São João del-Rei no ano compromissal de 1897-1898” (*apud* COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES, 1948), a pedra fundamental do colégio foi assentada em 15 de outubro de 1895 e as obras foram concluídas em 1897, ano da inauguração do colégio. Vê-se também nesse relato o que levou à construção do colégio e seus fins.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES

Tendo a administração sérias apreensões sobre o futuro que aguardava o nosso pio estabelecimento pelo aumento constante das despesas, já tão elevadas nestes últimos anos sem receita relativa, deliberamos fundar um colégio para meninas sob a direção das beneméritas Irmãs de São Vicente de Paulo, visando não só nova fonte de renda que garantisse os muitos serviços prestados às classes desfavorecidas da fortuna, como também concorrer para a educação das futuras mães de família. Para levar

avante a idéia, incubimos ao Dr. João Batista Maia de Lacerda de levantar a planta do edifício com capacidade para 100 alunas internas, o que foi feito a contento da Mesa, que a aprovou e mandou executá-la. Aproveito o ensejo para, em nome de toda a corporação, agradecer ao Dr. Lacerda a boa vontade e interesse com que aceitou tamanha incumbência.

Dando-se começo aos trabalhos a 15 de outubro de 1895, assentamos a pedra fundamental, que foi benta pelo Rvmo. Capelão Padre João Batista de Castro, 30 do mesmo mês e ano, ficando as obras concluídas a 18 de Dezembro de 1897.

Inauguramos o Colégio com a denominação - Colégio Nossa Senhora das Dores - a 6 de janeiro do corrente ano, com a benção solene do prédio pelo Pe. Emilio Cappacre C. M. acolitado pelo Revmo. Pe. João de Castro, e assistência de muitas Exmas. Famílias e cavalheiros da nossa melhor sociedade que abrilhantaram a festa com suas presenças, incumbindo-se do discurso oficial o Dr. Balbino Cândido da Cunha, a quem agradecemos. [...] (COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES, 1948, p. 1-2).

O imponente prédio do Colégio Nossa Senhora das Dores não foi construído naquele local, nem tampouco apresentava a forma arquitetônica, brevemente descrita, por acaso ou tão somente por ostentação e luxo. O prédio escolar era dotado de intenções que visavam à construção de representações que distinguiu aquele colégio de outras instituições escolares. Nessa perspectiva, pode-se dizer que o prédio proclamava a grandeza, a força, a moral, a ordem que caracterizavam a educação ali oferecida. Impunha, aos olhos da população, o respeito, o orgulho e, até mesmo, uma certa veneração por aquele templo da educação católica.

Segundo Viñao Frago & Escolano (1998, p. 26):

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

O novo estabelecimento foi criado na pretensão de educar 100 meninas internas sob a direção das beneméritas Irmãs de São Vicente de Paulo, visando não só a melhorar a fonte de renda que assegurasse os serviços prestados, mas também ampliar a proposta educacional inicialmente oferecida ao público feminino com o Externato, que nessa nova etapa busca atender outro público. Passa a atender as famílias com maior poder aquisitivo, numa preocupação em oferecer um modelo diferenciado de educação com boa qualidade, em regimes de internato, externato e semi internato, similar ao modelo europeu.

Em 1905 o Colégio Nossa Senhora das Dores, que desde a sua fundação seguia o programa curricular estadual, foi equiparado às Escolas Normais do Estado, pelo Decreto n. 1.845 de 15 de setembro, quando o presidente do Estado, o Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira Da

Costa Ribeiro; Secretário da Educação, o Sr. Dr. Francisco Antônio de Sales; 1º Fiscal, Dr. Carlos Moreira Mourão; Diretora, Irmã Suzana Matricon e Secretária, Irmã Maria Sampaio.

Segue-se o decreto:

Atos do Presidente - Decreto 1.845 de 15 de setembro de 1905

Concede aos Collegios da Visitação, em Pouso Alegre, Nossa Senhora das Dores, em Diamantina, Nossa Senhora de Oliveira, em Oliveira e Nossa das Dores, em São João del-Rei regalias de que gosam as escolas normaes municipaes.

O doutor Presidente do Estado de Minas Gerais usando da autorização contida no art.8 da lei número 318 de 16 de setembro de 1901 tendo em vista que os collegios da Visitação em Pouso Alegre, dirigido pela irmã Maria Eugênia Lavalli; Nossa Senhora Das Dores em Diamantina, dirigida pela irmã Maria Adolphina Michel, Nossa Senhora de Oliveira, em Oliveira, dirigido por d.Maoelita da Costa Chagas; e Nossa Senhora das Dores, em São João del-Rei, dirigido pela irmã Martricon, estão organizados, segundo o plano do ensino normal, resolve conceder-lhes as mesmas prerrogativas de que gosam as escolas normais municipaes de 1892.

Palácio da Presidência do Estado de Minas Geraes

Em Bello Horizonte; 15 de setembro de 1905

Francisco Antonio de Salles

Delphin Moreira da Costa Ribeiro.

A organização do curso normal passou, ao longo dos anos, por modificações que atendiam às legislações: 1905 -1906 foi organizado em 4 anos, de 1907-1910 em 3 anos, nos anos de 1911 -1927 novamente em 4 anos e nos anos de 1928 - a 1946 em 3 anos.

O curso fundamental, organizado em 2 anos preparatórios para o normal funcionou de 1925 até 1927. A partir de então recebeu a denominação de Curso de Adaptação, que funcionou até 1943.

Em 1940, esse estabelecimento de ensino é elevado a Ginásio, conforme essa publicação:

A administração do Colégio Nossa Senhora das Dores de S. João Del-Rei vai elevar este estabelecimento a ginásio no próximo ano de 1940, sem prejuízo da Escola Normal que continuará a funcionar do mesmo modo.

Será pois facultativo ás alunas, cursar a escola normal ou o Ginásio.

A diretoria do Colégio completará as informações aos interessados. (*STELLA MARIS*, n. 6, Out./Nov./Dez., 1938, p. 11).

Em 1943, o colégio com fins de adotar a próxima reforma, anunciada no Diário Oficial de Minas Gerais de 29 de janeiro deste mesmo ano, não permitiu a matricula para o curso de adaptação; a partir de fevereiro de 1944, o curso normal funcionou com as turmas de 2º e 3º, em 1945, funcionou apenas com a turma do 3º normal.

O corpo administrativo era composto pelo: o provedor, Antonio Cândido Martins Alvarenga; o escrivão, Paulo Augusto de Magalhães; o Tesoureiro, José Antonio de Azevedo

e os mordomos: Manoel Anselmo, Luiz Lopes Pereira, Augusto Teodoro de Faria, Abner Coelho dos Santos Monteiro, Cristiano Alves Pereira da Silva, Francisco das Chagas Rodrigues e João de Deus Costa.

Compunham o corpo docente: Irmã Maria Sampaio, Irmã Germana Jardim, Irmã Julia Mota, Major Carlos Sanzio, Prof. Sinfrônio Reis, Prof. Sebastião Rodrigues Sette e Câmara, Prof. João Batista Maciel, D. Syra Alvarenga, e D. Maria Flávia Alvarenga.

2.2 As instalações físicas

Na ilustração 2, abaixo, que retrata o andar térreo, percebe-se o encontro do passado e do presente na reconstrução do espaço. Isso se traduz num conjunto de características, cujos traços da arquitetura original se mantêm como: conservação do piso em ladrilho hidráulico nas cores vermelha e branca; portais longos; paredes caracterizadas por um rodapé com detalhe decorativo, na cor azul, finalizado com uma régua em madeira.



**ILUSTRAÇÃO 2 - HALL DA ENTRADA PRINCIPAL DO C.N.S.D.
(FONTE: ACERVO FOTOGRÁFICO PARTICULAR DA PESQUISADORA)**

Outra característica do passado observa-se na permanência do mobiliário no espaço destinado ao hall: uma mobília antiga, com cadeiras de assento anatômico feito em madeira maciça. Esse ambiente traduz uma atmosfera de religiosidade, representada nas imagens sacras dispostas na parte central do hall - a imagem de Nossa Senhora das Dores e dois cartazes de campanhas religiosas.

À direita desse *hall*, encontram-se dois quadros de formatura e à esquerda as bandeiras do colégio, do Brasil e de Minas Gerais.

Esses quadros de formatura, verdadeiras mobílias, similares a obras de arte em madeira talhada, vidro e fotografias, encontram-se espalhados por todo corredor do colégio, cujo tamanho varia, entre 90 a 120 cm, em média, guardam as molduras originais, em madeira de Lei, constitui um rico acervo do patrimônio da instituição. Esses mesmos quadros guardam significados de uma distinta cultura escolar, fonte promissora de pesquisa.

Adentrando à direita desse *hall*, tem-se acesso à porta para sala de visitas, de acesso restrito a pesquisadores, sendo aberta, somente pela direção, em circunstâncias especiais, pois abriga, além do mobiliário, acervo de quadros de formaturas das professorandas e das licenciadas¹⁴ do colégio desde as primeiras turmas.



**ILUSTRAÇÃO 3 - QUADRO DE FORMATURA DAS PROFESSORANDAS E LICENCIADAS
(FONTE: JORNAL STELLA MARIS, Nº 10, CAPA, 1944)**

¹⁴ Foram empregados neste trabalho, os mesmos substantivos usados para nomear as normalistas nos textos do jornal *Stella Maris*. Professorandas, ao se dirigir às alunas que finalizavam o curso normal, e Licenciadas, ao se dirigir às alunas que finalizavam o curso ginásial.

A ilustração 3, na página anterior, representa os grupos das formandas, e seus respectivos paraninfos que: a esquerda pode ser identificado como professorandas, no vestuário diferente das licenciadas localizadas a direita. A composição no chapéu colabora na distinção para identificar o grau maior alcançado pelas normalistas em relação as licenciadas presentes no mesmo quadro.

A conservação da mobília mostra sua valorização pelas antigas administrações e, sobretudo, os valores que tal mobiliário agrega em termos de capital social, cultural e econômico à instituição.

À esquerda, no acesso ao *hall*, encontra-se a ala administrativa onde conjugam as salas de direção e da secretaria. Esses espaços dividem, atualmente, duas marcas históricas reveladas pela mobília: o antigo e o novo se encontravam na exposição dos objetos de conquista como troféus e medalhas, esses conquistados nas vitórias com os jogos estudantis.

A outra ala conduz os visitantes e os alunos à porta do corredor central, que leva, pela esquerda, a uma grande biblioteca, com livros didáticos e de literatura; coleções de livros de inglês e de francês em edições antigas e recentes; alguns livros de registros de matrículas, além do número significativo de obras literárias antigas e do jornal estudantil *Stella Maris*. As riquezas contidas nesses materiais propiciam a exploração e a utilização dos mesmos como: fontes, fontes documentais, objetos de pesquisa e bibliografias para diversas pesquisas.

À direita desse ponto central, observam-se as salas de aulas com boa estrutura física, espaçosas e ventiladas.

Há, ainda, um anexo à lateral esquerda do colégio, reservado aos dirigentes religiosos e uma capela – que as alunas descrevem como o lugar onde “foi moldado o nosso coração com as lições do evangelho” - no estilo arquitetônico gótico, com vitrais que representam, em “comoventes quadros as dores de Maria Santíssima”.

Capela de Nossa Senhora das Dores

Nossa capela não é grande, mas tudo nela inspira piedade e os mais fervorosos sentimentos.

As delicadas ogivas e pilastras são ornadas de motivos interessantes.

Seus vitrais representam em comoventes quadros as dores de Maria Santíssima.

A porta principal, de madeira escura, combina com o estilo ogival da construção.

Em frente à porta um paravento traz o quadro do encontro de Jesús com Maria.

À direita, uma escada em espiral leva ao coro. À esquerda o confessionário.

Ao penetrarmos no seu interior nossos olhos se dirigem para a bela imagem de Nossa Senhora das Dores que encima o altar. Nos dois nichos laterais, num plano pouco inferior estão as imagens do Sagrado Coração de Jesus e de São José. No centro do altar, acha-se o bonito sacrário dourado, que se destaca entre a profusão de luzes e flores, como ponto central da piedade cristã.

Há ainda na capela dois altares laterais: o da direita apresenta-nos a imagem de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, com as mãos espalhando graças. Em torno da imagem pode-se ler a invocação traída do Céu: “Ó Maria concebida sem pecado, rogai por nós que recorreremos a vós”. O da esquerda tem a imagem da Virgem Poderosa, tal como apareceu também à Bem aventurada Catarina Labouré, com um globo nas mãos, oferecendo o universo ao seu Divino Filho.

Em colunas dispostas simetricamente vêem-se as imagens de São Vicente de Paulo, de Santa Luiza de Marillac, da Bem aventurada Catarina Labouré, a vidente da Medalha, de Santa Terezinha do Menino Jesús, do Bem aventurado João Gabriel Perboyre, missionário Lazarista martirizado na China.

A mesa da comunhão separa o santuário do resto da capela.

Nas paredes laterais, semi-colunas erguem-se até o teto, onde terminam em belíssimos capitéis, ornados com os mesmos motivos do paravento, moldados aqui em argila. Duas portas laterais dão para o jardim que rodeia a capela.

As flores, dispostas aqui e ali, contribuem para aumentar o encanto suave e belo da nossa capelinha. Talvez seja ela uma lembrança das mais profundas que guardaremos do tempo de colégio. Ai foi moldado o nosso coração com as lições do evangelho.

Ai recebemos muitas vezes o pão eucarístico que alimentou e fortaleceu nossas almas.

Ali aprendemos a amar nossa Mãe Imaculada e a entregar-nos confiantes à guarda de Maria. (*STELLA MARIS* DE 08 nov. 1945, n. 8, p. 6).

Próximo à entrada principal, encontra-se o teatro “Irmã Cecília Jardim” com capacidade para seiscentas pessoas. Atualmente, esse teatro abriga atividades escolares e eventos oferecidos pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), durante o Festival Cultural de Inverno.

A estrutura física do colégio comporta também um refeitório, sala de estudo, quadra de vôlei e instalações de bebedouros, conforme registro encontrado no jornal *Stella Maris*, à página 3, nº 1 março de 1941.

[...]-De Zulmira Alves Rabelo, redatora em 1940, recebemos palavras de verdadeiro afeto e gratidão ao nosso Colégio, em carta cheia de saudosos lamentos. Eis uma partícula desse precioso documento para o arquivo do “Stella”. - quanta alegria (ou tristeza, nem sei bem...) saudades e recordações veiu trazer-me a revista! Recebi-a à noite li-a inteirinha num só fôlego!

O retrato do Colégio, capela, refeitório, dormitório, sala de estudo, biblioteca, campo de vôlei, bebedouro, tudo veiu trazer-me uma lembrança perfeita do Colégio, uma dolorosa saudade [...].

No primeiro andar do Colégio Nossa Senhora das Dores, há um espaço destinado a um laboratório de Ciências, que passou, recentemente, por reforma, e várias salas de aulas individuais para o ensino musical com piano, similares aos outros espaços usuais em conservatório de música. Atualmente, essas salas foram modificadas em sua funcionalidade,

mas foram mantidas as características de batismo¹⁵: a designação de um santo na parte superior do portal, como por exemplo, Santa Inês. Tal característica pode parecer uma mera marca do catolicismo para batizar alguns espaços nas dependências do colégio com os nomes de santos, contudo pode também remeter-se a prováveis significados de guarda, proteção e vigilância.

Retomando Frago e Escolano (1998), “o espaço não é neutro, sempre educa”. Dessa forma, a organização dos espaços, correspondia às necessidades disciplinares, era adequada para a reafirmação ou construção dos *habitus* referentes ao comportamento das moças pertencentes às “boas” famílias e à “grande” nação e estimular seus sentimentos de religiosidade. A presença das imagens religiosas por todos os ambientes da escola era uma forma de “assegurar” a proteção e a vigilância divina, ou seja, Deus estava ali vendo tudo.

O colégio necessitava distinguir-se, sobretudo das escolas públicas, mostrando-se confiável e adequado para a formação de uma elite econômica, política e intelectual, que percebeu na educação e na aquisição cultural, ou seja, no acúmulo do capital cultural uma forma de se distinguir socialmente.

Tomando de empréstimo as palavras de Borges (2010, p. 12 e 14):

A educação de qualidade teria que ser dada em um ambiente especialmente construído para este fim, e não adaptado. Teria que obedecer prescrições de higiene e salubridade ditadas pelas autoridades competentes, possuir uma pedagogia intuitiva com seus diversos objetos lúdicos, com salas próprias e arejadas, iluminação adequada, vidros e ventilação suficiente. (p. 12).

[...] A Igreja Católica, por meio da arquitetura escolar, procurou fazer-se presente nas cidades. Em meio aos prédios públicos criados pelo incipiente governo republicano, como os Grupos Escolares, os Fóruns, as Prefeituras, que ostentavam em suas belíssimas fachadas a força e a ordem do novo regime, as instituições de ensino de caráter confessional disputaram o monopólio espiritual da sociedade, ou seja, a arquitetura passou a ter um sentido pedagógico. (p. 14).

¹⁵ Esta palavra foi utilizada para designar uma prática religiosa da instituição de homenagear os santos da igreja católica como protetores de cada sala.

2.3 As normalistas do Colégio Nossa Senhora das Dores

A admissão das alunas na escola era condicionada a determinadas exigências, como se pode ver no anúncio do Colégio publicado na p. 6 do jornal de n. 10, no ano de 1944, apresentado na ilustração 4.

A posse de significativo capital econômico, forma de distinção utilizada por qualquer escola privada para controlar a matrícula das alunas, não era a única forma de controle utilizada pelo Colégio Nossa Senhora das Dores. Das alunas que ali desejavam estudar, era ainda exigida a posse de capital cultural (pertencer a família honrada, conduta irrepreensível, não ter sido expulsa de outro colégio, compromisso de seguir todos os pontos do Regulamento). O anúncio já impõe uma das dimensões da identidade docente desejada.

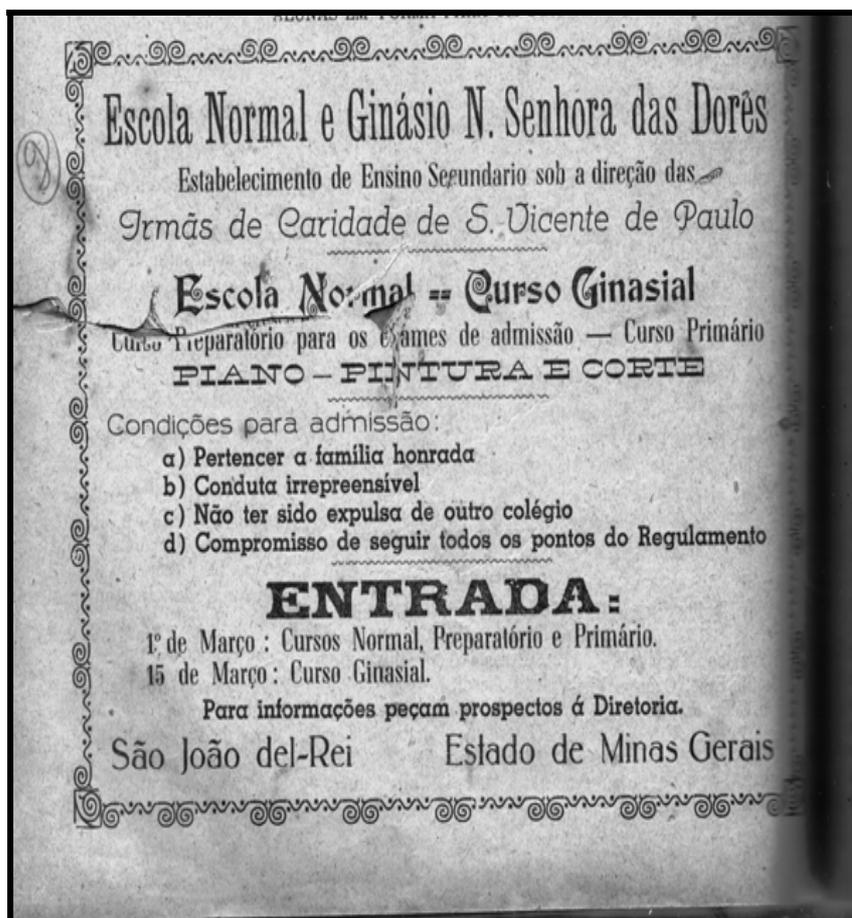


ILUSTRAÇÃO 4 - ANÚNCIO
 (FONTE: JORNAL STELLA MARIS, Nº 10, p. 6, 1944)

O número de alunas matriculadas nesse Colégio, no período de 1937-1948, pode ser examinado no seguinte quadro:

QUADRO 1 - NÚMERO DE ALUNAS MATRICULADAS NO COLÉGIO NO PERÍODO DE 1937-1948

ANO LETIVO	1º ADAPTAÇÃO		2º ADAPTAÇÃO		1º NORMAL		2º NORMAL		3º NORMAL		TOTAL
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	
1937	04	01	24	03	45	12	46	12	37	20	204
1938	12	03	14	01	37	13	47	11	31	08	177
1939	09	04	07	02	26	05	36	13	39	10	151
1940	---	02	08	04	16	06	23	05	33	10	107
1941	---	---	01	02	15	11	14	05	19	04	71
1942	01	---	---	01	09	02	07	14	14	05	54
1943	---	---	01	02	10	05	07	06	21	06	58
1944	---	---	---	---	---	---	04	11	18	07	40
1945	---	---	---	---	---	---	---	---	12	17	29
1946	---	---	---	---	---	---	---	---	13	05	18
1947	---	---	---	---	15	03	---	---	---	---	18
1948	---	---	---	---	13	01	14	02	---	---	30

Legenda: 1- Alunas de São João del-Rei;
2- Alunas de outras localidades.

Mediante análise desses dados, constata-se que, de 1944 a 1948, não houve matrículas em nenhum ano do curso de adaptação, assim esse curso não foi ofertado nesse período, uma vez que já se previa a nova legislação que criaria o curso de Formação de Professores, que foi implantado nessa instituição a partir de 1947.

Em relação ao curso normal, constata-se que, em 1944, não houve matrícula no 1º ano; em 1945, no 1º e 2º anos; em 1947, são retomadas as matrículas do 1º ano e não há matrículas no 2º e 3º anos e, em 1948, são retomadas as matrículas no 1º e 2º anos. Portanto, há de se supor que as matrículas foram suspensas para os primeiros anos, a partir de 1944, e reiniciadas em de 1947, para o 1º ano, com a nova organização prescrita pelo Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal.

O curso normal do Colégio Nossa Senhora das Dores marca seu lugar na sociedade mineira e brasileira e dá sua contribuição específica para a orquestração e manutenção dos *habitus* que conformaram a formação das normalistas e que ainda hoje, por vezes, vigoram.

2.4 O curso normal

O modelo de curso normal teve suas origens na França, por volta de 1794, chegando ao Brasil em 1835, com a criação da primeira escola brasileira de Niterói.

Segundo Gaio Sobrinho (2000, p. 93) outras escolas desse gênero foram abertas nos estados brasileiros da Bahia (1836), Ceará (1845), São Paulo (1867) e Minas Gerais (1872).

A legislação para o ensino normal e outras escolas que estariam por vir, foi publicada em outubro de 1883 na Lei n. 3116.

Entre as primeiras escolas do estado de Minas Gerais, destacaram-se as escolas de Ouro Preto (1835), São João del-Rei (1890), Juiz de Fora (1894) e Ouro Fino (1909).

Como já se tem anunciado, o modelo de formação oferecido pelo Curso Normal nessa cidade acompanha a consolidação da República Nova, com a modernização da sociedade brasileira, o crescimento econômico e um novo ideal de construção para sociedade.

O Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, uma escola normal de primeiro grau, a princípio, organizava seu curso de acordo com as prescrições da reforma Francisco Campos, em dois ciclos: adaptação, dois anos, e normal três anos, sendo dois de cultura geral e um de formação profissional, o que pode ser observado durante o levantamento do nome, curso e série em que se encontravam as alunas que assinavam as produções publicadas no jornal *Stella Maris* e nos documentos da escola. A partir da Reforma Capanema, passa a organizar-se, de acordo com o que está apresentado nessa produção textual, publicada na página 16 do Jornal *Stella Maris*, em sua edição especial de encerramento do ano letivo das formandas, em dezembro de 1946, sob o título de Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora das Dores.

A Escola Normal Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, que de 1905 a 1946, diplomou 1086 professoras, continuara sua nobre missão sob as bênçãos de Deus, de acordo com a “Lei Orgânica do Ensino Normal”, --(decreto-lei 8.530, de 2 de Janeiro de 1946).

A reforma federal divide o ensino normal em dois ciclos:

1º ciclo- O Curso de Regente do Ensino Primário, com quatro séries anuais, permitindo exercer o magistério apenas em determinadas regiões.

2º ciclo – O CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, de três anos, para as candidatas que concluíram a 4ª série ginasial e para as normalistas de 1º grau ou regentes do ensino primário.

A Escola Normal Nossa Senhora das Dores adotará o 1º e o 2º ciclos.

CONDIÇÕES para matrícula na Escola Normal (Curso de Professores):

- a) ser brasileiro,
- b) sanidade física e mental,
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contra-indique o exercício da função de docente,
- d) bom comportamento social,
- e) apresentação de diploma de normalista do 1º grau ou de atestado de conclusão da 4ª série ginasial,
- f) idade máxima de 25 anos,
- g) habilitação nos exames de admissão.

O exame de admissão ao referido curso será feito na 2ª quinzena de fevereiro e versará sobre as matérias: Português, Francês, Matemática, Ciências naturais, Geografia e História Geral.

As candidatas à matrícula no Curso de Formação de Professores deverão apresentar requerimento até 15 de fevereiro.

O curso ginásial, fundado em 1940, passou de acordo com o Decreto Lei n. 20820, de 26 de Março de 1946, ao regime de fiscalização permanente. Com o certificado de conclusão do curso ginásial, as alunas têm acesso à matrícula na Escola Normal. Os exames de admissão realizam-se na segunda quinzena de fevereiro, devendo a candidata apresentar:

- a) Certidão de registro civil (firma reconhecida)
- b) Atestado médico
- c) Requerimento à Diretora.

Como se vê traz dados sobre a estrutura do curso, o número de alunas já formadas desde 1905, ano de sua primeira turma, até 1946, ano que novas condições são colocadas para a admissão das candidatas a normalistas.

As condições para ingresso das alunas na escola normal traz algumas exigências que merecem ser destacadas.

O item c impõe como uma das condições a ausência de “defeito físico” que possa comprometer o exercício da docência. Mesmo considerando que naquela realidade não havia se consubstanciado o movimento de inserção social e profissional do deficiente físico e o desenvolvimento de recursos que podem trazer melhor qualidade de vida aos deficientes, ficam os questionamentos: que defeitos físicos impediriam o exercício docente? Seria essa exigência um reflexo da divinização da professora? Ou do processo de higienização e eugeniação?

A mestra, que deveria ser um exemplo para as crianças, ensiná-las a se cuidarem moral e fisicamente, pois seriam o Brasil de amanhã, a professora que deveria dar exemplos de higiene e boa alimentação, incentivar os exercícios físicos, evitando que as crianças fossem vítimas de consequências funestas em virtude do descuido com esses aspectos, a normalista que deveria defender e promover o ideário higienista e eugenista que caracterizava o Estado Novo não poderia apresentar defeitos físicos.

Como cita Rocha (2003, p. 48), com base em Almeida Júnior (1922), a professora, figura exemplar, repleta de virtudes deveria ter sobre a criança, cuja mente ainda era impressionável e plástica, um enorme poder de sugestão inculcando-lhe,

[...] hábitos de asseio, modos de arranjar-se e de vestir-se, precauções higienicas em favor proprio ou dos outros, temperança etc... Considerando os perigos da imitação, era imprescindível estar atento à elaboração de cada detalhe dessa figura modelar que as crianças deveriam imitar, de modo que se evitasse que, presa dos pecados capitais da falta de asseio, decência ou temperança, o mau exemplo do professor viesse a macular a alma infantil com a sugestão desses graves vícios, fazendo desmornar o *castelo da educação moral*. Não há exagero quando se chama 'crime' ao acto que elle pratica, imprimindo no cerebro virgem da infancia essas imagens repugnantes que deixarão sulcos indeleveis e de perigosas consequências.

O item d, bom comportamento social, responde a necessidade de controle e vigilância dos *habitus*¹⁶ que deveriam configurar a identidade das mulheres virtuosas que se tornariam mães e professoras.

Uma vez que garantir a solidez dos *habitus* - necessários à construção de uma Pátria forte - já incorporados no âmbito familiar ou adquiridos no âmbito escolar, se constituía em uma parte fundamental da educação estadonovista, no Colégio Nossa Senhora das Dores, assim como em muitos outros, todo o controle, vigilância sobre as professoras e táticas de inculcação eram necessários, desde a sua entrada para os estudos.

Para concluir, registra-se, lançando mão dos estudos de Zaccur (2003, p. 4), um cadinho de vida de Maria Guiomar que, em 1917, foi matriculada pelo pai no Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei. Esse texto apresenta um pouco da história desse Colégio, trazendo questões como: exigências para matrícula, proposta curricular, controle da disciplina, relações estabelecidas no âmbito escolar e constrangimentos.

Maria Guiomar participava ativamente do que a cidade tinha a oferecer, quando em 1917, foi encaminhada ao Colégio Das Dores de São João del-Rei – um colégio de freiras que seguia o modelo francês, para fazer o seu curso Normal. Para que fosse aceita, o pai recorreu a um expediente então bastante comum: providenciou-lhe uma nova certidão de idade, adulterando, de 1903 para 1902, o ano de seu nascimento, atendendo assim à idade mínima de 14 anos para seu ingresso no Curso Normal.

O colégio era austero e, no primeiro ano do curso, trabalhava apenas com dois critérios: promoção ou reprovação, pois os exames só seriam realizados ao encerramento da matéria no quadro do curso. Assim, quatro das nove disciplinas do 1o. ano (Música, Desenho e Caligrafia, Trabalhos Manuais, Costura e Trabalhos de agulha, se encerraram no segundo ano com respectivos exames. Já Português, Aritmética, Geografia Geral, Chorografia do Brasil eram objeto de exame ao final de três anos consecutivos. Outras disciplinas constavam apenas do 3o. e 4o. anos: História Natural, Francês, Física e Química. Uma única matéria, a Ginástica, atravessava os quatro anos do curso: reforçando a herança clássica *Mens sana in corpore sano*. Outras eram objeto de estudo apenas durante um ano: Educação Moral e Cívica no 3o. ano; Pedagogia e Higiene, Geometria e Desenho linear no 4o. ano.

Também no 4º ano eram realizados exames práticos finais de Leitura e Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia e Cartografia; História natural, Física e Higiene, Trabalhos manuais, Geometria e Desenho, Exercícios Físicos e Canto*.

No verso do diploma, as notas registradas expressavam qualitativamente o que hoje chamamos conceitos, sendo **distinção** a “nota” mais elevada. No currículo, não há referência à literatura, mas sabe-se que as antologias ocupavam largo espaço na formação daquele tempo, sendo requerida e avaliada a leitura fluente e eloqüente.

¹⁶O *habitus* – foi usado na forma como potencialmente o bom comportamento das normalistas poderia ajudar no trabalho a ser construído com o jornal, na arrecadação dos textos a serem publicados, nas notícias da vida escolar, na comunicação dos festejos, nos registros e homenagens de visitantes políticos e religiosos ao colégio, na elaboração e organização de um trabalho, que esse tipo de mídia poderia alcançar dentro e fora do espaço estudantil. Na definição de Bourdieu “O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação- o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo, inscrito em esboço, no estado atual do jogo”. BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**, 1996, p. 42.

Há, inclusive, na correspondência trocada por Maria Guiomar com o namorado e as amigas, citações de poetas, referências a romances e um soneto de sua autoria. Ou seja, ainda que não constasse do quadro de matérias, a presença da literatura era bastante significativa.

Por outro lado, no colégio, a rigidez advinha de uma organização panóptica que tudo controlava: horários, correspondências, higiene, uniformes e penteados, a par do aproveitamento sistematicamente avaliado. Em entrevista concedida a Moraes, Maria Guiomar contou que, *de quinze em quinze dias, era apresentada em voz alta as notas de aproveitamento e comportamento*. Apesar das boas notas nas primeiras, não ia além regular em comportamento. No entanto, orgulhava-se por ter obtido **distinção** em todas as disciplinas dos dois últimos anos. Aliás, só obteve plenamente, no 2o. ano, em Trabalhos manuais, Desenho e Caligrafia, Costura e Trabalhos de agulha.

Outra prática muito presente no colégio interno era a da correspondência, ainda que sob estreita vigilância das freiras. Apartadas da família, transferidas da cidade natal, escrever carta se transformava em necessidade para as alunas. Tal prática funcionava como um espaço paralelo ao da educação formal: escrevia-se com sentido, para ser lido por pessoas especiais: amigas, parentes e namorados. Se a correspondência era uma extensão das conversas cotidianas, era preciso inventar astúcias, tais como colocar dentro do envelope contendo uma carta para a amiga, uma segunda para o namorado.

Outras redes se teciam também a partir do colégio interno que reunia alunas de diferentes municípios, muitas vezes selando amizades, interligando vidas e histórias.

A nova estrutura burocrática-educacional proposta pelo Estado Novo trouxe normas, regras, ideologia política, procedimentos, orientações, estruturas de formação, saberes disciplinares e idéias pedagógicas.

Inaugurado esse novo tempo político do século XX, as relações de comunicação são adaptadas também a esse novo modelo, conforme registra Freitas (2005, p. 166).

Se o momento de estabilização de uma forma para a escolarização pode ser identificado como os primeiros anos da República, as décadas seguintes assistiram a várias disputas entre grupos que buscavam influenciar a definição das 'formas dentro da forma', o que significa disputar o formato de currículos, orientações pedagógicas, produção de materiais e tudo o que pudesse dar normas ao trabalho escolar.

No movimento dessas reformas intensifica-se a publicação de periódicos educacionais e/ou pedagógicos, como revistas e jornais que, a princípio, deveriam servir de instrumento para a formação do professor, seja dando receitas de boas aulas, seja apresentando experiências bem sucedidas, seja exaltando as qualidades da boa professora, seja publicando textos traduzidos de autores que se dedicaram as questões pedagógicas, seja divulgando as ações governamentais e as ações e atividades das escolas. E o jornal ou impresso estudantil *Stella Maris* pode ser considerado parte desse conjunto de publicações.

Ao se pretender identificar as marcas da formação das professoras primárias nesse jornal colegial foi necessário, num primeiro momento, como já mencionado, buscar - mediante a leitura atenta das 63 edições, selecionadas como fontes documentais e à luz de estudos teóricos - entender: por que criar e incentivar a manutenção do jornal colegial naquela instituição? Sob que condições esse impresso estudantil foi criado e mantido? O que veiculava esse impresso? Quem eram seus produtores? E seus leitores?

As análises de algumas produções textuais - anúncio de chegada de autoridades políticas e religiosas, passagem de visitas pelo colégio, informação de atividades da vida colegial, publicação de textos literários para estimular a leitura, troca de correspondências entre colégio e Igreja e colégio e Estado apontavam indícios de que a aquisição da perfeição no uso da língua, “condição de unidade nacional” e a socialização, “[...] condição de soberania de uma nação [...]” (GUERINO, 1939, p. 220) - funções entre as quais, se propalava a importância do jornal escolar – trazia um significado muito mais amplo do que se podia pensar. O jornal escolar constituía uma parte da estratégia do Estado-Igreja¹⁷ e do Colégio para a imposição de idéias, divulgação das ações e prestação de contas.

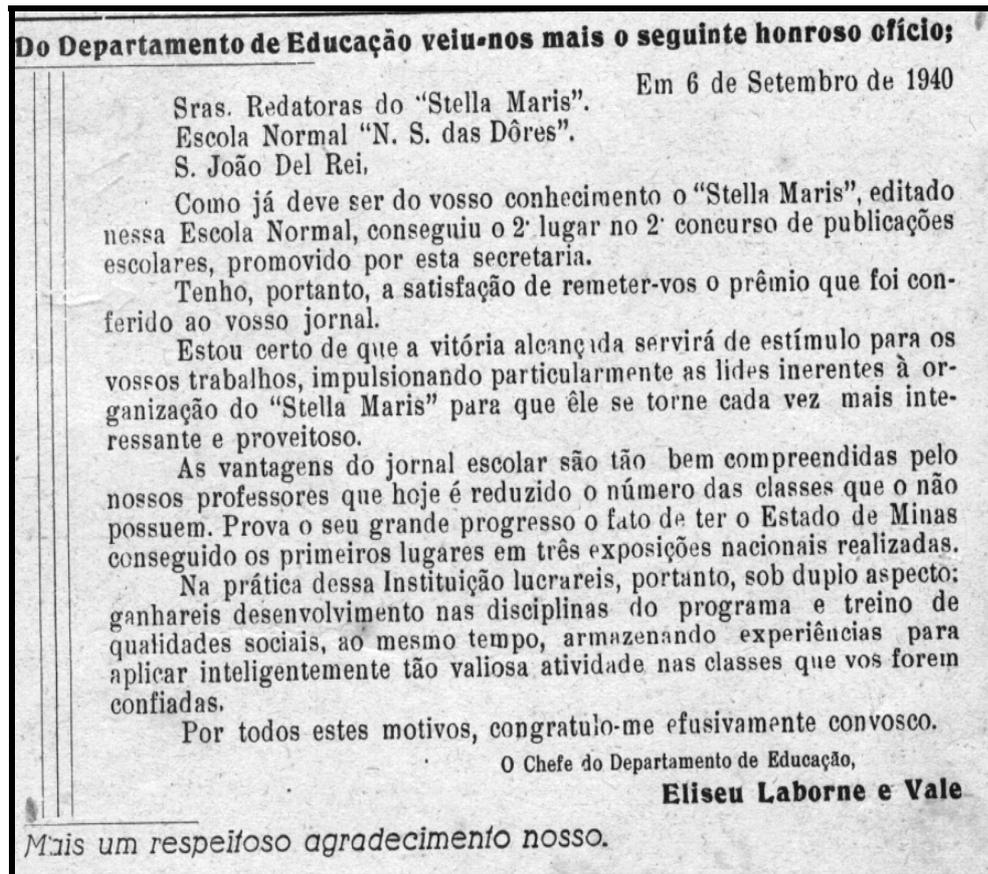
Infere-se que era, à época, para a escola, um objeto de grande importância, uma vez que era preservado como um objeto sacro, como se pode ver nesse excerto de um artigo redigido por uma normalista:

[...] Fui então ao arquivo para fazer a retificação.
Lá o encontrei [o jornal] muito bem organizado e até o local enfeitado com jarras de flores: foi o dedicado trabalho de duas redatoras, Delza de Assis e Dinah Corgozinho, a cujo desvelo deve a nossa redação um trabalho maravilhoso, que lhes custou necessariamente muitas horas de recreio. Prometi a mim mesma dar os parabéns a essas duas amigas que levaram a efeito essa bela tarefa. [...] (STELLA MARIS, ano1952, nº 138, p. 16-17).

Cumpre sublinhar que o jornal *Stella Maris* foi significativo no conjunto dos jornais produzidos nas instituições escolares, recebendo a classificação de segundo lugar entre aqueles¹⁸ reconhecidos pelos órgãos oficiais. (Ver Ilustração 5).

¹⁷ Considerando o “pacto” firmado entre Igreja e Estado durante o Estado Novo, opta-se por tratá-los como um substantivo composto.

¹⁸ Segundo informações retiradas da Revista Educando (1940-1945), nº 8, p. 12-14 de nov. de 1940, entre os jornais escolares que circularam nesse período, destacam-se: “Nosso Jornal” - Grupo Escolar: Francisco Peixoto, da cidade de Guarani (que também chegou a ser premiado); *O Escolar* - Grupo Afonso Pena; *A Vida Escolar* - Grupo Escolar Cel. José Cândido, da cidade de S.S. do Paraíso, *O Rosário* - Escola D. Silvério, da Fazenda do Rosário, entre outros.



**ILUSTRAÇÃO 5 - CONGRATULAÇÕES PELA PREMIAÇÃO
(FONTE: JORNAL STELLA MARIS, 1940)**

2.5 Por que incentivar ou impor a manutenção do jornal *Stella Maris*?

Os impressos escolares cumprem a função de orientação, formação de professores e construção da representação de grupos específicos. De acordo com Resende e Faria Filho (2001, p. 119 - grifos dos autores), ao se referir a “[...] uma história da *cultura material escolar* (...) tais materiais [impressos], na cena da escola, podem (...) cumprir funções as mais diversas”.

Para apreender o significado da existência e função desse jornal colegial, partiu-se de uma abordagem centrada nos conceitos de estratégias e táticas desenvolvidos por Certeau (1990). A partir desse referencial, foi possível inferir que o incentivo à publicação do jornal escolar, ou entrelinhas, a imposição dessa publicação, às escolas e dessas aos alunos, é uma iniciativa tomada para que Estado-Igreja pudessem divulgar e, assim, uniformizar e controlar as identidades profissionais que desejavam conformar. O colégio, por sua vez, respondia aos

ditames do Estado e às suas necessidades de afirmação como instituição de qualidade e de divulgação de sua proposta educacional.

Ou seja, essa iniciativa, por parte do Estado-Igreja, ou por parte do colégio, pode ser interpretada como uma estratégia de imposição que, nas palavras de Chartier, partindo dos conceitos de Certeau (1990, p. 17), serve para “[...] legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”, ou, em outras palavras, forma pela qual “um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.

Portanto, a estratégia de incentivo/imposição à publicação do jornal *Stella Maris* configurou-se como uma tática (prática de apropriação), “modos de fazer” (CHARTIER, 1995) utilizada pela escola e pelo Estado-Igreja objetivando impor, ou tentando impor, a seus respectivos destinatários, as suas concepções de educação, e, entre elas, a concepção de professora primária, buscando, assim, disciplinar, controlar, por ordem, enfim, capitalizar. O jornal, portanto, é o resultado de uma estratégia de criação de multiplicadores que contribuíram para a imposição, divulgação e conformação de interesses.

Observa-se, portanto, nas variadas produções textuais das normalistas de um colégio católico, ou mesmo na seleção das reproduções publicadas, a produção de discursos, exaltações que serviram para estruturar representações de que a Pátria forte, que se erguia necessitava de uma mãe-mulher-professora cujos *habitus* fossem orquestrados a partir da: moral, obediência, carinho, amor, vocação, conhecimentos sobre saúde e higiene, paciência, tranqüilidade, intuição e poder de persuasão. E para instruir aqueles que fariam a Pátria forte havia um currículo que dava grande ênfase às atividades de socialização as quais a professora deveria incorporar com eficiência em seu trabalho cotidiano.

Nessa investigação toma-se o conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu, a partir da necessidade de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais, portanto, *habitus* é aqui compreendido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as *experiências passadas*, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983b, p. 65).

Nessa perspectiva, há de se inferir que o jornal colegial *Stella Maris*, ao imprimir em suas páginas o perfil da professora que respondia às necessidades da política educacional,

contribuiu para a conformação da identidade das professoras primárias, ou seja, contribuiu para imprimir as marcas da formação das professoras primárias durante o Estado Novo.

Assim, a análise do conteúdo das produções textuais das alunas permitiu inferir que no Estado Novo, o Estado-Igreja¹⁹ e o colégio utilizaram o jornal *Stella Maris* como uma tática de apropriação dos seus ideais educacionais, por parte não só das alunas, futuras mães e professoras - em cujas mãos se depositava o futuro da Pátria - mas também da sociedade. Faz-se necessário sublinhar que as estratégias são capazes de produzir e impor, as táticas só permitem utilizar, manipular e alterar algo, que nesse caso trata-se das identidades das professoras primárias.

As produções textuais apresentadas no Jornal *Stella Maris*, ou seja, as representações das alunas normalistas sobre as várias dimensões da educação, explicitadas por todo o jornal, revelam que a estratégia de imposição de alguns princípios e práticas educacionais durante o Estado Novo, foi suficiente para que a escola e as alunas deles se apropriassem, ou seja, fizessem uso de acordo com a seleção e apreensão de significado que dependia em parte do capital cultural acumulado, e passassem a repeti-los reafirmá-los “como uma ladainha” por longos anos.

O Jornal *Stella Maris* constituiu um guia útil, pelo qual Estado-igreja e famílias podiam controlar a educação, assim, alinhando-se ao projeto educacional estadonovista, mostrando-lhe lealdade.

O ‘Stella Maris’ foi fundado em 1930. A necessidade de uma garantia de sucesso, de um guia nas dificuldades, de um amparo nas quedas, fez com que se escolhesse o nome de ‘Stella Maris’. A devoção que o nosso Colégio sempre dedicou a Maria Santíssima aí deve também ter influenciado, colocando a nossa folha sob a denominação de um dos mais belos títulos da Mãe de Deus. (STELLA MARIS, nº 5, p. 16-17).

Assim, dito de outra maneira, o Estado Novo investe na criação, revitalização e promoção dos jornais escolares, como forma de garantir seus propósitos, ou seja, fazer com que a escola siga à risca suas imposições e, ainda, as defenda, criando bases para capitalizar proveitos.

O texto intitulado, “O número 138”, elaborado por Anna Celina B. Prado, que, após 22 anos, retoma o histórico do jornal produzido em 1939, pela diretora de redação corrobora as análises:

¹⁹ O Estado e a Igreja são instituições distintas, mas por se unirem a interesses comuns durante o período do Estado Novo, optei por mencioná-las numa palavra composta, para ilustrar melhor essa união.

O motivo primordial da fundação [do jornal] foi incentivar o desenvolvimento intelectual das alunas e a formação de sua responsabilidade por um meio prático e atraente. Desde cedo deu ótimo resultado, cada vez se aperfeiçoando mais e trazendo aos nossos dias o estímulo, ao ver as lutas das primeiras redatoras (bem semelhantes às nossas próprias lutas) e o sucesso por elas obtido. (STELLA MARIS, ano1952, nº 138, p. 16-17).

2.6 Como o jornal *Stella Maris* era mantido?

A manutenção desse impresso estudantil será aqui tratada na sua dimensão financeira e no que diz respeito à sua produção.

De acordo com Casasanta (1939), que se utiliza de dados levantados em 1934 e 1935, os jornais escolares eram mantidos pela Caixa Escolar; recursos internos e externos e outros, os quais não são especificados. Entre os 737 jornais escolares analisados, 394 tinham assinatura paga e trezentos e quarenta e três tinham assinatura gratuita.

Quanto ao *Stella Maris*, infere-se que a existência desse impresso não foi livre de dificuldades, manteve-se à custa de assinaturas anuais no valor de 6\$000, doações e publicação de anúncios.

O Jornal *Stella Maris* não se destinava exclusivamente ao público leitor do colégio, estendia-se aos assinantes de outros estados, cujas instituições escolares pertenciam à mesma ordem religiosa das Vicentinas, buscava: manter uma rede de relações entre alunas, ex-alunas, professores, outros membros dentro do colégio, mantendo assim a função socializadora, de acordo com os princípios educacionais estadonovistas.

Sua abrangência vai além das relações intraescolares era lido, por exemplo, nos Institutos São Rafael e Pestalozzi. E não se pode desconsiderar que também era lido, por motivos diversos, pelo governo e pelo do clero. Segundo dados publicados por Casasanta (1939) em 1935 havia o intercâmbio entre duzentos e cinquenta e oito jornais.

Com periodicidade mensal, exceto nos meses correspondentes às férias, essa publicação sofreu problemas de circulação²⁰, em função de alguns atrasos na sua publicação decorrentes da dificuldade de material para impressos, o que comprometeu, em parte, a sua

²⁰ O Jornal *Stella Maris*, publicado no começo do século XX revela em seus exemplares localizados de seu “ciclo de vida” que contemplou os anos IX ao XII – 1938 – 1952. Durante essa fase de sua publicação pode-se afirmar que durante o período de 1938 – 1945 do Estado Novo, não houve nenhum intervalo referente a essa publicação. No entanto foram localizados alguns números de edições variadas até os anos de XXX ao XXXII – 1960 – 1963 correspondente aos intervalos mostrados.

edição durante alguns momentos de sua história e, ainda, causou alguns equívocos na numeração durante o seu ciclo de vida periódica, conforme registra um artigo publicado na edição especial nº 138, intitulado “O número 138”:

[...] Em verdade, 138 é um número significativo: é o número desta revista e simboliza os 22 anos de árdua luta pela conservação de uma preciosa vida: a existência do ‘Stella Maris’, o nosso jornalzinho. Por mais de um lapso ocorrido nas diversas edições, a numeração estava com um grande engano. [...]. (*STELLA MARIS*, ano 1952, nº 138, p. 16-17).

A pontualidade da publicação dependia, basicamente, das alunas colaboradoras no envio de seus trabalhos e, ainda, do retorno às aulas. Certo é que o trabalho se concentrava nas alunas normalistas redatoras, que se viam sobrecarregadas tendo que trabalhar muito além do previsto. Esse acúmulo de trabalho se devia, principalmente, às atividades relativas aos dias santos e feriados que seriam publicadas

No que diz respeito às doações, além da doação feita pelo Sr. João Gomes, agradecida no texto “Um amigo do Stella Maris”, reproduzido abaixo, esse periódico recebeu a doação do Sr. Fernando Cotrin M. de Carvalho (membro da mesa administrativa e provedora da instituição, em 1940), no valor de 50\$000 (cinquenta contos de réis). Infere-se que havia colaboração financeira de outros mais discretos, que não foram citados no jornal.

[...] A redação do ‘Stella Maris’ agradece desvanecida o auxílio que lhe enviou de 50\$000. Cumpre notar que esta redação já deve ao Sr. Gomes muitos favores que gentilmente nos tem prestado. [...] (*STELLA MARIS*, julho, 1942, p. 5).

Quanto à publicação de anúncios, observa-se que era utilizado pelo comércio local, casas comerciais como: J. Assis Sobrinho, que anunciava artigos religiosos; a Tipografia Assis com informações sobre encomenda de impressos comerciais, prospectos e demais impressos exclusivos para colégios.

Acerca do número preciso de assinantes, bem como da tiragem do jornal *Stella Maris*, não foram localizadas informações no jornal.

Em relação à tiragem, o registro manuscrito, à folha 37, do “Livro Copiador de Correspondência”, elaborado entre os anos de 1932 e 1953, informa que a tiragem era de 500 exemplares.

No que concerne ao número de assinantes, infere-se que havia um número significativo, composto por familiares, estudantes locais e de outros estados, comerciantes,

que podem ser localizados no corpo do jornal, mediante as correspondências por eles e a eles dirigidas.

Em relação à sua produção, é importante tratar da equipe de redação e colaboradores e da seleção dos trabalhos para publicação.

2.6.1 A equipe de redação

A cada ano letivo, após a conclusão do curso, a equipe de redação sofre alterações, sendo substituída por novas alunas que passaram do 2º para o 3º ano do Curso Normal. A equipe de trabalho tinha as seguintes funções: duas ou três alunas do 3º ano do Curso Normal, como redatoras; outras duas ou três alunas, como auxiliares; e todas as alunas do colégio participavam como colaboradoras.

As produções textuais que fazem referência aos critérios de seleção para a equipe de redação deixam dúvidas a respeito dos mesmos, pois o jornal informa critérios diferentes em seus exemplares: ora as candidatas passam por uma seleção mediante à apresentação de textos que são avaliados, ora são indicadas pelas professoras que fazem o julgamento.

Observou-se que, durante os anos 1930 a 1941, uma espécie de concurso era feito para definir quem assumiria a equipe de redação do jornal. Esses concursos eram realizados mediante a apresentação de textos, das candidatas inscritas que eram indicadas pelas professoras. Os textos vencedores do concurso eram publicados no jornal, pelas normalistas.

A propósito, veja-se, ao final desse item, o artigo intitulado “As novas redatoras de Stella Maris”, reproduzido abaixo, e os artigos vencedores publicados no jornal de nº 2, 1941, abril, p. 5: *A música*, de autoria de Aparecida Mazzaro; *Paisagem da tarde*, de Ivone de M. de Andrade; e *A rosa e a gota de carvalho*, de Gislene de Melo Torres.

Nesse excerto reproduzido de uma edição publicada fora do período pesquisado, são reveladas, com toda clareza, as condições exigidas para submissão ao concurso.

[...] os membros da redação são escolhidos por votação. Em regra geral, a mestra encarregada de dirigir os trabalhos cita alguns nomes que, por sua capacidade intelectual, espírito de iniciativa, dedicação e senso de responsabilidade, estão mais **atas**²¹ para o cargo. O trabalho das redatoras é incentivar as outras alunas para a colaboração, fornecer-lhe assuntos para explorar, recolher os artigos, etc. *A escôlha dêstes varia*; em geral, as festas cívico-patrióticas, os acontecimentos escolares, as comemorações religiosas fornecem assunto para os mesmos. Sempre houve uma

²¹ Subtende-se que onde se lê “atas leia-se aptas.

parte recreativa, com humorismo, anedotas e charadas. (STELLA MARIS, nº 138, p. 17, dez. 1952, grifos meus).

Portanto, de acordo com essa produção textual, os membros da redação eram escolhidos por votação e os nomes das candidatas eram indicados pela mestra que avaliava a capacidade intelectual, o espírito de iniciativa, a dedicação e senso de responsabilidade das alunas para exercerem o cargo.

Essa realidade leva a supor que havia um concurso para o qual se inscreviam alunas já selecionadas previamente, o que não seria de se estranhar, uma vez que as redatoras deveriam ser aquelas alunas que respondiam às necessidades do Estado, Igreja e do colégio, e nada melhor do que as próprias mestras para indicar as normalistas que seguiam a “gramática escolar” para participar do concurso.

Embora, a princípio, todas as jovens matriculadas naquela instituição pudessem participar na elaboração do Jornal *Stella Maris*, as condições ou oportunidades de participação eram determinadas pelo capital cultural acumulado. Afinal, como lembra Bourdieu (2005, p. 50),

[...] o espaço social global é considerado como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura.

Esse grupo tinha, pois, como objetivo comum: registrar as atividades diárias do colégio; motivar todas as alunas daquela comunidade a participar do jornal enviando seus trabalhos; reunir trabalhos de outros colaboradores; noticiar as correspondências recebidas; divulgar preceitos de religião e saúde, alunas destaque em aproveitamento e comportamento, notas de falecimento, relatórios de excursões; homenagear políticos e religiosos; anunciar visitantes do colégio, aniversários, serviços e normas. Por fim, reproduzir a ideologia educacional do Estado Novo, ou seja, por em prática a estratégia do Estado-Igreja e Colégio.

A edição do jornal dependia também de colaboradores, além das próprias redatoras, em sua maioria, estudantes dos cursos Normal (primeiro, segundo e terceiros anos), Ginásial (primeiro, segundo, terceiro e quarto anos) e, em raros casos, alunas do Curso Primário. Outros grupos, como professores, convidados e autoridades religiosas, políticas e educacionais, colaboravam também na redação desse jornal.

No caso dos colaboradores, devem ser considerados nomes ligados à literatura, à política e à religião.

A seguir, são apresentados nomes de algumas personalidades, presentes no jornal²², bem como o seu lugar social na região hoje conhecida como Campo das Vertentes. Tais personalidades representaram, de forma maciça a Igreja, o Estado, a Família.

Como representantes²³ da igreja, são citados: Pe. José Lopes de Faria, Pe. Domingos Horta, Pe. José Maria Fernandes (Diretor da Obras Vocacionais Sacerdotais), Pe. René Betheém, Pe. Rui, Pe. Palau São João, Pe. Afonso Rodrigues, Pe. Ramière, Pe. Antonio Vieira, Pe. Eugênio Pasquier, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Dom F. de Aquino Corrêa, Cônego Modesto de Paiva, Revmo. Sr. Pe. Oswaldo da Fonseca Torga, Revmo. Sr. Pe Mário Quintão, Mons. Rafael Arcanjo Coelho (membro da diretoria da Associação das filhas de Maria Imaculada e segundo vigário geral da arquidiocese), Carlos Magalhães Azevedo (embaixador do Brasil no Vaticano), Iolanda A. Oliveira (Presidente do Centro Apostolado da Oração do Colégio), Alceu Amoroso Lima, Pe. Álvaro Negromonte (assinante dos textos de religião enviados aos periódicos que circularam nesse período, nos casos das Revistas do Ensino de Minas Gerais e Educando) e ainda os representantes das Obras Vocacionais Sacerdotais (O.V.S.).

Entre os representantes do Estado, destacam-se: Sr. Eloi Reis (inspetor escolar e fiscal permanente dos exames lavrados nas atas escolares), Exmo Dr. José Navarro (paraninfo das licenciandas no ano de 1942), D. Maria de Lourdes Chagas (inspetora-1940), Sr. Mozart Novaes (paraninfo e fiscal de exames escolares), Dr. Mário de Castro Cunha (Inspetor no período de 1940-1941), Sr. José Antonio de Carvalho (Fiscal e Inspetor²⁴ no período de 1942-1945), Sr. José Américo da Costa e Srta Maria da Conceição Guimarães (inspetores em 1942) Srta Carlota Ephigênia de Carvalho (fiscal de exames de 1943-1945), Sr. Eliseu Laborne Vale (do Departamento de Educação), Sr. Gustavo Capanema (Ministro da Educação), Sr. Mozart Novaes (Fiscal), Sr. Christiano M. Machado (governador do Estado de Minas Gerais), Dr. Antonio Viegas (Prefeito de São João del-Rei e paraninfo²⁵ das licenciandas no ano de 1943),

²² Boa parte do conjunto dos nomes aqui registrado encontra-se no jornal n.4, de 1938. Os demais nomes foram extraídos das demais edições exploradas.

²³ Entre os representantes da igreja, tanto o Exmo e Revmo. Sr. Arcebispo D. Helvécio Gomes de Oliveira quanto o Exmo e Revmo. Sr. Pe. Oswaldo P. Lustosa foram os indicados para realizar nas solenidades de formatura a bênção dos anéis.

²⁴ Sr. José Antonio de Carvalho, também foi em 1943 na solenidade de formatura das 22 normalistas, o representante oficial do paraninfo Exmo Sr. Dr. Gustavo Capanema.

²⁵ Sr. Prefeito Dr. Antonio Viegas, também foi em 1943 na solenidade de formatura das 16 licenciandas, o representante oficial do paraninfo Exmo Sr. Dr. Benedito Valadares.

Sr. Getúlio Vargas (Presidente da República), Visconde de Inhumas, Sr. Amaral Barcelos (jornalista), e a Secretária Nacional de Educação e Saúde, cujo nome não foi registrado.

Entre as famílias mais tradicionais e ilustres, encontram-se: Dr. João Kusbitschek (Paraninfo), Dr. Francisco Magalhães (homenageado com a inauguração do campo), Maria Auxiliadora Rodarte (colaboradora), Augusto Meira (colaborador em mensagens e notas), Pedro d'Airelle (colaborador), Dulce Cunha Costa (ex-aluna).

Citados com Contribuições literárias: Alguns autores usaram pseudônimos, em literatura (Harpa, Nortista e Tristão Ataíde), Bento Ernesto Junior, Antenor Nascente, Basílio Magalhães, Honório Armond, Hidelbrando Magalhães, Dr. Ribeiro Silva, Waldemar Tavares, Bernardo Guimarães, B. Eynad, Marília Mendes Ribeiro, Eleosina P. Barbosa e Francisco Scheiler Negrao.

STELLA MARIS 5

Artigos do concurso de redatoras do "Stella" em 1941

<p style="text-align: center;">A música</p> <p>Essa arte de manifestar os diversos afetos de nossa alma mediante o som é criação de Deus — como tudo que há de belo. E a arte por excelência. Não se sabe ao certo como teve origem.</p> <p>Supõe-se ser motivada pelo canto das aves. Sabe-se que os primeiros instrumentos foram inventados por Tubal, Mercúrio, Apolo e outros.</p> <p>Sabe-se ainda que as sílabas musicais <i>ut, ré, mi, fá, sol, lá,</i> foram inventadas pelo monge italiano Guido Aretino o qual as tirou do Hino a S. João:</p> <p style="text-align: center;"><i>Ut queant laxis Resonare fibris Mira gestorum FAmuli tuorum SOLve polluti LAbii reatum.</i></p> <p>Depois desta descoberta um outro monge escrevendo a Guido, aconselhou-o a verificar como nos referidos versos vai subindo uma nota em cada sílaba, com o que Guido encontrou a entonação de cada um dos degraus da escala. Cinco séculos depois um flamengo, (Lemaire) acrescentou a sílaba <i>Si</i> às seis primeiras e completou a oitava.</p> <p>Pelos dados acima chegamos à conclusão de que a Música é arte divina. De qualquer maneira que a encararmos, temo-la de um modo todo singular.</p> <p>Fazendo-se uma observação geral vemos logo que ela toca a sensibilidade dos seres, seja racionais ou irracionais, exercendo grande influência na alma. Pela música pode se conhecer o caráter do indivíduo.</p> <p>Imaginemos uma pessoa que não gosta de música...</p> <p>Já ouviram um cão uivar ao som de uma melodia? Uma criança acalentar-se com um simples</p>  <p>Um homem deixar transparecer sensações de pesar, entusiasmo, dor, alegria, saudade, etc.?</p> <p>A música produz pois, esses admiráveis fenômenos. Demota ainda o grau de civilização de um povo.</p> <p>A música sacra, como oração, é a que mais agrada a Deus.</p> <p>Sabendo que a música toca tanto os corações, vamos! entoemos</p>	<p style="text-align: center;">PAISAGEM DA TARDE</p> <p style="text-align: center;">Cinco horas!</p> <p>O sol escondia-se por detrás do Macuco, lançando seus últimos raios dourados na verde planície do Jaraguá.</p> <p>O regato que por aí passa deixava as águas cristalinas deslizarem serenamente, levando na lenta corrente, as folhas secas das velhas árvores ramalhudas. A imensa e fresca sombra daquelas ramagens, à beira do regato, descansam os animais, depois de longa jornada. Partam-se de relva macia e succulenta, enquanto um bando de pássaros multicores vem aninhar-se, chilreando lamentos de despedida àquele dia que se esvai...</p> <p>Absorta na magnificência desse quadro puz-me a meditar saudosa...</p> <p>Recordei o tempo ditoso em que eu passava por ali, ao lado do meu querido Papai...</p> <p>Agora já não o possuo. Há 6 anos deixei-me na orfandade, carpindo a dor profunda de sua falta imensa... da grande falta que pode fazer um exemplar e zeloso chefe de família.</p> <p>E eu o contemplava na minha meditação e sentia na doce ilusão de o possuir ainda, seus carinhos cuidados conduzindo-me pela mão...</p> <p>Desfazia-se aos poucos aquela ilusão e olhos fitos no regato, eu recordava que, muitas vezes, também seus olhos viram aquelas pedras e acompanharam o deslizar manso da corrente... Porém aquelas águas que ele vira, haviam de se a p a r e c i d o no seio do oceano, como meu querido Papai desaparecera no seio de Deus...</p> <p>As badaladas da "Ave Maria" despertaram-me e a visão daquela paisagem tão linda ia desaparecendo na escuridão da noite, quando a lua magestosa despontou...</p> <p style="text-align: right;">Ivone Meireles de Andrade</p> <hr/> <p>sempre hinos de glória a Deus; ao Coração Divino também deve tocar. Como é bonito, suave, assistirmos à Santa Missa cantando. Vamos! cantemos, entoemos hinos de louvor a Deus. Assim obtaremos a vida eterna.</p> <p style="text-align: right;">Maria Aparecida Mazzaro</p>	<p style="text-align: center;">A Rosa e a gota de orvalho</p> <p>Em belo jardim floresce uma roseira elegante sob os influxos benéficos do sol.</p> <p>Rosas e botões se confundem na ramagem. No meio desse belo conjunto destaca-se a « primogênita » com ares de rainha.</p> <p>Sobre uma de suas mimosas pétalas repousa humildemente uma gota de orvalho.</p> <p>Atreve-se a rosa altiva a dizer-lhe: — Sou a mais linda flor; encho de perfume a atmosfera e dou glória à flora universal. Da natureza sou, enfim, o mais perfeito ser! E tu, misera gota d'água, que fazes?</p> <p>— Misera! Misera! dizes tu.</p> <p>Não vês como me assemelho à lágrima que revela mais grandeza que a tua formosura? Misera pareço a teus olhos, rosa soberba! O orgulho te cega!</p> <p>Não vês que aos raios do sol posso ofuscar-te? E que assim iluminada visto-me de mil cores que tuas pétalas não possuem?</p> <p>Pousada aqui contribuo para o aumento de tua beleza e posso concorrer para o teu alimento. Faça mais que tu.</p> <p>Ferida no amor próprio a rosa vingativa e má, estremeceu e a gota desamparada deslizou pela pétala e caiu em silêncio no seio da terra sequiosa.</p> <p>Desapareceu na avidez do solo.</p> <p>Novos botões abriram-se durante o dia. À tarde, quando o sol procurava esconder-se por detrás dos montes, tombam silenciosamente as pétalas da rosa altiva...</p> <p>Fora o « ser mais perfeito da natureza » mas, pagou também o tributo de seu orgulho. Não fora digna de esperar a seiva produzida pela gota de orvalho que atirou a seus pés...</p> <p>Ah! quanta « rosa » existe... e quanta « gota de orvalho »!</p> <p style="text-align: right;">Gislene de Melo Torres</p>
--	--	---

ILUSTRAÇÃO 6 - REDAÇÕES PREMIADAS
(FONTE: JORNAL STELLA MARIS, Nº 1, p. 4, 1941)

Os textos a serem publicados eram selecionados por meio de votação. Sobre a seleção dos textos, uma das redatoras, assim se expressou;

[...] A seleção dos artigos suprime os plágios e depois escolhem-se os mais aproveitáveis para a publicação. O *Stella Maris* tem tido uma periodicidade mais ou menos constante, fazendo um intercâmbio amistoso com grande número de jornais escolares e seus leitores (STELLA MARIS, n. 130, p. 17 de 1952).

2.7 Diagramação, estrutura e conteúdos do jornal

A princípio pode causar um certo estranhamento tratar dos conteúdos do jornal juntamente com os aspectos de sua diagramação, entretanto, didaticamente encontrou-se nessa opção um caminho mais profícuo, dada a ligação colunas, sessões e conteúdo.

De 1930, data de sua criação, até 1940, o jornal *Stella Maris* foi produzido pela tipografia Assis na cidade de São João Del- Rei, e a partir dos anos 1950, pelas Artes Gráficas - São João Del - Rei, em papel de boa qualidade, tipo *couchê*, com 32 cm comprimento por 24 cm de largura, 28 x 18 de impressão e número de páginas variadas, quase sempre em torno de quatro e, no caso dos cadernos especiais, em torno de 20 páginas, contendo produções escritas das alunas e ilustrações.

O tipo de letra usada na publicação aproxima-se da forma gráfica do atual arial, no tamanho 12. Em alguns títulos, variam o tipo de letra e tamanho entre 18 e 20²⁶, além de outras de maior tamanho, não identificado, semelhante as de tipo manchete.

Essas medidas foram descritas de forma aproximada após a comparação com papéis impressos (o papel de um documento atual e o do jornal *Stella Maris*).

Como se pode observar na ilustração 7, abaixo, a capa do *Stella Maris*, além dos artigos, apresenta o seu nome, ano de publicação, ano de seu ciclo de vida, ilustrações, em geral, com alguma imagem de *Santo do dia*, e/ou fotografias de políticos ou alunas da cidade de São João del-Rei ou do próprio colégio. Os artigos da capa, sempre ilustrados, exploram conteúdos de religião e/ou homenagens políticas, ambas seguidas de ilustrações.

²⁶ Medidas calculadas pela semelhança no tamanho de letra acusada em material impresso no padrão atual do programa Word em 2008.



ILUSTRAÇÃO 7 - CAPA DO PRIMEIRO JORNAL DA SEQUÊNCIA ENCONTRADA (FONTE: JORNAL STELLA MARIS, Nº 1, 1938)

O jornal não apresenta sumário, índice ou qualquer outro tipo de informação, que contenha o título, autoria e número da página, onde podem ser encontrados os textos.

Apresenta na última página dos exemplares uma coluna de expediente, que informa o nome da equipe responsável pela edição, os colaboradores e o valor da assinatura anual. (Ver ilustração 8).

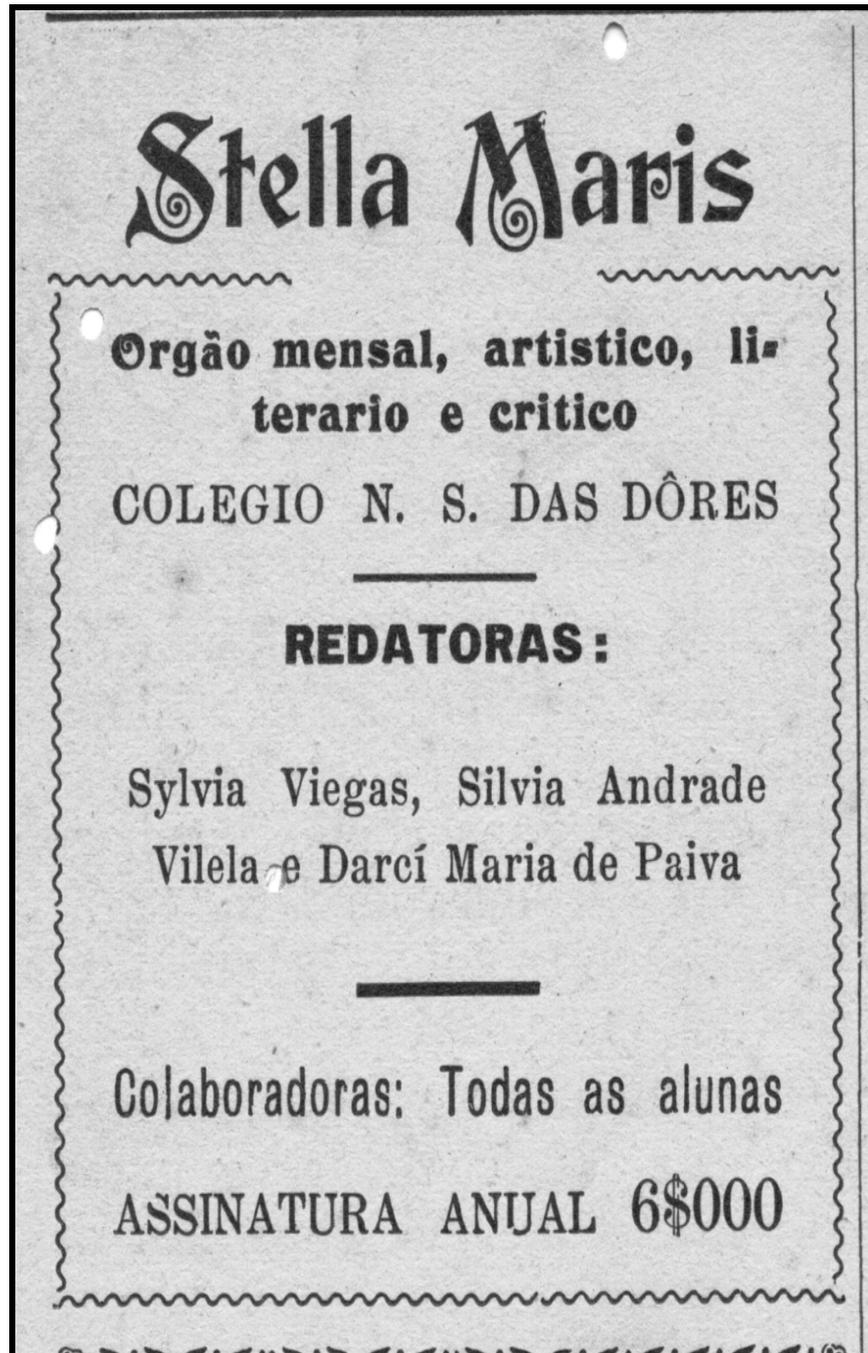


ILUSTRAÇÃO 8 - EXPEDIENTE
(FONTE: JORNAL STELLA MARIS, Nº 1, p. 4, 1945)

A maior parte dos seus textos é apresentada no formato de coluna; umas mais largas e outras mais estreitas, no papel branco e letras na cor preta, durante os anos 1930 e 1940. Os anos seguintes apresentam letra na cor azul.

Alguns textos apresentam problemas de escrita, como troca de letras, ausência de acentuação e pontuação, falhas quanto à legibilidade e paginação. Por exemplo, um texto que se inicia na página 12 termina na página 6.

Alguns textos das alunas normalistas compõem colunas específicas, como: “Secção Vida Colegial” e “Secção Recreativa”. Tal secção, apesar de atribuídas às normalistas, supõe que eram planejadas pelas professoras do colégio, que não são identificadas como responsáveis ou coordenadoras.

A “Secção Vida Colegial”, espécie de agenda, compõe-se do relatório das atividades diárias e mensais do colégio, dando uma idéia geral de todos os movimentos realizados na rotina escolar. Os conteúdos dessa seção do periódico dividem-se em: homenagens, datas comemorativas, reuniões mensais das associações escolares existentes no colégio, atividades religiosas mensais e atos cívicos.

No contexto do progresso e da renovação de mentes, pretendida pelo Estado Novo, estreitam a relação entre a educação e as festas cívicas. Na diversidade de festividades, que são apresentadas nessa seção, aquelas que mais se destacam são: festas da Semana da Pátria e as homenagens e comemorações religiosas, cada qual trazendo suas formas peculiares de envolvimento das massas, de reafirmação de significados e lemas para o futuro, nos quais se enquadravam: desenvolvimento, trabalho e amor à pátria.

A socialização, por meio das festas cívicas e religiosas; as homenagens aos homens da administração pública e aos heróis reafirmavam o respeito ao poder e às autoridades e o patriotismo, enfim serviam para conformar as mentes, excluindo possíveis rejeições e comportamentos reacionários.

Casasanta (1939, p. 191) ao discorrer sobre o jornal e o culto dos grandes homens faz citações de vários autores que mostram a importância do contato da criança com os grandes heróis, entre eles:

Durante um segundo, de maneira bem nítida, e bem viva, raira sobre a retina da criança uma imagem maior do que todos os exemplos da História: vira o Grande Conquistador do Universo, E, para uma criança, ver um conquistador do Universo, não é a mesma coisa que desejar tornar-se ela própria um deles?

“A Seção Recreativa” apresenta decifrações, charadas, adivinhações e anedotas, é marcada pela concepção froebeliana que valoriza os jogos como elementos importantes e necessários à formação dos indivíduos.

No jornal eram também explorados os seguintes assuntos: concursos; círculos de estudos Divino Mestre e grêmios: Tristão de Ataíde e Alberto Magalhães; ações religiosas (festas, coroações, procissões, missas, cantos e anúncio para a veneração do santo do dia).

Observa-se, pois, por meio do jornal, que o colégio seguia à risca as orientações sobre as atividades que deveriam ser desenvolvidas na escola, a fim de formar cidadãos adaptados àquela sociedade e não perder o *status* entre as famílias que se orgulhavam desta instituição de ensino pelos conceitos de “ótimo colégio”, “colégio disciplinado” e “colégio que ensina a verdade”. (COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES, 1948, p. 14).

Outros assuntos tratados nesse jornal são: notícias sobre retiros espirituais, festas, associações colegiais (grêmios e círculos), excursões culturais e religiosas, apelos religiosos, reminiscências. Também havia textos com chamadas em torno de “um pouco de português” e assuntos literários (contos, poesias, rimas, poemas, acrósticos).

São, pois contos, poesias, acrósticos, lendas, históricos, informativos, opinião, notas de vários tipos, mensagens, discursos, homenagens e biografias que apresentam os conteúdos voltados para a formação pretendida.

Há de se destacar, ainda, fruto da imposição de idéias, a publicação de mensagens relativas aos discursos, proferidos em festas de formaturas das ginásianas e normalistas e ainda notícias de nomeação de fiscal e inspetor escolar designados para o colégio.

Isso posto, sublinhamos que, sob o crivo literário, as alunas se representavam no Jornal *Stella Maris*, podiam ser vistas e, possivelmente, eram controladas e controlavam, formando opiniões. Através desse impresso estudantil é possível conhecer os componentes que conformaram sua formação docente, afinal, esse periódico estava associado à estratégia do Estado-Igreja para conformar as identidades das professoras, salvando suas almas das quedas, tornando-as capazes de salvar das quedas seus filhos e alunos por meio da adequada educação.

Como diz Casasanta (1939), a escola precisa agir na família, educando-a e instruindo-a, conformando as mentes: enquanto não aparecem os meios heróicos para debelar o mal, enquanto a família não vier à escola que a escola vá à família, E vá levada pela criança, através de todas as atividades escolares e, principalmente, através do jornal escolar.

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS NO BRASIL

Difícil é identificar um discurso político em que a Educação não seja colocada como um dos principais fatores do atraso crônico de várias nações, inclusive o Brasil, sendo defendida em vários discursos e, sobretudo, nos discursos políticos como a “fórmula” primeira para a conquista da ordem, do progresso e do desenvolvimento.

Para se compreender a educação e a educação que se fez e se faz no Brasil, não se pode desconsiderar as concepções que gestaram os vários modelos de formação de professores e as representações de identidade docente delas advindas.

As observações, as considerações, os discursos que apontam como lacunas da educação brasileira a formação docente, até mesmo culpando os professores por algumas mazelas na educação, não são característicos da sociedade contemporânea, vêm sendo repetidos insistentemente desde o Brasil Império, seja pelos alunos, pais, dirigentes ou até mesmo os próprios professores.

A análise das marcas da formação das professoras primárias, impressas no jornal *Stella Maris*, exigiu a compreensão do momento político, social e cultural em que foram criadas as Escolas Normais, procurando apreender as marcas da formação que essas escolas deixaram impressas na educação brasileira, de acordo com o momento e movimento no qual foram criadas e se desenvolveram.

Dessa forma, para se entender o contexto em que se inserem as marcas da formação das normalistas impressas no jornal colegial *Stella Maris*, do Colégio Nossa Senhora das Dores da cidade de São João del-Rei, fez-se necessário uma incursão pelos meandros da criação e desenvolvimento das escolas normais, de estratégias de imposição de representações de formação e de identidades docentes de professoras primárias no Brasil, tomando-se não apenas o Estado Novo, mas possíveis heranças deixadas para escola normal buscando refletir sobre seus significados.

Essa incursão deu ênfase, sobretudo, ao período situado após os anos 1930, quando cresceram os movimentos de reforma em todo o país e houve um discurso dominante sobre a necessidade de investimento na formação dos professores, para que esses adquirissem

conhecimentos teóricos e práticos necessários à compreensão dos novos ideais que moviam a reconstrução da pátria.

Os estudos de Tanuri (2000) constituem uma grande contribuição da história da educação para compreensão dos processos de criação e desenvolvimento das escolas normais no Brasil e da formação do professor da instrução básica, pois situam o contexto histórico, político e social da sua criação, apresentam considerações sobre o currículo desenvolvido e o público a quem se destinam, o que possibilita entender o papel e a importância das escolas normais em cada período da história do Brasil.

Sendo assim, para situar a escola normal e entender o processo de formação do professor da instrução básica no Brasil, articulando as diferentes dimensões que envolvem sua criação e desenvolvimento, tomou-se por base, esse estudo, complementando-o com outros estudos como o de Lellis (1983), Alves (1986), Prates (1989), Villela (1990), Vidal e Faria Filho (2002), Peixoto (2003), Hilsdorf (2003), Rosa (2005), que tratam de dimensões diversas da questão, bem como outros estudos que tratam das representações que com (formaram) as identidades docentes, cujas referências se encontram no decorrer das considerações apresentadas.

3.1 A formação das professoras primárias e as Escolas Normais no Brasil República: descentralização e ensaios de renovação pedagógica

Após um período imperial de ensaios rudimentares e mal sucedidos de implantação de escolas normais que eram criadas e extintas em algumas províncias do país e, num segundo momento, de valorização e crescimento das escolas normais em virtude das transformações ideológicas, políticas e culturais que marcam o período pós 1868/70, o Brasil República experimenta outra realidade.

O quadro social e econômico da Primeira República - marcado pela subordinação aos interesses dominantes dos produtores e exportadores de café - levou a educação a viver quadros bastante discrepantes nas várias regiões.

A responsabilidade sobre o ensino normal e o ensino primário ficou na mão dos estados e municípios²⁷, cujas realidades – sobretudo, no que diz respeito aos aspectos

²⁷ A Constituição Republicana de 1891 não trouxe qualquer modificação da competência para legislar sobre o ensino, estabelecia que os ensinos Secundário e Superior seriam de responsabilidade da União e os ensinos Elementar e Profissional, aí incluído o Normal, ficariam a cargo e responsabilidade dos Estados, conservando a descentralização proveniente do Ato Constitucional de 1834.

financeiros - eram bastante diferentes, o que fez com que o governo central fosse chamado a participar da criação e manutenção, sobretudo, das escolas normais, que muitos defendiam como instância privilegiada para influir no desenvolvimento do ensino primário. Embora esse movimento de cooperação do governo ganhasse força “[...] chegando-se mesmo a postular a centralização de todo o sistema de formação de professor ou a criação de escolas normais modelo nos estados” (Ibidem p. 68), esse não se consubstanciou na primeira República.

Assim cada estado organizou seu sistema independente e de acordo com seus reformadores e, em alguns, pôde-se perceber avanços concernentes ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo das escolas e formação de professores.

O estado de São Paulo - principal pólo econômico do país - liderou muitas reformas implementadas em outras localidades. Nesse estado, a Reforma Caetano de Campos (1890) teve influências de filosofias científicas, que levaram a atribuir grande importância às ciências, e também apresentou um ensaio de renovação pedagógica que destacava o valor sensorial, da educação dos sentidos das “lições de coisas” e do método intuitivo de Pestalozzi. Essa Reforma,

[...] ampliou a parte propedêutica do currículo da escola normal e contemplou as suas escolas-modelo anexas, bem como a prática de ensino que os alunos aí deveriam realizar. Nessas escolas foram introduzidas as idéias de Pestalozzi acerca dos processos intuitivos de ensino e contratadas professoras-diretoras de formação norte-americana. (TANURI, 2000, p. 69).

Assim, na Escola Normal, uma única cadeira continuou responsável pela formação pedagógica do professor – Pedagogia e Direção de Escolas – , porém parte do currículo foi ampliado, deu-se ênfase às matérias científicas, o curso foi prolongado para quatro anos e passou-se a exigir uma cultura enciclopédica, a ser avaliada através de exames, para ingresso na instituição.

A Lei n. 374, de 03/09/1895, que veio após essa Reforma, criou os cursos complementares que deveriam integralizar o curso primário, mas acabaram se tornando cursos preparatórios para professores atuarem nas escolas de ensino elementar, bastando para tal mais um ano de prática de ensino nas escolas modelo. Dessa maneira, iniciou-se uma dualidade de escolas de formação de professores - escolas normais primárias e escolas normais secundárias - o que foi de fundamental importância para a expansão do sistema de formação de docentes em proporções significativas para a época, provendo o ensino primário de pessoal habilitado.

Tanuri (2000, p. 70) observa que embora no início da República tenha havido movimentos em vários estados para a implantação de um ensino primário em oito séries, organizadas em dois ciclos - elementar e complementar ou superior -, e calcadas em modelos europeus,

[...] foi somente a partir da segunda década do presente século que os estados brasileiros começaram a instalar cursos complementares em continuação ao primário, **destinados a funcionar como curso geral básico, de preparação para a escola normal, justapondo-se paralelamente ao secundário.** (grifos da pesquisadora).

A partir de 1920, à medida que o período republicano avança, muitas são as reformas educacionais ocorridas nos estados brasileiros, em virtude das críticas sobre a ineficácia das escolas normais na formação dos professores. Essas reformas já acenavam para alguns princípios do escolanovismo e tentavam responder a críticas sobre as escolas normais que, ao contrário, de procurar desenvolver em seu currículo os conhecimentos necessários para compreender os fins da educação, o desenvolvimento e a natureza da criança, os métodos e as técnicas de ensino necessárias continuavam dando ênfase aos estudos de cultura geral.

Nesse momento e movimento os reformistas atentos optam pelo,

[...] desdobramento dos estudos propedêuticos e profissionais, em dois cursos distintos, quando então são dados dois importantes passos nesse sentido: a criação ou ampliação dos estudos complementares, preparatórios ao normal, [...] e, em alguns estados, a divisão do curso normal em dois ciclos: um geral ou propedêutico e outro especial ou profissional, ainda que nem sempre completamente diferenciados. (TANURI, 2000, p. 70).

Inseridos nesse movimento, o Ceará (1923), Bahia (1925), Minas Gerais (1927), Distrito Federal (1928), Pernambuco (1928), Goiás (1929), implantam o curso complementar preparatório para Escola Normal, constituído por dois ciclos.

Em Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal, além da exigência do curso complementar para ingresso na Escola Normal, há também um curso de cinco anos, dividido num ciclo geral ou propedêutico de três anos e num ciclo profissional de dois anos. Nesse ciclo, norteados por idéias escolanovistas, são introduzidas novas disciplinas, voltadas para a formação profissional, - além da pedagogia, da psicologia e da didática, a história da educação, a sociologia, a biologia e higiene, o desenho e os trabalhos manuais e um conjunto de normas didático-pedagógicas.

Essa diferença de cursos consolida a dualidade da Escola Normal, o que impulsiona a criação sobretudo escolas normais de Primeiro Grau.

Entretanto, a expansão não se deve somente à dualidade, mesmo antes desse processo a iniciativa privada e municipal já havia criado, em alguns estados, escolas normais, depois qualificadas de livres ou equiparadas. O Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei foi equiparado em 1905. De acordo, ainda com Tanuri, no ano de 1907, em Minas Gerais, a iniciativa privada se encontrava em franco desenvolvimento mantendo 12 escolas, ao lado de duas municipais e apenas uma estadual.

Como já mencionado, havia um movimento de tentativa de introdução na legislação de idéias originadas do escolanovismo, esses ocorreram no Distrito Federal, com a Reforma Anísio Teixeira; em São Paulo, com a Reforma Fernando de Azevedo e, em Minas, com a Reforma Francisco Campos.

Não se pode, entretanto, dizer que houve efetiva implementação dessas idéias na prática pedagógica cotidiana, como observa Tanuri (2000, p. 74) “[...] alguns pesquisadores sugerem discrepâncias entre a prescrição legal e aquilo que foi realmente implementado”

A valorização da educação como área técnica leva à diversificação das funções o que impõe a necessidade de criação de cursos para preparação de pessoal especializado; assim nos primeiros anos da década de 1930, inicialmente, em São Paulo e Distrito Federal e depois em outros estados, entre eles, Minas Gerais, aparecem cursos regulares de aperfeiçoamento do magistério e de administradores escolares,

Em 1938 é criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que passa a responder à necessidade de qualificação de pessoal para a administração escolar, oferecendo cursos para diretores e inspetores.

Em 1939, são criados cursos de Pedagogia com o objetivo de formar bacharéis, para atuar como técnicos de educação, e licenciados para atuar na docência das Escolas Normais. Dessa maneira, iniciava o esquema de licenciatura “[...] que passou a ser conhecido como “3 + 1”, ou seja, três anos dedicados às disciplinas de conteúdo – no caso da Pedagogia, os próprios “fundamentos da educação” – e um ano do curso de Didática, para a formação do licenciado”. (TANURI, 2000, p. 74).

3.1.1 Um destaque para Minas Gerais no cenário da República Velha ou Minas sai à frente²⁸ com o surto renovador

Segundo Prates (1989), no contexto mineiro da República Velha, a formação do professor primário foi distintamente marcada por duas etapas:

- 1) da proclamação da República a 1926: nesse período os governos não reconhecem o valor da educação em seus projetos políticos. Nas reformas que se sucedem pode-se perceber que os princípios pedagógicos se apresentam difusos.
- 2) de 1926 a 1930: num contexto em que se estabelece uma política de cunho modernizante, embora conservadora, a educação assume um papel relevante na construção de uma nova ordem social. O Movimento da Escola Nova é fonte inspiradora da reestruturação do sistema educacional que inclui as reformas do ensino Primário, Normal e a criação da Escola de Aperfeiçoamento.

Minas Gerais experimentou, entre 1926 e 1930, um envolvimento maior do governo na educação, pois apesar de ter iniciado a implementação de uma reforma de caráter conservador²⁹ - Reforma Francisco Campos -, essa determinou um maior compromisso com a oferta de escolas: foram criadas 3555 escolas primárias e ampliou-se de 2, para 23 o número de escolas normais oficiais, entre essas, seis eram Escolas Normais de Segundo Grau, oferecendo, portanto, um curso de sete anos.

O compromisso do governo não se limitou à criação de vagas, fixação e controle de normas de funcionamento, foi além em nome da buscada qualidade: introduziu, nos cursos regulares para formação do professor um período exclusivo para formação pedagógica; promoveu cursos de aperfeiçoamento e palestras para professores em exercício; intensificou a divulgação da “Revista de Ensino”; instalou bibliotecas, instituiu o horário para leituras e debates pedagógicos e criou a Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico. Investiu também na carreira do professor instituindo benefícios de promoção e acesso. (PEIXOTO, 2003, p. 41).

²⁸ Slogan bastante usado nas campanhas e propagandas políticas de Minas Gerais.

²⁹ Segundo Peixoto (2003), a Reforma Francisco Campos, em nome da qualidade do ensino, tem um caráter prescritivo e autoritário. Aos órgãos de direção do ensino – Inspeção-Geral de Instrução e Conselho Superior de Instrução – cabem as decisões e às escolas, tão somente a execução do determinado. Segundo Francisco Campos, *apud* Peixoto (2003, p. 39), “[...] organizar, aparelhar, é obra de inteligência e razão, mas de inteligência e razão preparadas”. Essa posição, ainda segundo Peixoto (2003, p. 40), é também reflexo do Taylorismo, em cujas bases se assentam as teorias que defendem a separação entre concebedores e executores, assim, [...] tarefas como seleção de métodos, conteúdos, etc. são consideradas excessivamente complexas para ficar a cargo do professor. Cabe criar um sistema que garanta, em nome da eficiência, da modernização, o controle e a fiscalização das decisões mais importantes e dos passos adequados à sua execução nas unidades escolares.

Para investir na formação dos professores já em exercício, formando um grupo de elite “[...] cientificamente fundamentada e tecnicamente aprimorada, que se colaria em postos-chaves na estrutura do ensino primário mineiro” (PRATES, 1989, p. 140), Francisco Campos criou, em 1929, a Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, que oferecia dois anos de formação profissional. O funcionamento dessa escola contou com a colaboração de uma comissão de professoras de escolas primárias de Belo Horizonte que foi enviada ao Teacher’s College da Universidade de Colúmbia, especialmente para estudar, e de uma comissão de professores europeus que foi convidada a vir ao Brasil.

É necessário sublinhar que por defender o enfoque naturalista e pragmatista da educação, a Escola de Aperfeiçoamento, não era muito bem vista pela Igreja, que ainda se debatia com o Estado em função da proibição do ensino religioso nas escolas. Entretanto, o governo de Minas, que não desejava embates com a Igreja, - possivelmente porque essa tinha grande influência no controle dos votos e das almas - buscava formas de entendimentos e acordos. Haja vista que, na Reforma Francisco Campos, o regulamento do Ensino Primário previa o ensino da religião católica fora do horário escolar e sem ônus para o Estado, o que muito agradou à Igreja. Ainda como medida conciliadora Estado-Igreja, pode-se citar a oferta de cursos especiais de um ano para regularização da profissão das freiras, que sem diploma lecionavam nos colégios católicos, uma vez que, após a criação da Escola de Aperfeiçoamento, o Regulamento da Escola Normal previa cumprimento das prescrições para o processo de equiparação e, entre elas, a obrigatoriedade do diploma.

A Igreja insistia em reocupar seu lugar nas instituições escolares e, para tal, movimentava famílias católicas, associações, líderes da sociedade e da política. O Estado não deixa de reconhecer a importância da Igreja e seu papel na organização e manutenção da ordem sócio-moral daquele período. “Sua estrutura hierarquicamente organizada, sua pregação da igualdade das almas e do não conflito entre as classes sociais são pontos para esse governo que quer modernizar sem quebrar com as estruturas tradicionais” (PRATES, 1989, p. 135).

Diferentemente de todos os outros estados, Minas Gerais consegue, pois, estabelecer com a Igreja um pacto de colaboração recíproca, a partir do qual assume na pessoa de Benedito Valadares público suporte ao Governo de Getúlio Vargas.

Entre os investimentos promovidos por Francisco Campos, ainda há de se mencionar o fato de imprimir uma nova linha à Revista de Ensino, “cujo uso, como instrumento de apresentação, discussão, avaliação e estímulo de utilização das idéias pedagógicas renovadoras foi exaustivo no período de 1926-1930” (PRATES, 1989). Essa publicação,

inicialmente mensal e depois trimestral, chegava a cada canto do Estado, contendo informações sobre os novos métodos, traduções de artigos de revistas especializadas da Europa e Estados Unidos, falas e atos do secretário, bem como relatórios e experiências de ensino vivenciadas no Estado, constituindo, dessa forma uma estratégia de imposição de idéias, um controle.

Vale lembrar as considerações de Vidal e Faria Filho (2002, p. 32), quando alertam para a diferença entre os princípios da Reforma Fernando Azevedo (1928), no Rio de Janeiro e Francisco Campos (1927), em Minas Gerais. Embora ambos caracterizassem sem sucesso os esforços educativos anteriores, para o Azevedo, a educação pública deveria romper com as iniciativas anteriores e projetar um novo futuro; para Campos, a construção de uma escola moderna e ativa não supunha uma ruptura com a tradição e com o passado, “buscava-se afirmar a inovação dentro da tradição, o que dava lugar a uma leitura muito mais indulgente da escola antiga do que aquela de Fernando Azevedo”, o que leva a inferir, o processo de formação das professoras primárias em Minas era indulgente com algumas dimensões das representações de identidades docentes que de certa forma, já vinham sendo apropriadas.

A descentralização de responsabilidades, mesmo com a centralização de medidas de controle, para a criação de um sistema nacional de educação, favorece a “autonomia” dos estados na configuração de seus sistemas de educação. Assim, o que “[...] ocorre nos estados no setor educacional não constitui um simples reflexo do que ocorre no plano federal” (PEIXOTO, 2003, p. 16).

3.2 A formação das professoras primárias e as Escolas Normais no Estado Novo

Consoante com o espírito centralizador estadonovista, em 1941, durante a I Conferência Nacional de Educação, convocada pelo governo federal, a Comissão de Ensino Normal já apresentava preocupações referentes à falta de normas nacionais que garantissem uma base comum aos sistemas estaduais de formação de professores, apontando para a necessidade de: exigência de estágios ou provas que garantissem a transferência de alunos entre estabelecimentos de mesmo tipo, registro do diploma pelo MEC, de forma que fosse reconhecido em todo território nacional e regime salarial uniforme.

Em função da administração centralizadora do Estado Novo que se orientava pela Carta outorgada, em 1937, que não conferia aos estados atribuição expressa quanto à

organização de seus sistemas de ensino, todos os tipos de ensino no país são regulamentados pelas denominadas “Leis Orgânicas”, decretos-leis federais, promulgados entre 1942 e 1946.

No impulso de (re)construir a nação, Vargas, as Forças Armadas e a Igreja concorreram para colocar em prática o seu projeto de educação do povo.

Segundo Hilsdorf (2003, p. 100), o projeto educacional do período se orienta pelos princípios do Estado Novo: centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização

No que diz respeito à centralização, à escola, que se reveste de grande importância na conformação e controle da sociedade, são impostas regras, normas, rituais que devem ser seguidos sob os olhos vigilantes dos fiscais federais.

O autoritarismo que vai orientar a política educacional está claramente expresso nas considerações de Hilsdorf (2003, p. 100) ao se referir à fala de Capanema proferida em 1937:

[...] a educação é instrumento do Estado para preparar o homem não para uma ação qualquer na sociedade, não para preparar o homem ‘em disponibilidade’, apto para ‘qualquer aventura, esforço ou sacrifício’ (como queria o liberalismo de Dewey, inspirador dos liberais no Manifesto), mas para ‘uma ação necessária e definida, uma ação certa: construir a nação brasileira’. Contra o ‘homem sem aderências’ dos liberais escolanovistas, que adaptavam a escola às necessidades da ordem capitalista internacional, contra os estrangeiros, os imigrantes que desnacionalizavam o Brasil: essa é a proclamação da nova escola de Vargas e Capanema.

O nacionalismo, propagado como cultura oficial do Estado Novo, é reforçado pela importância do ensino da língua pátria, da educação física, da moral católica, da educação e festividades cívicas, da História e da Geografia do Brasil, do canto orfeônico.

O nacionalismo é parte no período entre guerras (1918-1939) marcado e difundido por suas diferenças nos aspectos políticos, social, e nas esferas regional e mundial, sendo um dos componentes ideológicos do Estado Novo. Esse teve repercussão como um dos pilares de sustentação do Estado Novo, que visava a formação do “homem novo” e de sua correspondência à figura do trabalhador, ágil, eficiente, ordeiro e dócil.

A modernização, propalada como necessária, no âmbito da educação, deu-se pela criação de órgãos burocráticos que instalaram a estrutura administrativa definitiva do ensino e passaram a estabelecer regras a serem cumpridas no plano estadual:

[...] o Ministério de Educação e Saúde (1931), o Conselho Nacional de Educação (1931), a Comissão Nacional do Ensino Primário (1938), o Fundo Nacional do Ensino Primário (1942), o Inep- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938), o Instituto Nacional do Cinema Educativo, e o Sphan - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [...] (HILSDORF, 2003, p. 100).

Para o projeto educacional do Estado Novo, que pretendia preparar cidadãos adaptados a um mundo em mudanças, a escola deveria, pois deixar de ser meramente instrutiva, impondo-se a uma orientação religiosa, mantendo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, numa expansão de sua rede escolar entre os anos de 1930 a 1970- essa numa proposta política de voluntarismo minimalista, para tal, deveria, de acordo com observações de Pereira (1999) e Hilsdorf (2003), desenvolver as seguintes atividades:

- Promover a melhoria social dos alunos: como exemplo, pode-se citar a criação de caixas escolares para capitalizar recursos;
- Providenciar assistência física: com tratamento médico, merenda etc.;
- Garantir assistência educacional, nos seguintes aspectos:
 - Físico: ginástica, jogos etc.;
 - Emotivo: com jogos educacionais que produziram auto-controle;
 - Sanitário: ensinar higiene;
 - Intelectual: a educação tradicional;
 - Moral e cívico: a integração na comunidade, o que poderia ser feito, por exemplo: pelas comemorações cívicas e auditórios;
 - Religioso: na qual o estado não deveria intervir, mas que deveria permitir e promover;
 - Recreativo: pelas danças, cantos, literatura, apresentações de auditório etc.;
 - Socialização: atuação com os grêmios, associações, literatura;
 - Administrativo: ao participar na organização de clubes, grêmios, conselhos de estudantes etc;
 - Econômico: pelo estímulo à posse de uma caderneta na Caixa Econômica em nome da criança: pela exposição de trabalhos das crianças para venda etc; e,
 - Agrícola: ensinando a criança a ter canteiros de legumes e verduras para a merenda escolar ou como fonte de renda para a Caixa Escolar.

Assim, em meio ao processo de regulamentação - Reforma Capanema -, o Ensino Normal passa a ser regido pelo Decreto-Lei n. 8.530, de 2/1/1946, Lei Orgânica do Ensino Normal, que não traz grandes inovações para as Escolas Normais, pois estabelece como padrão o que já era comum a vários estados e, no que diz a respeito à sua organização, apresenta simetria com as demais modalidades do ensino secundário.

[...] O Curso Normal foi dividido em dois ciclos: o primeiro fornecia o curso de formação de “regentes” do ensino primário, em quatro anos, e funcionaria em Escolas Normais Regionais; o curso de segundo ciclo, em dois anos, formaria o professor primário e era ministrado nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação.

Além dos referidos cursos, os Institutos de Educação deveriam ministrar os cursos de especialização de professores – para a educação especial, curso complementar primário, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas, música e canto – bem como cursos de administradores escolares, para habilitar diretores, orientadores e inspetores. [...]. (TANURI, 2000, p. 74-75).

Quanto à organização do Ensino Normal em dois níveis e sua simetria com a organização do Ensino de Segundo Grau, a exposição de motivos da Lei Orgânica do Ensino Normal, esclarece:

[...] Dois níveis são julgados necessários na formação docente de grau primário, em virtude das diferenças de ordem econômica e cultural existentes entre as várias regiões do país, e, ainda, dentro dessas regiões, em zonas claramente determinadas por essas condições. O primeiro desses níveis corresponde ao ciclo inicial dos cursos de segundo grau, em quatro anos de estudos, e habilitará *regentes do ensino primário*; o outro, correspondente ao segundo ciclo desse mesmo grau, e a fazer-se em três anos, após a conclusão do primeiro (ou após a conclusão do ginásio), *formará mestres primários*. O projeto adota essa estrutura, **que é a de todas as leis orgânicas do segundo grau, a fim de não manter o isolamento do ensino normal, em relação ao plano geral de estudos vigente no país, como até agora tem acontecido**. Neste particular, deve ser observado que, havendo sentido o problema dessa diferenciação necessária na preparação do magistério, alguns educadores têm propugnado pelo estabelecimento de *escolas normais rurais*. O projeto não repudia essa maneira de ver, antes a amplia, admitindo o estabelecimento de cursos normais regionais, de estrutura flexível, segundo as zonas a que devam servir, e que tanto poderão ser de sentido nitidamente agrícola como de economia extrativa, ou ainda de atividades peculiares às zonas do litoral. [...] (TANURI, 2000, p. 75).

Não precisa de uma análise mais detalhada para perceber que as Leis Orgânicas tentaram uma articulação entre as etapas do ensino brasileiro na “[...] medida em que articularam o primeiro ciclo da escola secundária com todas as modalidades de escolas de segundo ciclo, inclusive a normal.” (TANURI, 2000, p. 76).

No que diz respeito ao segundo ciclo, apenas o secundário, como via privilegiada, possibilitava o ingresso em qualquer dos cursos superiores; os segundos ciclos dos ramos profissionalizantes só se articulavam com cursos superiores a eles diretamente relacionados. A articulação do Ensino Normal, somente com alguns cursos de filosofia, evidenciava a trajetória marcada do professor: “do ensino das crianças ao ensino dos adolescentes” (TANURI, 2000, p. 76), ou seja, o caráter de curso exclusivamente para a carreira do magistério.

E, concluindo com as palavras de Tanuri (2000, p. 77):

[...] A reorganização dos sistemas estaduais, no sentido de adequá-los à Lei Orgânica, deu-se paralelamente ao considerável surto de crescimento das escolas normais, que acompanha a política expansionista da rede escolar, implementada no período desenvolvimentista, em decorrência da ampliação da demanda. Tal crescimento era devido, sobretudo, à iniciativa privada, além do que se distribuía desigualmente pelo país. [...].

Vejam-se dados coletados nos estudos de Tanuri (2000):

QUADRO 2 – CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESCOLAS NORMAIS NO PAÍS

	1951	1956
BRASIL	546 escolas normais	
SÃO PAULO E MINAS	258 escolas normais	
MINAS GERAIS	133 escolas normais	
SÃO PAULO	125	272 147 particulares 17 municipais 108 estaduais

Como se pode observar, as escolas concentram-se em São Paulo e Minas Gerais e à rede privada cabe o maior número de estabelecimentos.

3.2.1 O caso de Minas Gerais

Embora o governo pós-30 tentasse reafirmar suas intenções em dar continuidade à Reforma Campos, iniciada no período anterior, a educação é deslocada para segundo plano, e a reativação da economia, a aplicação das leis trabalhistas e a repressão passam a ocupar o plano principal como estratégias para solucionar os problemas que afligem o país e o Estado desde a década anterior. (PEIXOTO, 2003, p. 20).

No governo Olegário Maciel, são expedidos vários decretos suspendendo o funcionamento de escolas primárias, alegando-se: infrequência, matrícula insuficiente, falta de prédios. Em março, deste mesmo ano, sob a alegação de que no município já havia escolas suficientes para a formação dos quadros de professoras primárias, suspende também o funcionamento de escolas normais.

De acordo com dados, apresentados nos estudos de Peixoto (2003, p. 51), “[...] para 34 escolas estabelecidas e 50 criadas, os depoimentos da época falam em mais de 1000 escolas fechadas”, no período.

As medidas contenedoras, justificadas por circunstâncias conjunturais, mas com raízes mais profundas, marcaram todo o período do Estado Novo e tiveram efeitos também na remuneração das professoras, cujos salários foram reduzidos, em função da classificação das escolas normais em quatro níveis, e do cancelamento dos benefícios de promoção e acesso na carreira de magistério, instituídos no período anterior.

Enquanto o país reconhece os feitos educacionais de Francisco Campos para Minas Gerais, afirmando que esse estado “[...] pode orgulhar-se de possuir a mais complexa organização pedagógica do país” (*apud* PEIXOTO, 2003) o Secretário de Educação, Noraldino Lima, afirma em 1932:

De um lado havia uma notável reforma de ensino, apenas iniciada, para prosseguir e desenvolver-se em correspondência com as aspirações culturais de nossa gente, em face ao progresso do mundo. Doutro, **um orçamento que, em função das circunstâncias, consigna por menos da metade a cifra que deveria mover sobre seus trilhos a máquina montada em dias mais favoráveis ao gênio constitutivo do povo mineiro.** (PEIXOTO, 2003 – grifos do autor).

No Estado Novo o discurso que legitimava as ações de modernização, expresso na Reforma Francisco Campos, adquire nova feição. A meta do projeto educacional estadonovista é dotar a escola de eficiência, qualidade para que ela possa aperfeiçoar o indivíduo e a sociedade. Essa nova definição de qualidade vai definir as prioridades e as medidas a serem adotadas: “[...] a ênfase na eficiência, como pré-requisito para a expansão da rede, determina restrições nos investimentos com a oferta e manutenção do ensino”. (PEIXOTO, 2003, p. 421).

Peixoto (2003) registra que no período de 1931 a 1945, além de fechar várias escolas, o governo cria apenas 712 novos estabelecimentos de ensino primário em Minas Gerais.

Benedito Valadares, a partir de 1933, após a morte de Olegário Maciel, embora abandone a linguagem de contenção que havia marcado o discurso anterior, pois já não se fala em fechar escolas, não traz grandes mudanças para a política educacional do estado,

A política de equiparação das escolas normais de 1º e 2º graus traz grandes implicações, pois o ensino normal fica nas mãos praticamente, das ordens religiosas, onde leigos preparam para o magistério. Essa medida reforça o caráter do ensino normal destinado

à jovens bem nascidas da classe dominante, que raramente viriam compor o mercado de trabalho. Ressalta-se que o fato da igreja católica atribuir à mulher papéis que não condiziam com o trabalho, leva o ensino normal a caracterizar-se por pouca atenção ao exercício do magistério. Dessa forma, a Escola de Aperfeiçoamento que preparava professores cai em processo de esvaziamento.

Minas Gerais também não foge de cumprir a função da escola na conservação da ordem social, dessa forma as instituições, criam táticas tais como os jornais para concretizar a estratégia de imposição: transmitem hábito e inculcam valores, ou seja, engendram *habitus*, “[...] ajudando a criar a representação de uma pátria una coesa, que tem no indivíduo saudável e produtivo o seu bem mais precioso” (PEIXOTO, 2003, p. 325).

Assim as noções de táticas foram exploradas no papel desempenhado pelo jornal que circulou durante o Estado Novo, numa estratégia, para subverter o *habitus*, em sua condição de senso prático, ou seja, conduzir as normalistas, naquilo que elas deveriam fazer naquele colégio e naquele momento.

Nessa perspectiva, o currículo das Escolas Normais enfatiza as atividades de socialização, fonte de experiência cívica, que são controladas e divulgadas pelo Estado, introduz o Canto Orfeônico, os Trabalhos Manuais, a Educação Física e Educação Sanitária.

As atividades de socialização serão desenvolvidas por meio da promoção das comemorações cívicas, concentrações, paradas e da criação dos clubes de leitura, conselhos de estudantes, grêmios esportivos e literários, dentre outros.

Assim, as ruas mineiras, as escolas e o Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei vão ser palco de solenidades de comemoração das mais diversas datas: aniversário do presidente - considerado um herói -, Dia da Bandeira, Dia da Pátria, aniversário de Caxias e de tantos outros heróis, Dia do Trabalho, etc.

As palavras de Peixoto (2003, p. 335) corroboram a análise de que as ações do Estado Novo constituíam estratégias de imposição de representações:

[...] Essas [atividades de socialização numa dimensão de grandiosidade, através de concentrações e paradas] constituem, de um lado, uma maneira de envolver os jovens na causa do Estado sem, no entanto, mobilizá-los, já que se trata de manifestações episódicas e, de outro, uma forma de evidenciar seu poderio e seu cuidado com a constituição de uma juventude saudável. [...]

Vale ainda sublinhar, emprestando as palavras de Peixoto (2003, p. 330):

[...] A centralização dos processos decisórios nos órgãos de administração, a presença cada vez mais constante do estado na escola, a consolidação do ensino como um problema de ordem de técnica, afeto, portanto, a especialistas, os métodos ativos e a submissão da escola aos interesses políticos da classe no poder, tudo isso permite ao sistema escolar estadual se adaptar, sem maiores dificuldades, à nova ordem. Em outras palavras, o processo de racionalização, nos termos em que é concebido, possibilita ao Estado um tal controle sobre a educação que o novo regime encontra não obstáculos no sistema escolar. Neste setor, a casa está praticamente pronta. Ao lado disso, a conotação que o conceito de eficiência vai assumindo - de um ensino destinado a promover a integração do indivíduo à sociedade - indica que, nesse momento, a escola já se define, abertamente, como uma instituição cujo papel consiste, basicamente, em promover a inculcação ideológica, colaborando na solução dos problemas sociais. (PEIXOTO, 2003, p. 330, grifos da pesquisadora).

Resumindo, a preocupação com a nacionalidade inclui: socialização, educação sanitária, educação religiosa, promoção da criança (ênfase na sua assistência), xenofobismo (proibição de direção de escola e regência de classes por estrangeiros), e controle da qualidade. À medida que cresce o controle da qualidade reduzem-se os investimentos nos recursos materiais e humanos necessários.

Finalmente, em função da industrialização em Minas Gerais, que já vem adquirindo vulto, vê-se o fenômeno da demanda de escolas pelas classes populares. A pressão daqueles que buscavam acesso a melhores condições de vida, por meio da escola, provoca o aumento de matrícula. Isso causa a superlotação das salas, pois, como se sabe, o governo não tinha investido, como era necessário na criação de escolas, sendo criadas durante o Estado Novo apenas 105 novas escolas. Em 1938, já se percebem os resultados perversos dessa superlotação: o número de repetentes é maior que o número de novatos. Conforme dados apresentados por Peixoto (2003), 2947 alunos novatos e 3597 alunos repetentes, realidade que apresentava como resultado o pequeno índice de conclusões do ensino primário. Diante dessa realidade, o governo organiza um programa de ação que pretende:

- a) organizar adequadamente as turmas;
- b) dar assistência e organização as escolas;
- c) aplicar de forma experimental um novo programa de ensino.

Registra-se o fechamento de sete Escolas Normais e não se registra nenhuma criação. Dessa forma.

[...]. Pelos termos do decreto n 63/38, que estabelece o fechamento de escolas normais, esse ato se justifica pela existência nas cidades de outras instituições capazes de assumir os encargos com a formação do professor, assumindo, assim, caráter racionalizador, qual seja 'evitar o superávit de profissionais para a área'. Estranha a justificativa utilizada pelo governo, uma vez que o número de leigos em exercício no magistério primário atinge, nesse período, proporções alarmantes. (PEIXOTO, 2003, p. 350).

A ausência de preocupação com a formação de professores não é notada tão somente no fechamento das escolas normais, mas também na restrição da publicação de matérias relacionadas a problemas pedagógicos. O espaço no “Minas Gerais”, órgão da imprensa oficial do Estado, destinado a tais questões, passa a ser ocupado com “[...] temas relacionados à crítica ao liberalismo, à exaltação da nacionalidade e do trabalho ao combate ao comunismo e à valorização do ensino técnico. (PEIXOTO, 2003, p. 350).

À guisa de conclusão, sublinha-se que, em 1941, embora a propaganda e a censura impedissem a divulgação dos dados que revelavam os efeitos da política educacional, esses acabam por ganhar o espaço da imprensa, que não se cansou de tecer críticas ao sistema educacional mineiro.

3.3 Conformação da representação das identidades docentes das professoras primárias

A História da Educação, a História Social da Educação e os Estudos Culturais revelam que há muito a formação docente e a conformação das representações de identidades docentes constituíram um desafio e muitas iniciativas foram implementadas na busca da “gestão das identidades para e pelos professores” (LAWN, 2001, p. 118).

Segundo Fanfani (2008, p. 1) “[...] *el sentido de la profesionalización es un objeto de lucha donde intervien una pluralidade de actores colectivos y de intereses que es preciso identificar*”. Assim, para se apreender as representações que conformaram e, ainda, conformam a profissão docente é necessário ter em conta algumas transformações na sociedade e no próprio sistema educativo que ao longo dos anos confirmaram ou puseram em crise as identidades coletivas dos docentes, “[...] *in especial aquellas que estructuración su própria emergência como categoria ocupacional em el momento constitutivo de los sistemas educativos de Estado*”.

Iniciativas como, “[...] regulamentos, serviços, encontros políticos, discursos públicos, programas de formação, intervenções nos media” (FANFANI, 2008, p. 1), - trazem em seu bojo representações de educação e de professor, construídas historicamente para cumprir funções políticas, entre elas, a conformação das identidades docentes. Ou, como afirma Lawn, nesse mesmo estudo, a produção da identidade “[...] é uma componente essencial do sistema, fabricada para gerir problemas de ordem pública e de regulamentação.” (FANFANI, 2008, p. 1).

Toma-se aqui o conceito de identidade docente a partir dos trabalhos de Hypólito *et al* (2005, p. 3-6)

Por identidade profissional docente entendem-se as posições de sujeito que são atribuídas, por diferentes discursos e agentes sociais, aos professores e às professoras no exercício de suas funções em contextos laborais concretos. Refere-se ainda ao conjunto das representações colocadas em circulação pelos discursos relativos aos modos de ser e agir dos professores e professoras no exercício de suas funções em instituições educacionais, mais ou menos complexas e burocráticas. (p. 3).

A identidade profissional dos docentes é assim entendida como uma construção social marcada por múltiplos fatores que interagem entre si, resultando numa série de representações que os docentes fazem de si mesmos e de suas funções, estabelecendo, consciente e inconscientemente, negociações das quais certamente fazem parte suas histórias de vida, suas condições concretas de trabalho, o imaginário recorrente acerca dessa profissão - certamente marcado pela gênese e desenvolvimento histórico da função docente -, e os discursos que circulam no mundo social e cultural acerca dos docentes e da escola. (p. 6).

Atentando para as advertências desse autor acerca das complexas dimensões que conformam as identidades docentes - histórias de vida, condições concretas de trabalho, discursos que circulam no mundo social e cultural sobre o que são ou deveriam ser - não se reduzindo essa conformação apenas aos discursos, seduções e interpelações oficiais, as considerações, que ora são apresentadas, buscam sublinhar algumas representações que conformaram as identidades docentes do início da escolarização no Brasil até o Estado Novo. Entendendo, como Lawn (2001, p. 119), que “[...] a tentativa de alterar a identidade do professor – fato que se verifica ao longo da história da educação brasileira e, sobretudo, no Estado Novo - é um sinal de pânico no controlo da educação, ou um sinal da sua reestruturação [...]”.

Sabendo-se que “[...] as alterações na identidade são manobradas pelo Estado, através do discurso, traduzindo-se num método sofisticado de controlo e numa forma eficaz de gerir a mudança [...]” (LAWN, 2001, p. 118), essa análise justifica-se pelo alto poder de penetração, nos meios de comunicação, que se supõe tiveram os discursos - que, “[...] simultaneamente, explicam e constroem o sistema [...]” (LAWN, 2001, p. 118) - e as demandas oficiais relativas à educação, e, particularmente, pelo poder de penetração no/do jornal *Stella Maris*, durante o Estado Novo. Por meio de seu poder de penetração, o impresso estudantil poderia consubstanciar-se na estratégia e na tática de “autorização de expectativas” e “produção de uma demanda” (HYPÓLITO *et al*, 2005) por determinado tipo de identidade, ou seja, trazia impressas em suas páginas as marcas da formação demandada no período.

Embora os componentes que conformam as representações de identidades docentes se interpenetrem, opta-se, por questões meramente didáticas por apresentá-los, separadamente. Nessa perspectiva, opta-se nesta investigação, por tomar os estudos de Krentz (1986) e de Fanfani (2008) como orientação para as considerações apresentadas.

CAPÍTULO IV

O MAGISTÉRIO E AS MARCAS DA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS IMPRESSAS NO JORNAL *STELLA MARIS*

4.1 O magistério como vocação, sacerdócio e a educação como propagadora da fé

Segundo Krentz (1986, p. 13), a vocação, a princípio, tem implicações religiosas e políticas e, depois, se afirma, metafisicamente, ou seja, por si mesma, em função da “visão de cristandade em que toda a sociedade se erigia sob a ‘primazia do espiritual’.

Essa concepção origina-se historicamente no século XVI na Alemanha, quando as escolas e conventos de ensino básico, pertencentes às igrejas e conventos, foram abertos para a camada popular em virtude da necessidade de instrumentalizar para a leitura da Escritura. Com o crescimento da população incrementa-se o quadro de professores, até então constituído pelo próprio clero, conclamando colaboradores leigos que, após fazerem a profissão de fé e o juramento de fidelidade aos princípios da igreja, passavam a ser professores, ou seja, professar a fé aos princípios da igreja. Aqueles que professavam a fé doavam-se a seus alunos, pois a promessa de farta remuneração na eternidade compensava a parca remuneração. Dessa forma a imagem de professor exercendo o sacerdócio de ensinar, professar a fé, ou seja, exercendo a sua vocação com abnegação e sem esperar grandes recompensas materiais é consagrada.

Entre 1830 e 1948, por motivos políticos, a concepção de magistério como vocação é reafirmada, no movimento de reestruturação - frente conservadora política religiosa - que buscava voltar aos “bons tempos” vividos na Idade Média, quando havia uma sociedade justa e harmônica que agora se desintegrava, em virtude do avanço do ideário liberal, considerado causa de todos os males, entre esses, aqueles que tangiam à educação, alçados pela bandeira dos liberais: “educação pública e laica para todos” e “especificação técnico-profissional do magistério”. (KRENTZ, 1986, p. 13).

Nesse movimento contra o liberalismo, o professor, que “se doava, sacerdotalmente”, à missão de debelar as investidas do “liberalismo satânico” (KRENTZ, 1986, p. 13), torna-se de fundamental importância.

Fafani (2008), por sua vez, reafirma as considerações de Krentz (1996) e as complementa. Observa que a representação da profissão docente como vocação pode ser entendida a partir de três componentes básicos: inatismo, desinteresse e gratuidade, opção racional.

Na perspectiva inatista “maestro se nace” é uma resposta a um chamado de Deus, é o destino, os conhecimentos básicos tão somente complementam o que o destino já determinou. É uma vertente da velha e sagrada idéia de vocação sacerdotal, ou seja, é uma missão que “[...] se realiza por império de uma determination superior” (KRENTZ, 1996, p. 2). A atividade do magistério, resposta ao chamado de Deus, não pode ser condicionada à obtenção de benefícios como o salário, o prestígio ou o bem estar. Assim, o “tipo ideal” é aquele que se dispõe ao exercício da entrega, da generosidade, do sacrifício. É, pois, uma missão marcada pelo desinteresse e gratuidade.

A idéia de gratuidade, assim como a idéia de desinteresse – missão - outorgam uma dignidade ao ofício de ensinar, mas essa não é resultado de uma intencionalidade ou estratégia.

4.2 O magistério como vocação e a educação como propositora de modelos

De 1830 a 1948, período no qual se registra, emprestando as palavras de Krentz (1996, p. 2),

[...] uma transformação mais ampla que, com a crescente industrialização implicando mudança no processo de trabalho, também incluía transformações políticas (estados nacionais) e sócio-culturais (organização crescente da vida urbana, autonomia do laico e temporal em relação ao religioso) [...],

Cresce o movimento de professores europeus que, inspirados pelo liberalismo, buscam libertar-se da crescente tutela do Estado e da Igreja formando Associações, unindo-se aos movimentos operários e outros, movimento denominado vaga revolucionária que é calado pelas forças conservadoras em 1848.

Após esse período, a concepção do magistério como vocação “afirma-se por si mesma metafisicamente”, pois a sociedade que se erguia sob “a primazia do espiritual entendia que o magistério era “por essência uma vocação, sacerdócio (KRENTZ, 1996, p. 2).

A reestruturação pregava a submissão e supremacia da ordem estabelecida – “parte de um conjunto harmônico posto por Deus” (KRENTZ, 1996, p. 16) -, advogava que a estrutura sócio-econômica dada era justa e boa, pois correspondia a uma ordem ideal, uma vez que homens e coisas estavam pré determinados em suas leis biológicas, portanto, aos homens não cabia questioná-la, e, sim, inserir-se nela o melhor possível e, para isso, era imprescindível a educação.

[...] concebendo a estrutura social como parte de uma ordem objetiva criada por Deus – portanto justa e boa – competia-lhe adequar melhor os homens à perfeição e harmonia dessa ordem estabelecida.

[...] Residindo o erro na consciência individual que resistia a adequar-se á ordem estabelecida,urgia, em conseqüência, dar especial importância à educação dos indivíduos.

A educação tinha por fim fazer com que o homem saísse do mundo das sombras – corpo desejo, sentido, pecado - caminhando para o mundo das idéias e do espírito, “à educação cumpre ligar o homem à sua verdadeira pátria celeste, e destruir ao mesmo tempo tudo que o prende à sua existência terrestre”. (SUCHODOLLSKI, 1978, *apud* KRENTZ, 1996, p. 14).

A ação pedagógica, então, deveria estar voltada para corrigir ou evitar os deslizes no agir humano, educar era, pois, “[...] propor modelos, conferindo-lhes uma clareza, uma perfeição, em suma um estilo que através do dia-a-dia não será possível atingir” (SNYDERS, 1974, *apud* KRENTZ, 1996, p. 14). Os alunos eram confrontados com grandes personagens.

Era preocupação da pedagogia cristã colocar o aluno em contato com grandes realizações: raciocínios e demonstrações bem elaborados, obras-primas da estruturas e da arte. Confrontava-se o aluno com os grandes personagens, os grandes modelos, para despertar nele um dinamismo e uma vontade que direcionassem na superação das misérias individuais em direção ao ideal proposto. (SNYDERS, 1974, *apud* KRENTZ, 1996, p. 14).

O “Jornal A Revelação” editado em Desterro, município catarinense, pregava, em 1853, a necessidade de modelos: “Formar o coração e o caráter da mocidade, é o fim de toda a

educação: se as exortações dos pais e dos mestres são necessárias, os exemplos são indispensáveis [...]”³⁰.

Para responder à essa concepção de educação, o professor deveria “[...] ser formado a partir de princípios espirituais, pois eram o coração e a caridade que o consagravam para uma missão mais profunda”. (SNYDERS, 1974 *apud* KRENTZ, 1996, p. 15).

Ainda, segundo Krentz (id), a imprensa no Brasil, dava ecos a essa concepção, registrando exemplos “edificantes”, como o do Professor Antônio Troucour que, após uma atividade de 40 anos como professor, dirigente do coral e sacristão, sem repouso remunerado, entregou as funções.

Assim, a concepção de professor como portador de um sacerdócio e de uma missão vai-se fortalecendo em nome da reestruturação da ordenação social hierárquica, boa e harmoniosa, ou seja, a Restauração da Antiga Ordem. Torna-se importante sua ação educativa na comunidade - sublime missão de guardar a ordem estabelecida e, sobretudo, mostrar seu exemplo de vida, um modelo a ser seguido - cumprida com abnegação, perseverança e fidelidade.

Eu sou professor, isto é, tenho uma missão que é uma das mais nobres e mais importantes da terra; afinal que outra missão poderá ser mais importante e mais honrosa do que a de ser professor da verdade e da virtude para tantos que a ignoram, ser pai espiritual de tantas crianças, ser o jardineiro da sementeira da comunidade, ser o visível e vigilante anjo da guarda dos filhos de Deus, ser o guarda do tesouro do Sangue de Cristo, ser o guarda do templo do Espírito Santo, ser o guia e condutor de tantos novos peregrinos para Deus, nosso pai? (OVENBERG B. H. *s/r apud* KRENTZ, 1996, p. 15).

4.3 O magistério primário como vocação feminina e a educação como condutora da moral da ordem social

Estudos como os de Nóvoa (1995; 1997), Almeida (1998), Apple (1998), Schaffrath (2000) e Santos (2008), que diretamente ou indiretamente trataram da questão, permitiram algumas considerações sobre o processo de feminização do magistério e, particularmente, do magistério primário que, ora, são apresentadas.

Na Europa, a partir dos finais do século XVIII, cresceu, impulsionado pelos ideais revolucionários franceses, o incremento do ensino primário e, em virtude deste, a preocupação com a formação de professores. O incremento do ensino primário é resultante dos postulados

³⁰ Jornal A Revelação, n. 35, 23/04/1853, Desterro, Santa Catarina *apud* Schaffrath (2000).

de igualdade difundidos a partir da Revolução Francesa que “[...] projetaram na educação laica e pública, a missão de democratizar o acesso à cultura por parte das massas populares e não mais restringi-la a interesses aristocráticos.” (SCHAFFRATH, 2000).

Continuando com Schaffrath (2000, p. 2)

[...] A nova ordem social desenhada pelo modo de produção capitalista fortaleceu o poder burguês e provocou mudanças também na política educacional na Europa do final do século XVIII e início do século XIX. No bojo deste processo, em detrimento ao ensino de cunho privado e religioso professado pela Igreja, surgiram os movimentos em favor da instrução gratuita, laica e obrigatória. Era o primado da fé dando lugar ao primado da razão. No entanto, apesar da existência da educação pública na antiguidade, somente no mundo moderno pode-se conhecer uma estrutura pública de formação docente. A partir daí, deu-se o incremento do ensino primário e também cresceu a preocupação com a formação de professores [...].

No século XIX, quando da consolidação dos Estados Nacionais, à escola é atribuída função de contribuir com a unidade nacional, transmitindo conteúdos unificados e de valores culturais e morais que promovessem a consolidação do poder. Crescem os debates em torno da instrução primária e os debates em torno da necessidade de formação docente.

A escola normal, resultado dos desdobramentos da organização do sistema público de ensino na Europa, vai se constituir, pois, em estratégia de imposição da representação das mulheres como aquelas que em função de suas virtudes, determinadas biologicamente, eram mais capazes de ser as condutoras morais da ordem social.

No Brasil, destarte os propósitos de Francisco Campos, inspirados nos princípios da Escola Nova, que questionava o inatismo -

[...] ‘não se é professor ou advogado porque se possui tendências inatas para o magistério ou advocacia’ ‘[...] os que forem providos de dons especiais terão esses dons acrescidos pela ciência e aqueles que forem cegos da intuição terão com ela, de certo modo, suprida a sua cegueira’. (PRATES, 1989).

- (o componente vocação continua conformando) as representações de identidade docente e, após a Independência, é acrescido: vocação feminina.

Após a Independência do Brasil, a expansão do direito das mulheres à frequência na instrução primária³¹, resulta, na prática, na necessidade da criação de espaços para sua formação como docentes. Isso se deve ao fato de haver a prescrição de que os mestres tivessem o mesmo sexo de seus alunos, uma vez que a co-educação - combatida pela a igreja,

³¹ As primeiras escolas primárias para o sexo feminino em todo o Império foram criadas pela Lei de 15 de Outubro de 1827.

em nome da moral católica - era proibida. Assim, entende-se que o magistério feminino está diretamente ligado a “[...] um processo de trabalho articulado às mudanças, ao longo do tempo na divisão sexual do trabalho e nas relações patriarcais e de classe” (APPLE, 1998, p. 5), o magistério era, então, considerado como uma extensão do trabalho doméstico de educar que era responsabilidade exclusiva das mulheres.

Em meados do século XIX, logo após a fundação das primeiras escolas normais brasileiras que atendiam também as mulheres, os homens, por motivos vários, foram abandonando essas escolas onde já predominava a população feminina. Apesar dos discursos pregarem o contrário, o magistério representava para muitas mulheres a possibilidade de “[...] sair da esfera doméstica e fugir das normas tradicionais que permeavam a sociedade naquele período. Algumas viam a profissão docente como uma forma de realização pessoal que lhes fora negada durante muitos anos.” (LOPES, 1995 *apud* SCHAFFRATH 2000, p. 1).

“A Escola Normal, então, passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, das mulheres prosseguirem seus estudos além do primário”. Desde a criação das primeiras Escolas Normais no Brasil, ficou determinado, em lei, que o magistério público poderia ser exercido por mulheres. (DEMARTINI, 1991, p. 32 *apud* SCHAFFRATH, 2000, p. 4-5).

As escolas normais representavam uma das poucas oportunidades de prosseguimento dos estudos pelas meninas, visto que o ensino secundário era destinado àqueles que iriam prosseguir no curso superior e esse era vedado às mulheres.

As leis educacionais e as práticas que orientavam a implantação dos cursos normais no país, pactuadas com o poder da Igreja, que combatia a co-educação com mestres de sexo diferente daquele de seus alunos, mantinham os princípios morais conservadores, como um currículo diferente para as escolas masculinas e femininas, direitos diferentes de lecionar para homens e mulheres e até mesmo o não cumprimento de paridade salarial entre os sexos.

Assim, as escolas normais funcionaram mais como um lugar de formação para mulheres do que propriamente para a formação para a função docente e a profissão passa a adquirir características naturalizadas como essencialmente femininas, tais como, fragilidade, afetividade, paciência, doação, sacrifício, perseverança e boa vontade.

As escolas normais femininas eram, pois, o espaço de guarda e proteção da mulher de elite, disseminadora de um comportamento moralizante desde o convívio familiar, que, após formada, iria continuar protegida dos males e tentação do contato com o sexo oposto, pois iria trabalhar com crianças do seu mesmo sexo, continuando a sua missão de educar, em continuidade a sua atividade no lar. O ensino primário torna-se, pois um campo de atuação

feminina, a escola a extensão do lar, onde as mulheres modelo de moralidade e virtude, orientadas pela moral católica, ensinavam a outras mulheres. Dessa forma, uma vez que,

[...] procurava-se balizar o comportamento social e emocional dos homens em rígidos padrões de comportamentos, na mãe, primeira educadora dos filhos e, conseqüentemente, a primeira a influenciar o comportamento dos filhos, concentrava-se atenções especiais. (COSTA, 1989 *apud* SCHAFFRATH, 2000, p. 6).

Até os anos de 1930, o magistério constituiu a única forma institucionalizada de emprego feminino para as classes médias, pois só mais tarde as mulheres foram tendo acesso a escritórios, repartições públicas e empresas particulares.

Ademais, os cursos normais continuaram formando apenas para o magistério, pois somente na década de 40, esse curso permite o acesso ao curso superior de Filosofia e, a partir de 1953, aos demais cursos.

As normalistas do Colégio Nossa Senhora das Dores eram educadas para assumir, no dia a dia, os papéis femininos de mulher, esposa, mãe, e para serem atuantes professoras: interessadas, dóceis, abnegadas, piedosas, dispostas ao sacrifício e aos bons exemplos.

Assim, como pontua Vieira (2007, p. 7),

[...] A rigor, da professora normalista, uma vez que o magistério primário estava associado à condição da mulher e da mãe. Nos termos desses registros o afeto, próprio da natureza feminina, era considerado mais importante que a formação intelectual, bem como o sacerdócio e a abdicação eram destacados como próprios da vocação da educadora. A divinização e a naturalização justificavam o magistério como missão cívica, antes do que como profissão. [...].

Assim como na Europa, as escolas normais brasileiras vão se constituir, pois, em estratégias de imposição da representação da educação como condutora da moral da ordem social e o magistério como trabalho feminino, ou, ainda, das mulheres como condutoras morais da ordem social e a educação primária como trabalho feminino.

Tomando as palavras de Nóvoa (1995), ao tratar da questão estruturação do sistema de ensino docente em Portugal no século XVIII e, guardando as diferenças, sublinhamos que tanto na Europa, quanto no Brasil as Escolas Normais foram importantes mecanismos de controle social, ao mesmo tempo em que possibilitaram aos professores sua afirmação enquanto profissionais do ensino formal, questão que será tratada a seguir.

4.4 O magistério como profissão e a educação como renovação das mentes e construção do nacionalismo e da fé católica

A partir da Independência do Brasil, observa-se uma crescente complexidade de trabalho docente, sobretudo, com o crescimento urbano que leva a uma demanda maior da população pela educação escolar. Observa-se também uma maior divulgação das teorias de ensino e aprendizagem que vão influenciar diretamente na proposta de renovação da educação.

Assim, a atividade do magistério, tomada como uma opção racional dos sujeitos, o que pressupõe a posse de conhecimento e formação em instituição especializada, vai se constituir como profissão, cujo profissional despende boa parte de seu tempo desenvolvendo essa atividade e por ela é remunerada, ou seja, obtém dela os recursos à sua sobrevivência. É, pois, uma atividade interessada submetida à racionalidade meio-fim.

Ainda de acordo com Fanfani (2008, p. 3) “Pode-se dizer que vocação e profissão não são termos que se contradizem, mas que se complementam, uma vez que, geralmente, um trabalho bem feito é desenvolvido por aquele que gosta do que faz (vocação) e ao mesmo tempo espera uma recompensa”.

No momento inicial da conformação das identidades docentes predominou o comportamento vocacional sobre o profissional. E ao longo dos tempos tende a haver um equilíbrio desses componentes, entretanto, como afirma o autor [...], “*sin embargo, existen indicios de que la vieja idea de vocación toda via hoy esta más presente entre los maestros que en el resto de las ocupaciones modernas.* (FANFANI, 2008, p. 3).

Ao ler o jornal *Stella Maris*, impresso estudantil que marcou os espaços públicos, privados e políticos, ao comunicar, divulgar e registrar suas ações, bem como foi marcado por esses espaços, que tão bem representou e serviu, a cultura escolar, buscando identificar e analisar as marcas da formação das professoras primárias nele impressas, durante o Estado Novo, entende-se que a tradição da instituição, o *habitus* de classe das alunas que ali estudaram, bem como as táticas e estratégias utilizadas pela Família-Colégio-Estado-Igreja, para o aprimoramento daquelas moças, não estão desvinculados das produções textuais expostas em suas páginas. Ou seja, o discurso é produto e produtor desses componentes ou dessas forças.

O colégio é considerado um templo sagrado, onde as moças bem nascidas, com capital cultural e econômico consideráveis e, portanto, rentáveis recebiam a formação que dava continuidade à transmissão do capital cultural iniciada no âmbito doméstico. Era,

portanto, uma instituição que tinha visibilidade, reconhecimento social e desejava atrair para si os interesses da população, daí o jornal se revestir de grande importância e expressar em suas páginas a educação de “qualidade” ali desenvolvida. As produções textuais das alunas constituíam, pois, uma resposta (tática) à estratégia de apropriação imposta pela família, que busca naquela instituição a distinção de suas filhas; pelo Colégio, que busca, junto às Famílias, ao Estado e à Igreja, cada vez mais o reconhecimento político e social de seu valor; pelo Estado-Igreja, que buscam, junto à sociedade, o reconhecimento de sua eficiência nos rumos de uma educação que virá a salvar a Pátria.

4.5 Identificação das marcas

Entre as marcas da formação das professoras primárias, impressas no jornal *Stella Maris* que serviram para conformar a representação de identidade docente desejada, destacam-se:

- a) cumprimento da regulamentação, acatamento de ordens superiores, eficiência, uniformização;
- b) proposição de modelos em função da necessidade de conformação das mentes;
- c) O magistério primário como vocação feminina e educação como condutora da moral e da ordem social.

4.5.1 Cumprimento da regulamentação, acatamento de ordens, uniformização em nome da eficiência

A partir da década de 1930, a criação dos jornais escolares, a manutenção dos já existentes e a realização de concursos para premiá-los podem ser interpretadas como parte de uma estratégia de imposição do Estado-Igreja, em virtude da necessidade de se instigar a demanda para a criação de jornais em outras escolas.

O Estado-Igreja-Colégio investe na criação, revitalização promoção e rigoroso controle dos jornais escolares, como forma de garantir seus propósitos, ou seja, fazer com que a escola siga à risca suas imposições e, ainda, as divulgue e defenda, criando bases para capitalizar proveitos.

O jornal escolar constituía, pois, a tática, (resposta concreta, ação) para a efetivação de parte de uma estratégia de imposição de reprodução de modelos que serviriam à uniformização, à eficiência, ao controle e à promoção da imagem do governo Vargas.

Nessa perspectiva, infere-se que os próprios investimentos para a manutenção do jornal *Stella Maris* - lembrando que sua criação data de 1930, no início da Era Vargas³², - e uma de suas premiações, data de 1940³³, constituem uma marca da formação das normalistas no Estado Novo – cumprimento da regulamentação, acatamento de ordens superiores em nome da eficiência.

A manutenção do jornal e as premiações por ele recebidas, nos concursos promovidos pelo Estado-Igreja, são indícios de que respondia à parte da estratégia de imposição da representação de uma identidade da escola e das alunas centrada no cumprimento da regulamentação, cujo resultado seria a eficiência, sobretudo, se se busca apreender os significados impressos nas entrelinhas do comunicado divulgado pela Inspeção Geral de Instrução na coluna “Aviso”, à página 5 do Jornal “Minas Gerais”, em seu volume 42, número 130, publicado em 7 de junho 1933 e resgatado por Peixoto (2003, p. 171):

[...] os jornais escolares, assim como os clubes, as bibliotecas, os auditórios, as excursões, as leituras, as diversas associações escolares, induzem a criança a agir em sociedade, cooperando e vivendo. Refletem a mudança de rumos da escola que, pouco a pouco, “vem assumindo uma orientação que a aproxima da sociedade, cuja trajetória e cujos problemas tem ela de estudar”. Por isso, conclui o comunicado-
“constitui motivo de alegria a constatação de que o jornal escolar existe em quase todas as escolas. Atendendo a um apelo desta Inspeção, vários estabelecimentos nos enviaram os seus jornais” (segue-se relação de 150 jornais encaminhados a este órgão pelas escolas) [...] (grifos da pesquisadora)

No que diz respeito à regulamentação imposta, observa Hilsdorf (2003, p. 102-103),

Dentro da escola, as ‘Leis Orgânicas’ procuraram regulamentar o cotidiano de professores e alunos: são visíveis no período do Estado Novo as prescrições de padronização da programação curricular e da arquitetura escolar, do controle do recreio e da disciplina, da adoção das classes homogêneas e do método único de

³² “Vale lembrar a advertência e as informações contidas em Fausto (2006, p. 115-116): “Os objetivos de controlar a informação e de promover a imagem do governo Vargas não nasceram com o Estado Novo, tendo sido vislumbrados desde os primeiros tempos, quando em 1931 foi criado o Departamento Oficial de Publicidade. [...]”. “Em 1934, foi criado no Ministério da Justiça o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), denominado, em 1938, Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que funcionou até 1939. Mas esses órgãos foram muito modestos em comparação com todo o arcabouço institucional criado no curso do Estado Novo para promover as glórias do regime e a figura de Getúlio Vargas. O instrumento principal desses objetivos foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em dezembro de 1939 em substituição ao DPDC. [...]”

³³ Conforme dados retirados do jornal *Stella Maris*, n. 6, de julho de 1940, p. 1.

leitura (analítico-global), do uso do uniforme, da verificação do asseio corporal, do incentivo à **formação de bibliotecas e de clubes de leitura, de clubes agrícolas, exposições, excursões e jornais escolares, do escotismo, do cinema e rádio educativos, de grêmios e caixas escolares.** (grifos da pesquisadora).

Não se pode deixar de sublinhar que assim como observam Werle, Brito e Nienov (2007), nos anos 30, e parece que nos anos 40 também, era usual as escolas fazerem permutas dos impressos estudantis com cidades do interior e outros estados. Dessa forma, trocavam experiências, comunicavam suas ações, divulgavam os interesses afins, inspiravam-se e inspiravam outros impressos. À primeira vista, essa ação levava a estreitar laços de amizade entre as comunidades colegiais, como revelam as notas de agradecimento e respostas às correspondências recebidas, entretanto, pode-se inferir que são também táticas para a uniformização e divulgação de um projeto educacional, ou seja, ao mesmo tempo em que era promovido em nome de fins pedagógicos, impunha seu potencial ideológico.

Entre as correspondências que acusam o intercâmbio, a busca de uniformização, revelando seu potencial ideológico destacam-se: do Ceará, correspondência do Grêmio Recreativo Luiza de Marillac enviando o periódico “Flores Serrana”; do Paraná, carta do Colégio São José de Castro, solicitando assinatura do *Stella Maris*; de Petrópolis, correspondência da Revista São Vicente; de Belo Horizonte, correspondência do Colégio Santa Maria, agradecendo o recebimento do *Stella Maris* e dos diretores da Fábrica Günther Ltda, agradecendo o número especial do *Stella Maris*; de Barra do Piraí, correspondência do Jornal do Povo.

Eis um trecho dessas correspondências.

A Irmã superiora do Colégio São José recebeu alguns números da Revista "*Stella Maris*", agradece e pede que continue a mandá-la. Envia 10\$000 para pagar a assinatura. Honradas com essa consideração, as redatoras de *Stella Maris*, agradecem à reverendíssima Irmã Superiora do colégio São José e continuarão a enviar lhes os números de 1941 [...] (*STELLA MARIS*, nº 1, março de 1941, p. 2-3).

A manutenção e circulação do *Stella Maris*, por si só, já imprimem marcas na formação das professoras primárias no Estado Novo, conformando, pois, uma representação de identidade docente fundada na proposição de modelos que será tratada mais adiante.

Tomando por base Bourdieu (1999, p. 73-79), presume-se, que por sua vez, a própria produção de textos pelas alunas pode ser considerada uma marca da formação, uma vez que assim reproduziam as marcas que as deveriam conformar, ou seja, cultivavam-se consciente ou inconscientemente, por meio de exposição permanente. E esse “cultivar-se” (BOURDIEU,

1999, p. 74) consciente ou inconscientemente, por meio da exposição permanente, foi uma tônica do governo Vargas que deveria ser incorporada: reiterados discursos orais ou impressos, que ao tratarem da qualidade da educação, a princípio, impingiam à importância aos métodos e depois ao comportamento e atitude do professor; repetidos exemplos e exaltações de grandes heróis; inúmeras composições em versos e prosa que insistiam na necessidade do patriotismo e da fé cristã.

4.5.2 Proposição de modelos em função da conformação das mentes

A leitura atenta do conjunto das produções textuais das alunas permite inferir que respondem aos princípios do projeto educacional do Estado-Igreja, no período analisado, na medida em que seu conteúdo centra-se mais no interesse em educar as normalistas, ou seja, conformar suas mentes, propor modelos para a (re)construção da nação católica do que em instruí-las para a profissão. A análise do conteúdo das produções permite observar que os textos, que apresentam os rituais das aulas, algum tipo de modelo pedagógico, norteador e prescritivo, ou que tratavam de questões curriculares, centram-se mais em modelos a serem seguidos, ou no plano ideológico, do que na discussão de seus potenciais pedagógicos, havendo, pois um esvaziamento no plano intelectual.

De acordo com Murgel (*apud* PEIXOTO, 2003, p. 176), a escola normal, durante o Estado Novo, deveria desenvolver

[...] o senso de dignidade e de responsabilidade, o respeito a personalidade alheia e ao bem comum, as leis de observação e comparação das qualidades e defeitos do indivíduo e da escolha consciente e relativamente segura das figuras representativas.
[...] (grifos da pesquisadora).

Entre os 65 números do jornal *Stella Maris* lidos, predominam produções textuais que tratam de homenagens a personalidades, biografias de grandes vultos; discursos de paraninfos; informações nas quais estava implícito o valor pedagógico e, sobretudo, ideológico das sessões cívicas, grêmios, programas de auditório, dramatização; modelos e classificação de alunas exemplares e temor à reprovação, seja em virtude do mau comportamento ou do mau aproveitamento.

Entre as produções das alunas, destaca-se, por exemplo, na seção “Vida Colegial” da edição, abaixo citada, uma que revela que as normalistas que, de alguma forma, mostravam

comportamentos indesejáveis à conduta do Colégio Nossa Senhora das Dores durante a sua formação no Curso Normal, foram criticadas e adjetivadas de “vadias”, deixando pois o “recado” sobre o comportamento indesejável.

O BOLSO DE UMA COLEGIAL - [...] Entre as costuras do bolso, percebo um papelzinho. Que será? Talvez um bilhetinho da vizinha do estudo ou... sem dúvida: **uma colinha bem feita, arrimo das estudantes vadias e preguiçosas.** Do fundo do bolso, retiro ainda uma chavinha, minúscula chave de um baú de segredos, um calendário com os dias contados para saber quantos faltam para as férias, alguns níqueis, um lencinho, um pedaço de pano com variedade de pontos de trabalhos que a professora já deu. Todas essas coisas, que para uma colegial são grandes preciosidades, estão contidas num pequeno bolso e não compreendo mesmo o milagre que permitiu que aí coubessem. (*STELLA MARIS*, 1952, nº 1, p. 8).

A insistência na aplicação aos estudos e ao bom comportamento também é uma constante na formação da identidade das alunas, futuras professoras, como pode ser observado na publicação do nome das alunas, melhor classificadas nas provas, em várias edições do *Stella Maris*, como exemplo, as edições do ano de 1938, nº 6, p. 19; do ano de 1939, nº 8, p. 2 e 3; do ano de 1944, nº 3, p. 4; nº 4, p. 2 e 3; do ano de 1945, nas edições de nº 3, p. 5; nº 4, p. 2-4; nº 5, p. 3; nº 7, p. 2 e nº 9, p. 2-5.

Outro exemplo encontra-se no texto intitulado “Medalha de honra”, que apresenta nominalmente, por série, os grupos de destaque, que pelo procedimento exemplar, mereceram medalhas de honra no mês de março. (*STELLA MARIS*, nº 1, março de 1942, p. 4).

Nas poucas produções textuais que tratam dos conteúdos ensinados na escola, observa-se que:

- a. no ensino de História há ênfase no estudo do Brasil Regional e curiosidades históricas, para promover a admiração pelas características do país e do povo brasileiro, desenvolvendo o espírito nacionalista e nos estudos voltados ao culto aos heróis, modelos a serem seguidos;
- b. no Ensino Religioso destaca-se a instrução religiosa e as comemorações religiosas;
- c. o ensino de Língua Pátria voltava-se para a orientação cívica e moral, utilizando-se dos sermões religiosos.

Os conteúdos respondiam também às necessidades e imposições do Governo que precisava de pessoas que assumissem colaborar com seu projeto político e educacional.

No artigo “Getúlio Vargas”, do dia 19 de abril de 1942, a redação do jornal *Stella Maris* conclama o povo brasileiro a exaltar Getúlio Vargas, a figura heróica que guiava os destinos da nação.

Sua figura empolgante e simpática tem atraído para o Brasil admiração dos povos. Getúlio Vargas, **pulso de ferro, inteligência lúcida, coração magnânimo vem guiando os destinos da nação desde a vitória revolucionária de 1930.** [...] Juntamo-nos portanto, ao sentimentos de todos os povos brasileiros para dizer um arroubo de entusiasmos patriótico: ‘*Viva o nosso Presidente!*’ (*STELLA MARIS*, nº 2, abril de 1942, p. 2).

Resta ainda destacar que, entre as marcas de formação que se configuram, a partir de uma identidade de professora primária fundada na proposição de modelos, destaca-se o senso de dignidade e responsabilidade, que deveria ser conformado por meio das práticas de socialização que também serviram aos propósitos de divulgação das ações do governo e de princípios da religião católica.

Comungando com Peixoto (2003, p. 176), as diversas e diversificadas atividades prescritas para as escolas, durante o Estado Novo, constituíram um recurso potencial para os fins perseguidos pela socialização, dessa forma, o governo não só incentivou, mas promoveu sua realização, “controlou-as rigorosamente” e lhes deu “ampla cobertura na imprensa”.

[...] Ao lado dos métodos, a socialização e as disciplinas canto, Trabalho Manuais e Desenho e a Educação Física ocupam papel de destaque no currículo escolar. Isso se deve não apenas à sua afinidade com a Escola Nova, mas à crescente importância da escola como uma instituição capaz de atuar no processo de disciplinarização da sociedade. Nesse sentido, ela exerce não apenas um papel preventivo, colaborando na formação de hábitos sociais que envolvam saúde, alimentação, disciplina no cumprimento de horários, etc, mas tem uma importante função no sentido de criar no indivíduo o desejo de colaborar na construção de uma pátria uma, que tem no homem brasileiro, produtivo, disciplinado, a base de sua grandeza [...]. Seu papel consistia em manter o vínculo escola/sociedade.

A análise do jornal nos permite detectar que entre as práticas de formação das alunas do curso normal distinguiam-se as práticas de socialização, não apenas com a realização de auditórios, excursões, clubes de diversas naturezas, jornais escolares, como havia sido introduzido por Francisco Campos, sob o título de “Instituições Escolares”, Peixoto (2003), mas com aulas integrantes do programa de ensino realizadas aos sábados.

[...] A socialização é indispensável à vida colegial, e é por isto que faz parte do programa de ensino dos estabelecimentos estaduais.

Nas aulas de socialização em sociedade pequena **aprendemos as leis da grande sociedade**, constando sempre de números instrutivos e interessantes, **a socialização educa-nos** e nos distraí também. A própria platéia **aproveita aprendendo a portar-se bem em miniatura de meio social**.

Levemos sempre para a hora de socialização a boa vontade de aprender muita coisa para a vida futura.

E para termos maior proveito, colaboremos entusiasmadas para esta aula tão agradável que temos todos os sábados. [...] (*STELLA MARIS*, nº 5, 1941, p. 3, grifos da pesquisadora).

As atividades de socialização, nesse período eram revestidas de grande importância uma vez que tinham potencialidade para manter o vínculo escola/sociedade e eram tidas como um das melhores maneiras de combinar a “[...] energia espontânea da criança e do adolescente, com a necessidade de formação do sentimento social e religioso” (PEIXOTO, 2003, p. 112) – “[...] uma força estimuladora, controladora e coordenadora de todo esse grande trabalho, permitindo que tudo se transforme lentamente, suavemente, insensivelmente” (PAIVA, 1934 *apud* PEIXOTO, 2003, p. 112).

Quanto à socialização, merece destaque a participação das alunas em outros espaços além sala de aula, como a organização para a redação do jornal, os grêmios escolares, os círculos de estudos, os conselhos de estudantes, os retiros espirituais, os clubes de leitura, os clubes literários, clubes lítero-esportivos e excursões.

As excursões se fazem muito presentes nos relatórios apresentados nas páginas de várias edições do *Stella Maris* e, como recupera Peixoto (2003, p. 110), nas palavras de Guiomar Silva, ao tratar desse tipo de atividade na “Revista de Ensino”, as excursões além de concorrerem para a “formação física da criança”, para a “formação sensível de seu coraçãozinho” servirão também para “incutir-lhe amor à natureza” e, ainda, agirão “formando a sua moral” e criando “laços de sociabilidade”.

À luz de Bourdieu (1999, p. 73-79), acredita-se que essas atividades constituíam um trabalho de “inculcação e de assimilação” de *habitus* desejáveis, às professoras, ou seja, inculcação e assimilação de marcas da formação, que viriam a configurar a representação de identidade docente nos moldes pretendidos.

Tais atividades, além dos propalados fins pedagógicos, defendidos pela Escola Nova, tinham por objetivo instituir práticas de disciplina e ordem tão necessárias ao desenvolvimento da nação, segundo o projeto educacional do Estado Novo.

O roteiro de viagem das alunas, ao Rio de Janeiro, elaborado por meio da análise do relatório da excursão, apresentado no jornal, permite entrever os fins sociais, morais e religiosos da atividade:

- Visita às igrejas e ao colégio de Companhia de Santa Tereza e à Escola Profissional Paulo Frontin.
- Instituto Nacional De Cinema Educativo, onde assistiram a um filme sonoro sobre o conhecimento do apólogo de Machado de Assis: “Agulha e a linha”.
- Visita ao Edifício da Noite e à Radio Nacional, onde estiveram com o Snr. Mário Cunha, filho do Exmo. Dr. Mario de Castro Cunha d.d. fiscal da escola e assistiram “A Hora da Juventude Brasileira”, dirigida pela diretora do ensino secundário brasileiro
- Visita ao vapor SERPA PINTO, Corcovado, à Tijuca; Furnas, o Juá, a Barra da Tijuca e a Gruta da Imprensa, Pão de Açúcar; Asilo Santa Tereza, Colégio Imaculada Conceição do Botafogo, Niterói, Largo de São Francisco, Monumento e Nossa Senhora Auxiliadora do Colégio Santo Rosa, Asilo Santa Leopoldina e Colégio São José, dentre outros locais. (STELLA MARIS, nº 9, 1940, capa).

Como se pode ver no texto abaixo, entre as “Instituições Escolares” destaca-se também o Grêmio Literário, onde se aprendia “belas lições de fraternidade”, “combatendo o egoísmo, estimulando o amor à justiça, o zelo pelas boas causas”, corrigindo “maus hábitos” às vezes ignorados. Em síntese, ali era mais um espaço para a formação moral, religiosa e cívica, ou seja, espaço para a conformação de suas mentes:

Num grêmio literário aprendemos **belas lições de fraternidade e cordialidade** porque a ordem, disciplina e mútuo entendimento entre as colegas que trabalham unidas para maior progresso e desenvolvimento das condiscípulos, combatendo o egoísmo estimulando **o amor à justiça, o zelo pelas boas causas.**

Através dos contos edificantes e das poesias tão belas que aí temos ocasião de ouvir, **o nosso espírito acostuma-se admirar o bem.**

As próprias anedotas quando bem escolhidas são muito úteis porque distraem e arrancam a alma do pessimismo ou do tédio, podemos desconfiar de um semblante carrancudo **que nunca sabe sorrir.**

Também as críticas, estas censuras conscienciosas e sinceras, ajuda-nos a **conhecer e a corrigir maus hábitos que muitas vezes nós mesmas ignoramos.**

Podia citar ainda **outras vantagens morais e sociais** no decorrer da sessão, nesse contato amigável entre as colegas, às vezes improvisadas em professoras, ou oferecendo às companheiras algumas surpresa agradável.

Quanto ao **seu valor intelectual e patriótico** tivemos em primeiro lugar o conhecimento das biografias dos nossos mais notáveis escritores e poetas. Ouvindo as narrações da vida desses heróis imortais, desses homens privilegiados que souberam traduzir em páginas gloriosas, em estrofes harmoniosas e sublimes, os seus mais nobres ideais, **sentimos orgulho do nosso Brasil.**

A recitação de poesias, as charadas, as boas leituras são meios valiosos de que nos servimos para o nosso desenvolvimento intelectual. (STELLA MARIS, nº 9, Nov. de 1944, p. 2-3 - grifos da pesquisadora).

Concluindo, com as palavras de Peixoto (2003, p. 113, grifos da pesquisadora), que lembra a crescente importância da escola como instituição capaz de atuar no processo de disciplinarização da sociedade:

[...] A socialização não se limita à fundação de grêmios e clubes, à organização de auditórios ou reuniões sociais, de jornais escolares ou excursões - ela penetra toda a vida escolar, tendo por objetivo **dar ao aluno qualidades e hábitos que lhe possam assegurar a convivência harmoniosa com seus semelhantes, tornando-o capaz de agir sobre estes no sentido de uma perfeição maior.** [...].

Portanto, essas produções, ao apresentarem as atividades que eram capazes de atuar sobre os comportamentos, na busca de uma perfeição, inculcam nas normalistas não somente os valores morais, cívicos e religiosos, mas também o valor dessa atividade como “professora” desses valores.

De um lado pode-se depreender que o fato de um jornal escolar, que se pretende instrumento de desenvolvimento intelectual³⁴, premiado pelo Estado como um dos melhores - 2º lugar no concurso, o que mostra sua eficiência –dedicar-se a apresentar e enaltecer modelos de bons mestres, de bons alunos, ou trocar elogios e informações sobre as atividades cívicas e religiosas - serve, prontamente para conformar uma representação de docente, cuja função precípua é conformar as mentes de seus alunos, propor modelos, e não instruí-los.

Por outro lado, essas atividades, de suma importância para os propósitos do governo, podem ser consideradas táticas que contribuiram para o reconhecimento de seu valor como práticas, a ser desenvolvida, com seus alunos, pelas futuras professoras, ou seja, métodos do ensino ativo que deveriam ser incorporados.

Essas são, pois, outras marcas da formação das professoras primárias, impressas no jornal *Stella Maris*.

No que diz respeito à representação da educação como condutora das mentes e propositora de modelos, resta ainda tratar de forma mais aprofundada a imposição da representação da educação como conformadora dos comportamentos religiosos e morais, cívicos e patrióticos. Entretanto, como eles se destacam como componentes da conformação das identidades docente, serão tratados em item próprio.

³⁴ De acordo com dados coletados no *Stella Maris*, ano 1952, n.138, p. 16-17.

4.5.3 O magistério primário e suas marcas da formação impressas no jornal *Stella Maris*

As páginas do Jornal *Stella Maris* estão repletas de textos que tentam impor a representação do magistério primário como vocação e vocação feminina e, a educação, como condutora da moral e da ordem social.

O trecho abaixo é parte de uma produção textual das alunas, ele deixa evidente a representação do magistério como uma profissão eminentemente feminina, uma vez que ao tratar do lugar, do papel e do valor do colégio, considera esse como uma extensão do lar, ou seja, fica implícito que, a educação escolar é uma continuidade da educação doméstica e, essa, cabe à mulher.

Aqui, neste pequeno mundo, no meio social de nosso colégio encontramos um campo de treino para completar a educação recebida no lar, para nos tornarmos úteis à sociedade, fazendo- nos boas cristãs jovens conhecedoras de seus deveres e capazes de cumpri-los. **O colégio é ainda uma continuação do nosso lar.** (*STELLA MARIS*, nº 2 de abril de 1942, p. 3 - grifos da pesquisadora).

O trecho do discurso do professor Pe. José Lopes de Faria, pronunciado na condição de paraninfo das professorandas em 1938 é um exemplo significativo da religiosidade e civismo que marcou a formação das normalistas, entretanto, o que nele destacamos, no momento, é a questão do magistério como uma vocação e uma vocação verdadeiramente feminina. A vocação sacerdotal, originária dos Jesuítas – jovens abnegadas, que se sacrificam, renunciando ao seu próprio eu - e a vocação verdadeiramente feminina, da mulher talhada para o ensino, fruto do inatismo, como explicado por Krentz (1986):

[...] Palavras ungidas de fé e catolicidade, que vos façam volver o espírito para o eterno, que orientem vosso trabalho para que possais conseguir sem tropeções a alta finalidade educativa de formar homens para a Pátria e para Deus. [...]

[...] Depois do sacerdócio que, pela origem divina, pela sua alta e sublime missão de ensinar a cristandade e salvar almas, pelo seu caráter sagrado, pelos atos e grandes poderes que reveste a personalidade do sacerdote que para nós, católicos está acima de qualquer outra ocupação, a mais nobre, a mais sublime das aspirações humanas, é sem dúvida, o magistério.

Nobre é a missão do médico, do engenheiro, do industrial, do comerciante, do agricultor, do operário, mas o magistério, não só pela sua beleza e excelência, mas pela importância extraordinária que tem na formação do povo e no espírito da nacionalidade, tem sobre as outras profissões a supremacia e a preponderância. [...]

[...] O educador é o jardineiro da pátria, a criança é essa plantinha mimosa e tenra, confiada aos seus cuidados, a ele compete cuidar dessa plantinha e dar lhe o necessário desenvolvimento, proporcionar lhe a seiva necessária corrigir lhe os defeitos. [...]

[...] Quem se abalança a ser educador, deve munir-se do espírito de sacrifício, deve renunciar o seu próprio eu, para poder pensar somente na formação daqueles que lhe foram confiados.

Este, jovens professorandas, é o conceito que devemos ter da educação: formar homens não só para a vida presente, mas também para a vida futura. **Neste terreno, a ciência, não nos póde bastar. E a mulher, por sua índole pelos suas acrisoladas virtudes, mais do que o homem, é criatura talhada para o ensino, para a educação. Já Claparède escreveu: "L'éducation féminine- A educação é a verdadeira vocação feminina".**

Digno, digníssimo de nossa admiração, do nosso respeito êste exercito de jovens abnegadas, formado das professoras de Minas, (para só falar do nosso Estado), **essas incansáveis batalhadoras do bem, que não conhecem o que é cansaço, quando se trata da instrução dos brasileiros de amanhã.** Exercito admirável a quem a Pátria tanto deve e a quem a mocidade reverente agradecida, deve prestar o culto do seu reconhecimento e da sua veneração. É a este exercito de jovens professorandas, que, de modo solene, vos incorporais. Alistando-vos nas suas fileiras, vindes trazer, á grande cruzada da educação, **o contingente do vosso esforço, a vossa boa vontade,** o vigor da vossa mocidade, a força da vossa inteligência. A pátria muito espera de vós e estou certo, não esperará em vão escutai, jovens diplomadas, a voz de nossa pátria [...]. (*STELLA MARIS* nº 06, out./nov./dez., 1938, p. 9-10, grifos da pesquisadora).

Como se percebe no discurso apresentado do professor Pe. José Lopes de Faria, paraninfo das professorandas do Colégio Nossa Senhora das Dores, que, retomando Claparède, afirma que a “educação é a verdadeira vocação feminina”, a formação das normalistas era marcada pela atribuição às professoras de qualidades e virtudes relacionadas ao que no imaginário social é natural do gênero feminino, uma vez que a mulher “por sua índole pelas suas acrisoladas virtudes, mais do que o homem, é criatura talhada para o ensino, para a educação.”

Os atributos necessários a uma professora, como ordem, docilidade, dedicação, abnegação, disposição para o sacrifício, boa vontade, reconhecidos como componentes biológicos da mulher eram apresentados nos discursos, palestras, homenagens de forma enfática, pois deveriam ser apropriados pelas normalistas que eram, a cada dia, ou a cada produção textual alimentada – e também alimentavam outras tantas - em termos de educação em geral, educação cívica e educação moral. Dessa forma, os discursos, ao constituírem normas de engendrar *habitus*, instituíam representações de identidade docente que passam a vigorar e ter efeito de verdade.

As turmas das formandas dos anos de 1942, 1943 e 1944 foram agraciadas por discursos dos paraninfos representados nas figuras dos religiosos e políticos. Desta forma os paraninfos aproveitavam estas solenidades para formalizar suas mensagens, representando ainda símbolos para as normalistas como: homens da nação, defensores da pátria e escolhidos para incentivar e instituir modelos de formação nas futuras professoras primárias.

Ainda no que se refere à imposição da representação da identidade docente como vocação e vocação feminina, há de se destacar a advertência de Certeau (1995) no que concerne à legitimidade e influência do discurso determinadas pelas relações de poder

advindas das funções exercidas. Assim, essa representação ganhava maior força na medida em que nos discursos era reforçada e legitimada pelo lugar social do paraninfo, das professoras e também pelo lugar social das redatoras, futuras professoras.

Nessa perspectiva, infere-se que o desenvolvimento e reafirmação das virtudes da mulher-professora - vocação, moral, obediência, paciência, perseverança, carinho, amor, abnegação, espírito de sacrifício, boa vontade - tornam-se mais importantes em sua formação do que sua competência para desenvolver a função que, a princípio, no Estado Novo, era definida como a aplicação de métodos.

Outro componente do caráter feminino que deveria ser reforçado e desenvolvido era a destreza manual, constituindo, pois, uma das dimensões da formação pretendida. Isso pode ser observado nas leis que regulamentam o ensino, e engendrado nos anúncios publicados no jornal *Stella Maris*, sobre os serviços oferecidos pela escola, bem como na distinção dada às alunas que se sobressaíram nos cursos oferecidos, como exposto em uma das páginas do jornal, abaixo.

Colégio «Nossa Senhora das Dôres»
DE
S. João del-Rei — Minas
INTERNATO, SEMI-INTERNATO E EXTERNATO
Confere diplomas dos cursos normal e primario.

Mantem cursos preparatorios para os exames de admissão aos Cursos normal e de adaptação, ensino de pintura, datilografia, piano, violino, etc.

PINTURA

Ensinam-se trabalhos a óleo, aquarela, pastel, sépia, charão, bico de pena, perlé, foto-miniatura pelo processo inglês, relevo, piro-gravura

Pinta-se em

Setim, seda, veludo, crepe, linho, tecidos lavaveis, pelica e couro.

Distinguiram-se em pintura:

1º lugar — Maria de Lourdes Azevedo Carvalho
2º lugar — Helena Teixeira Martins e Darcy
 Maria de Paiva.
3º lugar — Maria Ribeiro de Sá, Carmen Meireles de Andrade, Laura Gomes Ribeiro e Irene Cabral de Rezende.

Em piano:

Hebe Vasconcelos Silva
Maria Aparecida Carvalho Pereira
Therezinha Teixeira

“Vida de Santa Louiza de Marillac”

Excelente obra em que o Rvmo. Pe. Jeronimo de Castro narra a fundação da Companhia das filhas de S. Vicente de Paulo, os tempos primitivos dessa importante instituição, a vida, em suma, das Irmãs de Caridade.

A venda no Colégio “Nossa Senhora das Dôres” de S. João del Rei -- Minas

Preço do volume \$3000

ILUSTRAÇÃO 9 - PROPAGANDA DA ESCOLA EM UMA DAS PÁGINAS DO JORNAL (FONTE: JORNAL *STELLA MARIS*, Nº 6, 1938)

Os cursos oferecidos - pintura: óleo, aquarela, pastel, sépia, charão, bico de pena, perlê, foto miniatura pelo processo *inglês*, relevo e pirogravura: desenvolvida em cetim, seda, veludo, crepe, linho, tecidos, laváveis, pelica e couro, e, ainda datilografia, piano e violino - permitiram identificar as destrezas manuais desenvolvidas e que muitas vezes já eram exigidas das mulheres em seus lares, ou seja, já constituíam parte do capital cultural feminino.

Como diz o texto de uma das alunas “a destreza manual dever ser aplicada em sentido próprio” (*STELLA MARIS*, nº 1, 1946, p. 4), ou seja, a destreza manual reafirmava o caráter feminino no que diz respeito às habilidades.

No que diz respeito à regulamentação, não é demais lembrar que esses trabalhos manuais faziam parte das exigências nos processos de seleção e promoção das alunas. Recorrendo ao “Livro Atas” dos exames das alunas que vieram do curso ginásial, foi possível identificar parte do ritual - cumprido de acordo com o artigo 190 do decreto 11. 501, de 31 de agosto de 1934 - ao qual eram submetidas aquelas que prestavam exame de admissão ao 1º ano do curso de Formação de Professoras.

Assim, há de se considerar também o desenvolvimento dos trabalhos manuais constituíam táticas para a correção de hábitos indesejáveis como a falta de perseverança e de paciência, dito de outra maneira, a imposição de trabalhos manuais na escola era parte da estratégia de imposição de determinados hábitos, de conformação das mentes.

Concluindo as considerações sobre a conformação da identidade do docente como vocação, pode-se depreender que as ausências, nas páginas do Stella Maris, de alusões a datas festivas, homenagens e celebrações referentes à exaltação da figura das professoras - destaque seu valor e sua importância para o país nas fileiras do exército da escola e da pátria, fosse ressaltada em vários discursos -, reafirmam a vocação sacerdotal atribuída à identidade docente. Como cita Krentz (1986), as professoras não deviam esperar ou reivindicar qualquer promoção social em vista do seu trabalho:

[...] ‘Até hoje foram erigidos poucos monumentos ao professor paroquial. Porém, em cada comunidade rural que foi ou será presenteada com um bom professor paroquial, deveria existir tal monumento. Aliás, não. Pois a própria comunidade rural é ou será o monumento vivo do verdadeiro professor paroquial.’ (SCHWARK, 1972 *apud* KRENTZ, 1986, p. 16).

No que diz respeito à representação da educação como condutora da moral e da ordem social, marca da formação das professoras primárias no Estado Novo, muito presente também nas páginas do impresso estudantil, utilizado como fonte documental dessa

investigação, sublinhamos que os comportamentos religiosos e morais, cívicos e patrióticos se destacam.

Entre a exaltação do idioma nacional - cujo conhecimento era um dever para com a Pátria –, as advertências sobre a necessidade de se adquirir o hábito da boa leitura e a apresentação de conteúdos e fatos da História do Brasil, as produções textuais do *Stella Maris* deixavam claro o que deveria orientar o trabalho das futuras mestras. Orquestrava-se, pois, uma representação de identidade docente fundada na ordem moral e religiosa - formação para os atos de fé - e no nacionalismo e patriotismo - formação para a fidelidade à pátria.

No que diz respeito à religiosidade, nacionalismo e patriotismo, os conteúdos da História do Brasil, recorrentes no jornal, normalmente mesclavam-se com motivos religiosos. Assim, por exemplo, o texto intitulado “13 de maio”, ao comemorar a libertação dos escravos, faz referência à Princesa Isabel, considerada como Santa, no seu ato heróico de defender constantemente os direitos à libertação dos escravos:

Era justo. Na regência da Princesa Isabel, **Deus pôs termo a tantas dores e sofrimentos**. De origem nobre e nobre de coração, **Isabel possuía a caridade cristã e em sua alma predominava a alma cristã** pelos que sofrem apresentados, o projeto de abolição da escravatura foi recebido por aclamações entusiásticas; foi então levado à Princesa imperial que a assinou em 13 de maio de 1888. (*STELLA MARIS*, nº 2, maio de 1943, p. 3, grifos da pesquisadora).

A propósito da formação marcada pelo sentimento de patriotismo, veja-se este trecho do artigo escrito pela aluna do 3º ano Ginásial, que é incumbida de informar a comunidade escolar sobre os conceitos de Pátria e de Patriotismo.

O ruído da cachoeira, o silêncio misterioso da floresta, o movimento incessante da indústria, as ciências, a religião, a língua, o sol, o céu, o mar, a história tudo **isso se resume em um só nome e esse nome é Pátria**. O entusiasmo que nos faz brilhar os olhos ao pronunciar **o nome sagrado do Brasil** e que nos faz estremecer ao vermos passar o áureo verde pendão chama-se patriotismo. **Patriotismo é um sagrado sentimento que impele** o povo brasileiro para o seu **glorioso destino como impeliu** Caxias para a ponte de Iitororó! (*STELLA MARIS*, nº 6, setembro de 1944, capa, grifos da pesquisadora)

No já citado discurso pronunciado, durante uma solenidade de formatura, pelo Professor José Lopes de Faria, na condição de paraninfo, esse exigia das normalistas um compromisso para formar homens para a Pátria e para Deus. Reafirmava a importância e compromisso da professora, mulher, soldado da pátria, no exército enfileirado, para a defesa

da pátria. Assim o patriotismo era característica primordial no perfil traçado para as futuras professoras.

[...] Nobre é a missão do médico, do engenheiro, do industrial, do comerciante, do agricultor, do operário, mas o magistério, não só pela sua beleza e excelência, mas pela importância extraordinária que **tem na formação do povo e no espírito da nacionalidade**, tem sobre as outras profissões a supremacia e a preponderância. [...] **O educador é o jardineiro da pátria**, a criança é essa plantinha mimosa e tenra, confiada aos seus cuidados, a ele compete cuidar dessa plantinha e dar lhe o necessário desenvolvimento, proporcionar lhe a seiva necessária corrigi lhe os defeitos. [...]

[...] Digno, digníssimo de nossa admiração, do nosso respeito êste exercito de jovens abnegadas, formado das professoras de Minas, (para só falar do nosso Estado), **essas incansáveis batalhadoras do bem, que não conhecem o que é cansaço, quando se trata da instrução dos brasileiros de amanhã**. Exercito admirável a quem a Pátria tanto deve e a quem a mocidade reverente agradecida, deve prestar o culto do seu reconhecimento e da sua veneração. É a **este exercito, jovens professorandas, que, de modo solene, vos incorporais. Alistando-vos nas suas fileiras, vindes trazer, á grande cruzada da educação**, o contingente do vosso esforço, a vossa boa vontade, o vigor da vossa mocidade, a força da vossa inteligencia. **A patria muito espera de vós e estou certo, não esperará em vão escutai, jovens diplomadas, a voz de nossa patria.**[...]

[...] Acendei nas almas infantis a sagrada chama do patriotismo, ensinando lhes a conhecer e a amar o Brasil. Ensinai a essas criancinhas que o nosso Brasil, nascido a sombra da cruz que viveu até agora a sombra da cruz, para continuar forte e grande, deve continuar a sombra da cruz! [...] (*STELLA MARIS* nº 06, out./nov./dez., 1938, p. 9-10, grifos da pesquisadora).

Além da participação nos espaços institucionalizados de socialização, já citados, a formação dessas normalistas, exigia ainda a participação em atos de fé, como as missas cantadas, missas de preceito e a dedicação a uma causa social, como: a obrigatoriedade de dedicar-se aos cuidados de idosos do abrigo de velhinhas (os) Luizas e Luizes, e a responsabilidade pela realização de barraquinhas em prol de obras vocacionais sociais.

A realização das barraquinhas é citada como uma empresa constituída pelas alunas, que eram responsáveis, entre outras atividades, por sustentar os seminários e padres em fase de formação. Entre as ações desempenhadas nesse trabalho, citam-se: pedidos de doações, montagem de barracas de doces para vendas, organização de rifas.

A identificação, no jornal, de algumas dessas práticas mostram os modelos e prescrições didáticas sob os quais se dava a formação das normalistas.

As marcas desse projeto de formação estão explícitas nas produções textuais que mostram a influência da prática religiosa quer nos exercícios escolares, quer nas atividades diárias, quer, ainda, nos cursos oferecidos às normalistas. Desse modo, modelos de

comportamento - sacerdócio, caridade aos pobres, doação de si no exercício do magistério - eram inculcados, engendrados, cobrados.

Vários artigos reforçam que é pela oração que se chega a Deus e que Ele é um exemplo a ser imitado, portanto, deve-se dedicar uma hora do dia a essa tarefa:

Não sejamos como essas criaturas ignorantes e indiferentes; elas vivem num eterno sofrer, assemelham-se aos nautas perdidos nos mares cheios de mil perigos e tormentas. Jesus viveu numa oração continua, no entanto era Deus procedeu assim para nos dar o exemplo, afim de que todos os seus filhos o imitassem, orando sempre. [...] ‘O trabalho feito com aplicação, o cumprimento sincero e mais nobre que o homem pode oferecer ao coração divino’.[...]. (*STELLA MARIS*, nº 1, março 1945, p. 4).

Ainda, no que diz respeito à formação de cunho religioso, a narração da vida do garoto Pedrinho que se desenrola em alguns números do jornal - ano de 1939, nº 1, 4, 5, ano de 1940, nº 2 - é bastante significativa no que diz respeito à possibilidade de inculcação da necessidade de conversão ao catolicismo, da obrigatoriedade da comunhão, do poder do Papa, da necessidade de dor, sofrimento e sacrifício para a salvação.

A análise do número de atividades religiosas (missas, retiros espirituais, comemoração dos dias de santos, semanas missionárias, semanas catequéticas) e de atividades cívicas (sessões cívicas, rituais com músicas, auditórios) das quais as normalistas participavam, no colégio, e que preencheram a agenda escolar, apresentada na “Secção Vida Colegial”, traz a dimensão da importância dessas atividades na conformação das mentes, ou seja, na concretização da imposição da representação da identidade docente, calcada no catolicismo e no nacionalismo.

O ensino do Idioma Nacional, como forma de fortificar a pátria fica claro no trecho da palestra de uma das alunas, ao final do curso normal:

[...] Saber ler e ler bem, e para ler bem para da vida á obra do escritor pra ter na voz e na expressão, a facéa, a vibração a eloquencia a doçura a melancolia, a alegria, a comoção, a surpresa, é preciso antes de mais nada, compreender e sentir o que se lê, é preciso ser artista! [...] **O principal e mais importante dever que temos a cumprir para nossa pátria, caras colegas, é o de nos instruímos, aplicando nos sobretudo ao nosso idioma nacional, infelizmente tão pouco cuidado, se estudarmos hoje saberemos amanhã, mas se hoje não estudarmos, não será mais tarde quando estiver vencida a etapa estudantil que o conseguiremos.** Porque não seremos o orgulho dos nossos mestres, a rejuvenescencia de nossos pais? Orgulho de nossos mestres que não **visam se não o nosso bem e a grandeza da nossa pátria.** [...] (Grifos da pesquisadora) (Palestra apresentada pela aluna Glória Vilaméa, ao ensejo da inauguração do Clube de Leitura. (*STELLA MARIS*, nº 6, agosto 1938, p. 5, grifos da pesquisadora).

Além de ensinar a ler e escrever, era necessário controlar toda a bibliografia, para que não chegasse às mãos incrédulas obras que pudessem fazer com que criassem desejos e condições de estabelecer a ordem social. A leitura deveria trazer exemplos de valores morais necessários à ordem imposta.

Quando se fala em leitura, destacam-se, entre outros objetivos, a formação moral e o aperfeiçoamento na arte de ler bem, o que poderia ajudar a distinguir hábitos, interesses e valores inadequados. Como se ver, o jornal *Stella Maris* procurava orientar as normalistas sobre os riscos causados pela má leitura, como a do universo contaminado com os romances, que poderiam trazer contribuições a ideais revolucionários, que eram uma ameaça à política do Estado Novo. Dessa forma, conclamava as associadas à preservação do Clube da Leitura, que funcionava como forma de controle, servindo, dessa monta, para ensinar-lhes que o controle, a regulação e a regulamentação se faziam necessários, se desejassem o engrandecimento da pátria, e, com esse, receberiam copiosas bênçãos do Pai Celeste.

A preocupação com a regulação, centrada no controle da leitura de bons livros está expressa no trecho de um dos comunicados do Clube de Leitura que funciona no colégio desde 1937:

No livro intitulado: “Pátria Nova”, o autor Mário Pinto Serva assim **condena o vício da má leitura**: Atualmente os indivíduos só pensam em **ler romances e outros livros maus**; ficam portanto viciados, entregues exclusivamente à vida sentimental, incapacitados para a vida ativa que exige um senso prático, um conhecimento positivo das realidades e a noção exata das cousas.

Milhares de vidas se inutilizam por causa das más leituras. Devemos então, combater os livros maus e inculcar o **gôsto pela boa leitura. Assim fazendo trabalharemos para o engrandecimento de nossa pátria e receberemos de Pai Celeste copiosas bênçãos**. Confiando na bondade e espírito de cooperação de todos os membros e sócias desta nossa pequena agremiação, tenho certeza do grande bem que nos proporcionarão as horas alegres de nossas reuniões. Tenho dito. (*STELLA MARIS*, nº 3 junho, 1944, p. 3, grifos da pesquisadora).

Outros vários textos se ocupam do controle do consumo das indicações bibliográficas católicas (biografia de santos), das declamações e produções de poesias, dos contos, dos causos, dos versos, das histórias infanto-juvenis: textos moralistas, com fins religiosos, altruísticos e patrióticos. Presume-se que esses textos interferiram diretamente nos hábitos de leitura, objetivamente na formação de uma determinada identidade docente. De acordo com Fausto (2006, p. 116),

‘O DIP exerceu amplas funções, utilizando e controlando o cinema, o rádio, o teatro, a imprensa, a literatura social e política. No esforço por sanear as mentes e calar os inimigos do regime, proibiu-se a entrada no país de publicações “nocivas aos

interesses brasileiros', agiu-se junto à imprensa estrangeira no sentido de evitar que fossem divulgadas informações 'nocivas ao crédito e à cultura do país'. O DIP censurou desde músicas carnavalescas até a grande imprensa, subornou jornalistas, subvencionou jornais, dirigiu a transmissão radiofônica diária da Hora do Brasil etc".

Concluindo, as publicações no Jornal *Stella Maris* não deixam esvaziar o projeto político e educacional do Estado e reforçam nas normalistas as condições para recuperar o espírito nacionalista e suas tradições culturais cristãs.

O Estado Novo penetra, assim em todos os domínios escolares, a tudo envolvendo, regulando, uniformizando e as marcas da formação das professoras primárias impressas no jornal *Stella Maris* é um produto dessa penetração e o jornal *Stella Maris* é também produto e produtor dessa penetração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E A EDIÇÃO DE NOVOS PONTOS DE VISTA

Tomando por base as ponderações de Apple (1991) o jornal *Stella Maris*, foi um exercício do poder: o poder das alunas redatoras, o poder do colégio e o poder do Estado - Igreja, sendo assim, não se pode desconsiderar a força exercida pelas marcas da formação nele impressas na conformação das identidades da professora primária.

Pode-se inferir que a estratégia do governo de determinar a criação dos jornais escolares e de investir na sua manutenção e promoção, estimulando a escola e as alunas por meio de elogios eloqüentes e premiações foi suficiente para impor e reafirmar os modos de ser professora ou a representação de identidade docente que atendia a seus propósitos.

Se, em um primeiro momento, pode parecer que o jornal *Stella Maris* não apresenta marcas de formação das professoras primárias durante o Estado Novo, uma vez que o mesmo não apresenta, de forma explícita, orientações pedagógicas e orientações curriculares, como era comum encontrar em alguns impressos da época, uma leitura mais aprofundada, iluminada pelos aportes teóricos pertinentes, permite entender que as produções textuais das alunas trazem parte significativa dos princípios educacionais defendidos durante o Estado Novo e muitos deles norteadores da Escola Nova.

Se o jornal não apresenta modelos das práticas pedagógicas tão presentes nos periódicos educacionais, como receitas do saber-fazer, ou, como diz Carvalho (2006), não é uma “Caixa de Utensílios”, mas o mesmo é recheado de representações de identidades docentes nos modelos de professora, que se pode denominar de saber-ser, numa alusão aos pilares da educação propostos no Relatório Jacques Delors³⁵: saber aprender, saber fazer, saber ser e saber conviver.

As análises apresentadas no capítulo anterior vieram confirmar a hipótese de que o jornal *Stella Maris* trazia em suas páginas marcas da formação das professoras primárias no Estado Novo. Essas marcas são constitutivas das identidades docentes das professoras primárias e respondiam aos interesses do projeto educacional do Estado Novo.

Ao termino desta tese foram identificados como marcas dessa formação:

³⁵ Autor e organizador do relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado: “Educação, um Tesouro a descobrir” (1996), em que se exploram os quatro pilares da educação, ou seja, os conceitos que fundamentam a educação.

- a. cumprimento da regulamentação, acatamento de ordens superiores, eficiência, uniformização;
- b. proposição de modelos em função da necessidade de conformação das mentes;
- c. o magistério primário como vocação feminina e educação como condutora da moral e da ordem social

Estas marcas fazem da professora um modelo divinizado de mulher dócil, carinhosa, abnegada, paciente, disposta ao sacrifício e que formará cidadãos prontos a defender a pátria. Essa modelização da professora é também a marca mais intensa de formação pretendida pelo Estado Novo, que implicitamente em determinados momentos e mais explícito em outros que atribuía à mulher, fosse mãe ou professora, a responsabilidade pela alfabetização e disciplina dos filhos ou dos alunos e que de certa forma abraçou, mesmo que somente em discurso, alguns princípios da Escola Nova. Havia total submissão da educação ao Governo Getúlio Vargas, e seus propósitos eram claros: alfabetizar mediante objetivos voltados para formação de cidadãos extremamente nacionalistas. Contudo, sem hábitos questionadores ou índole revolucionária.

As produções textuais publicadas e/ou ainda a comunicação das atividades de formação católica, materializam as representações de professora, mostrando uma espécie de controle da instrução marcado pelo conjunto de valores e modos de ser professora que gravitam em torno do adotado processo educativo, na cultura para manter um impresso estudantil, cultivado entre elas na atuação do jornal.

Neste sentido veja-se a comunicação da aluna: Vera Leite Vieira, **“O que foi a Semana Eucarística”**

À noite, reuníamos no salão de festas do colégio e o Revmo, Pe. Lustosa que em zêlo infatigável e com fervor modelar iniciar-nos numa vida piedosa e verdadeiramente cristã, dava início às sessões, ora solenes, ora particulares, porém todos do nosso modo interessantes e decorrendo magnificamente belas e piedosas Conferencias proferida:

1ª) Pe. Lustosa sobre: “A Eucaristia invenção do amor de Santo Coração de Jesus”;
2ª) Revmo Sr. Pe. Mário Quintão sobre: “Em que consiste o Ato de oração e sua eficácia para a conversão e santificação dos alunos”; 3ª) Pe. Oswaldo da Fonseca Torga “O Santo Sacrifício da Missa” (*STELLA MARIS*, n. 5, p. 2, 1944).

Durante o Estado Novo, o jornal era o veículo por excelência desse tipo de formação, pois sua capilaridade era em verdade a principal dimensão do processo formativo, ou seja, o modelo de professora era “ditado” também pelas próprias professoras - mesmo que futuras -, e

chegava até aqueles que tinham interesse em conhecer e em controlar as atividades das escudeiras da pátria.

A relevância desta investigação situa-se na originalidade e riqueza da fonte documental utilizada – impressos estudantis – para a leitura das marcas da formação das professoras primárias que até o momento têm sido muito estudadas nos impressos especializados que tratam das questões educacionais.

Situa-se também na importância de se perceber que as representações de identidade docente que foram conformadas ao longo do desenvolvimento da educação no Brasil ainda se fazem muito presentes no imaginário social e povoam a organização e gestão das escolas, sobretudo públicas, embora a complexidade da educação, nos dias atuais, venha conformando novas representações de identidades docentes.

E, ainda, sua contribuição na ampliação do tema pode somar-se às pesquisas historiográficas, constituindo bibliografia significativa na formação dos alunos dos cursos de Pedagogia e outras Licenciaturas.

Reconhecendo a importância e complexidade dessa temática e acreditando que o percurso traçado nesse estudo não é o único possível, defende-se aqui a idéia de que outras análises ainda poderão ser realizadas a respeito da formação de professores, inclusive sobre a influência dos grêmios: Literários e Esportivos nesse processo.

A análise do jornal *Stella Maris*, como fonte documental, instiga o desejo de tomá-lo também como objeto de investigação, o que poderia abrir uma nova frente de trabalho nas investigações sobre as práticas docentes e ainda nas práticas discursivas.

As pesquisas que intentam aprofundar os estudos sobre os princípios e moral religiosos que conformam a representação de identidade docente também têm nas imagens exploradas com os santos e seus festejos, no jornal *Stella Maris* uma fonte promissora de análise.

Diferentes gêneros literários possibilitam as pesquisas que envolvem a questão da leitura e da escrita.

Outra análise deve ser explorada com os jogos fotografados e os recreios comentados no jornal *Stella Maris*. Esses elementos conjugam um forte objeto de pesquisa e podem ser encontrados nas diversas edições. O tema “recreio”, também pode ser explorado e comparado em outros jornais editados à mesma época.

REFERÊNCIAS

ABRAS, Maria Cecília de Medeiros. **A influência da habilitação em serviço na prática do/a professor/a leigo/a**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

_____. **Difusão de saberes escolares veiculados pela imprensa periódica educacional no processo da profissionalização docente**. Cuiabá: EPECO, 2006.

_____. **Historia de vida e Memória da Família Canaã**: entrevista realizada com M. L. C. C. em 14 de julho de (ex: aluna do C.N.S.D.) publicada na internet In: Museu da Pessoa, 2002.

ALBUQUERQUE, Elisângela Torres de; e SELLARO, Lêda Rejane Accioly. **Currículos e Programas para escolas públicas em Pernambuco, no período do Estado Novo (1937-1945)**. Centro de Educação - Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br>>. Acessado em: set. 2009.

ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

ALMEIDA, L. R.; BRANDINI, R. C. A. R.; SZYMANSKI, H. (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Líber, 2004. 86 p. (Série Pesquisa em Educação).

ALMEIDA, M. das G. A. A. de. Estado novo: projeto político pedagógico e a construção do saber. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Não paginado.

AMARAL, Giana Lange do. **O Gymnasio Pelotense e a maçonaria**: uma face da História da Educação em Pelotas. Pelotas: Seiva/UFPel, 1999.

AMARAL, Giana Lange do. Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais. **História da Educação**, ASPHE/UFPel, n. 11, p. 117-130, abr. 2002.

ANDRADE, Maria Guerra de. **A educação exilada**: Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção História, 7).

APPLE, M.; CHRISTIANSMITH, Linda. The politics of the textbook. In: APPLE, Michael; CHRISTIANSMITH, Linda (Eds.). **The politics of the textbook**. London: Routledge, 1991.

APPLE, M. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e da ideologia. **Cadernos de Pesquisa**, n. 64, p. 14-23, São Paulo, 1998.

ARAÚJO, José Carlos Sousa; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2004.

ARAÚJO, Maria de. **Tempo de balanço**: a organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste.

ARRUDA Maria Aparecida (Org.) **História da educação**: ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006. (Coleção História da Educação).

ALVES, Nilda. **Formação do jovem professor para a educação básica**. Cadernos Cedes, n. 17. São Paulo, 1986.

BARBOSA, R. L. L.; GEBRAN, R. A.; RIBEIRO, R.; SERBINO, R. V. (Orgs.). **Formação de professores**. São Paulo: UNESP, 1998. (Seminários e Debates).

BASTOS, Maria Helena Câmara. **O novo e o nacional em revista; a revista do ensino Rio Grande do Sul (1931-1943)**. 1994. 479 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Apêndice: a imprensa periódica educacional. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

_____. **As revistas pedagógicas e a atualização do professor**: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992), 1999.

BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio**: da revolução de 30 ao fim do estado novo. 14. ed. São Paulo, SP: Editora, 1990. 74p. (História em Documentos).

BICCAS, Maurilane de Souza. **Da revista à leitura a formação dos professores 1925/40 e a conformação do campo pedagógico em MG**. Local: Editora, 2002.

_____. Nossos concursos e a voz da prática: a revista do ensino como estratégia de formação de professores em Minas Gerais (1925-1930). **Cadernos de História da Educação**, n. 4, p. 155-166, jan./dez. 2005.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação de professores/as e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940)**. 311 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2001.

BORGES, Davi Coura. Arquitetura, fé e poder no Vale do Paraíba: o Gymnásio São Joaquim de Lorena e o Sermão das Paredes (1890-1913) In: **Revista de educação cultura e comunicação do Curso de Comunicação Social das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila** – Fatea, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2010.

BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Paris: Mouton-Bordas, 1971.

_____. **Sociologia**. (Org. Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **Escritos de Educação**. (org. por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRAGA, Cláudia et al. **Teatro em Minas Gerais: Campos das Vertentes (1900-1950)**. São João del-Rei, MG: GPAC/FUNFEI, 2000.

CALDEIRA, Paulo da Erra; CAMPELLO, Bernadete (Orgs.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005. (Coleção Ciência da Informação, 1).

CAPELATO, Maria Helena. Estado novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1994. (Coleção Repensando a História).

CARVALHO, M. M. C. Notas para uma reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930) **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Cortez, v. 66, n. 8, p. 4-11, 1988.

_____. **História da escola primária no Brasil**: modelos pedagógicos, práticas culturais e forma escolar (1750-1940). São Paulo: Brasiliense, 2001. (Mimeo.).

_____. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. A caixa de utensílios e o Tratado: modelos pedagógicos, Manuais de Pedagogia e práticas de leitura de professores. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2006, Goiânia. A educação e seus sujeitos na história. Goiânia: Editora da UCG/Ed. vieira, v. 1, p. 81-82, 2006.

CARVALHO, M. M. C.; NUNES, Clarice. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED**, Porto Alegre, n. 5, p. 7-65, 1993.

CARVALHO, M. M. C.; CUNHA, J. L.; MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (Orgs.). **Escola, culturas e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CARVALHO, M. M. C.; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Biblioteca e formação docente**: percursos de leitura. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

CARVALHO, Carlos Henrique. Educação, religião e república: repercussões dos debates entre católicos e republicanos no Triângulo Mineiro, MG. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **1986-2006**: 20 anos navegando na história da educação brasileira. Campinas, SP: Gráfica FAE; HISTEDBR, 2006. p. 15. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 20 set. 2007.

CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Escritos de educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CATANI, D. B. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CATANI, Denice B.; SOUZA, Cynthia P. **Práticas educativas, culturas escolares**: profissão docente. São Paulo: Escrituras, 1999.

_____. Práticas de formação e ofício docente. In: BUENO, B. O.; CATANI, D. B. e SOUZA, C. P. (Orgs.). **A vida e o ofício dos professores**: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração. 4. ed. São Paulo: Escrituras, 2003.

CATANI, D. B. **Ensaio sobre a produção e circulação dos sabres pedagógicos**. 1994. 166 f. Tese (Livre Docência em Didática) - Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada, Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1994.

_____.; BICCAS, Maurilane de Souza. **Molde nacional e fôrma cívica**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

_____. Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a Revista do Ensino. In: CARVALHO, Marta M. C.; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Biblioteca e formação docente: percursos de leitura**. Belo Horizonte, MG: Autêntica 2000.

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Apresentação de Luce Giard. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Anne Marie; HÉBRARD, JEAN. **Discursos sobre a Leitura: 1800-1880**. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, T. C. R. A questão da religião no teatro popular dos Campos das Vertentes – 1ª metade do século XX. In: BRAGA, Cláudia et al. **Teatro em Minas Gerais: Campos das Vertentes (1900-1950)**. São João del-Rei, MG: GPAC/FUNFEI, 2000.

CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia, MG. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino da história da educação. **Anais...** Uberlândia, MG: EDUFU, 2006.

CORDEIRO, J. F. P. **A circulação de modelos educativos nas revistas pedagógicas: Portugal e Brasil (1920-1935)**. In: GT DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA ANPED, 2. 2002.

COSTA, Maria Antonia Teixeira; RAMALHO, Betania. **Imagens de professora no Rio Grande do Norte nas décadas de 1930-1940**. Natal, RN: 2005.

COUTO, João Gilberto Parenti. **A revolução que Vargas não fez**: a implantação da escola pública de tempo integral. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana: 1890-1915. São Paulo: EDUC FAPESP, 2000.

CUNHA, Célio. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1989.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. (Educação em Questão).

CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1984.

DELORS, Jaques. “Educação, um Tesouro a descobrir”- **Relatório (1996)**. Disponível no sítio: <<http://www.comitepaz.org.br/dellors.htm>>. Acessado em: 06 maio 2010.

DO Ó, Jorge Ramos. **O governo de si mesmo**: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: Educa, 2003.

DÓRIA, Francisco Antônio. **No tempo de Vargas**: memórias, reflexos e documentos. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 1994.

DUARTE, M. R. T. **O trabalho de ensinar**: pedagogia para a professora. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

FAFANI, Emilio Tenti. Sociologia de La profesionalización docente. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL**: 2-6 DE JUNIO DE 2008.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: ANPED, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

FENELON, Dea Ribeiro. **50 textos de história do Brasil**. Seleção e organização de Dea Ribeiro Fenelon. São Paulo: Hucitec, 1983.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986.

FIORENTINI, D.; GERALDI, C. M. G.; PEREIRA, E. M. A. (Orgs.). **Cartografias do trabalho docente: professor (a)–pesquisador(a)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. (Coleção Leituras no Brasil).

FORTES, Maria de Fátima Ansaloni. **A constituição da prática docente na trajetória profissional de professoras da rede municipal de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais/FAE, Belo Horizonte, 1996.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Imprensa pedagógica: Um estudo de três revistas mineiras destinadas a professores**. Tese (Doutorado) - UFMG, Minas Gerais, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar de, BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil**. (1926-1996). São Paulo: 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História, antropologia e a pesquisa educacional: itinerários intelectuais**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

GAIO SOBRINHO, Antonio. **História da educação em São João del-Rei**. São João del-Rei, MG: Gráfica FUNREI. 2000.

GANDINI, Raquel P. C. **RBEP-1944-1952: intelectuais, educação e estado**. Tese. Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1990.

GARCIA, Maria Manuela Alves; HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 1, Mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: jun. 2010.

GOMES, Ângela de Castro. O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional. In: MASGALDI, Ana Maria; Cláudia Alves; GONDRA, José (Orgs.). **Educação no Brasil: história, cultura e política** Bragança Paulista: Editora São Francisco, 2003.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Mestre: Profissão professor(a) processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial. 23 GT História da Educação. **ANPEd**, 2000.

GUIMARÃES, V. S. Identidade e profissionalidade docente, saberes profissionais e práticas formativas. In: GUIMARÃES, V. S. **Formação de professores: saberes, identidade e profissão**. Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção Entre Nós Professores).

HANSEN, João Adolfo; CARVALHO, Maria C. de. Modelos culturais e representação: leitura de Roger Chartier. **Varia História**, n. 16, p. 7-24, set. 1996.

HÉBRARD, JEAN. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Teoria & Educação**, Porto Alegre: Artes Médicas, n. 2, p. 65-110, 1990.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras** São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.

HYPOLITO, A. M. **Processo de trabalho na escola: uma análise a partir das relações de classe e de gênero**. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

_____. Relações de gênero e de classe social na análise do trabalho docente. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 4, p. 5-18, 1995.

_____. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. **Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado?** Desmistificando a profissionalização do magistério. Campinas: Papyrus, p. 81-100, 1999.

_____; VIEIRA, J. S. Reestruturação educativa e trabalho docente: autonomia, contestação e controle. In: Hypólito, A. M.; Vieira, J. S.; Garcia, M. M. A. **Trabalho docente: formação e identidades**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

_____. *et al.* Trabalho docente, profissionalização e identidade: contribuições para a constituição de um campo de estudo. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 37, p. 123-138, jul, 2003.

HORTA, José Silveira Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Sociedade Brasileira de História da Educação, n. 1, jan./jun. 2001.

JINZENJI, Mônica Yumi. O protagonismo dos jornais na ampliação das práticas de leitura em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. **ANAIS DO VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006.

JINZENJI, Mônica Yumi. **A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)**. Dissertação (mestrado) - Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2002.

KREUTZ, Lúcio. Magistério: vocação ou profissão? **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 3, p. 12-16, jun. 1986.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 117-130, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>. Acessado em: jul. 2010.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. In: NÓVOA, António & SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola: alunos, professores, currículo, pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000.

LELLIS, Isabel Alice. **A formação do professor para a Escola Básica: da denúncia ao anúncio de uma nova prática**. Dissertação (Mestrado) - PUC/RJ, out./1983.

LESSARD, C.; TARDIF, M. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LIMA, Maria de Lourdes Rocha. **A memória educativa no projeto de formação de professores do ensino superior: o fazer é, sobretudo criação**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1995.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Funções Editora da UNESP, 1999. (Prisma).

MARTINS, Maria do Carmo. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

_____. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: UNESP, 1999.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987. (Cadernos Ensaio: pequeno formato).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

MOGARRO, Maria João. Os professores e os seus discurso: problema de circulação e apropriação de modelos pedagógico-cultural. In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Lourenço Filho**: outros aspectos, mesma obra. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.

NEPOMUCENO, D. M.; CAMPOS, R. H. F. Fontes para a difusão das idéias psicológicas em Minas Gerais entre 1830 e 1930. **Memorandum**, Belo Horizonte: UFMS; Ribeirão Preto: USP, v. 6, p. 114-123, 2004. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br>. Acesso em: out. 2007.

NERY, A. C. B. **As sociedades de educação de São Paulo**: embates no campo educacional (1922-1931): discutindo a escola paulista. 1999. Tese. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NÓVOA, Antonio (org.) **Profissão professor**. Lisboa: Porto, 1995.

_____. Formação de professores e profissão docente. In: _____(org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997a

_____. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

_____. Antonio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & Educação**, n. 4, p. 109-139, 1991.

_____. Antonio. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997b.

NOBRE, Freitas. **Imprensa e liberdade**: os princípios constitucionais e a nova legislação. São Paulo: Summus, 1988. (Coleção Novas Buscas em Comunicação, 26).

NÓBREGA, Vandick Londres. **Enciclopédia da Legislação do Ensino**. V I, Rio de Janeiro.

NUNES, Maria Therezinha. **Gestos, imagens e ação das professoras primárias mineiras: uma leitura do jornal o Diário na greve de 1959**. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F. (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003. (Estudos CDAPH. Série historiográfica).

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**.

OSÓRIO, A. M. do N. (Org.). **Trabalho docente: os professores e sua formação**. Campo Grande, MS: UFMS, 2003. (Estudos em Educação).

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. **Revista Brasileira de História**. [online], vol. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.

PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado dos anos 90: lógica, mecanismo de controle. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998.

PERRENOUD, P. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PINEDA, Silvana Schuler. *Hyloea: o feminino na revista dos alunos do Colégio Militar de Porto Alegre (1922-1938)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, Faculdade de Educação, UFRGS, 2003.

PRATES, Maria Helena Oliveira. **A introdução oficial do movimento de escola nova no ensino público de Minas Gerais: a escola de aperfeiçoamento**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

RAGAZZINI, D. Dossiê: história da educação: instituições, intelectuais e cultura escolar. Tradução de Carlos Eduardo Vieira. **Revista Educar em Revista**, n. 18, p. 13-28; 75-101, 2001.

REMÉDIOS, Maria José. O jornal católico novidades: sentidos do educar. **Rev. Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 6, p. 9-27, 2003.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da Infância. In: **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 39-56, abril 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: jul. 2010.

ROSA, Walquíria Miranda. **Instrução Pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas de unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 4. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Educação Contemporânea).

SCHNEIDER, Omar. **A revista Educação Physica (1932-1945)**: estratégias editoriais e prescrições educacionais. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2003.

SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETTO, Amarílio. Presença americana na revista Educação Physica (1932-1945): a fabricação do homem novo. **CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 6., 2006, Uberlândia, MG. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino da história da educação. **Anais...** Uberlândia, MG: EDUFU, 2006.

SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

SCHAFFRATH, M. D. A. S. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: jun. 2010.

SILVA, G. B. **Educação secundária**: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Nacional, 1969. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v. 94).

SIROTA, Régine. **A escola primária no cotidiano**. Trad. de Patrícia Chitoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Cinthia P. (Org.). **História da educação**: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, 1998.

SOUSA, Cinthia P. (Org.). As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras; ALB; FAPESP, 1999.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados - USP, v. 11, n. 5, p. 173-191, abr. 1991.

SOUZA, R. F. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura em debate: questões conceituais metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

TAMBARA, Elomar. O Estado, Igreja e Educação no Brasil - do Regalismo ao Ultramontanismo (1870/1935). **28ª Reunião Anual da Anped**. Disponível no sítio: <www.anped.org.br>.

Linguagens, Educação e Sociedade. Ano 11, n. 14, jan./jun. 2006. Revista de divulgação Científica do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí.

_____. Profissionalização, Escola Normal, Feminização: Magistério Sul-Rio-Grandense de Instrução Pública- 1880-1935. In: GARCIA, HYPOLITO, VIERA, Maria Manuela Alves, Álvaro Moreira, Jarbas Santos (Org.). **Trabalho Docente: formação e identidade**. Pelotas: Seiva, 2002.

_____. Profissionalização, Escola Normal, Feminização: Magistério Sul-Rio-Grandense de Instrução Pública-XX. **Revista História da Educação**. Pelotas, ASPHE/FAE/UFPel, p. 35-, . 1998.

_____. QUADROS, Claudenir de; BASTOS, Maria Helena cCâmara. A Educação (1930-1980). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coordenação Geral); GERTZ, René (Diretor do Vol.). **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). V. 2, n. 3, 1998.

TANURI, Leonor. **O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890-1930**. São Paulo: FEUSP, 1979.

_____. História da Formação de Professores. In: **Revista Brasileira de Educação**, maio/jun./jul./ago. 2000, nº 14, p. 61-88. São Paulo.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. 2001. 296f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

TORRES, Rosa Maria. **Educação e imprensa: o educativo como desafio jornalístico**. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 55).

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 31-50, jan./jun. 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura material escolar. In: Congresso Brasileiro de História da Educação. 1. 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação/UFRJ, 2000.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: Oliveira, Marcus Aurélio Taborda de (org.). **Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Aurélio, 2007.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. **A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

_____. Construtores de uma pedagogia à brasileira: Felisberto de Carvalho e Francisco Alves, um encontro gerador. In: **SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL**, 1., 2004, Rio de Janeiro: FCRB- UFF/PPGCOM - UFF/LIHED, 2004.

VIÑAO FRAGO, Antonio & ESCOLANO, Augustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP& A. 1998.

WARDE, Mirian J.; CARVALHO, Marta M. C. de. Política e cultura na produção da história da educação no Brasil. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 9-33, 2000.

XAVIER FILHA, Constantina. **Discursos da identidade**: imprensa feminina e narrativas de mulheres-professoras brasileiras e portuguesas na segunda metade do séc. XX SP. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 2005.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990.

YOUNG, Michael F.; YOUNG, Michael F. D. An approach to the study of curricula as socially organized knowledge. In: YOUNG, Michael F. D. (Ed.) **Knowledge and control**: new directions for the sociology of education. London: Collier-Macmillan, 1971.

ZACCUR Edwiges. Professora pesquisadora: ontem, hoje e sempre Disponível em: <<http://www.lab-duimagem.pro.br>>. Acesso em: jun. 2010. Comunicação apresentada no **II Seminário Internacional**: As Redes de Conhecimento e a Tecnologia, 2003.

ZOTTI, S. A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: Autores Associados/Plano, 2004. 240p.

FONTES USADAS:

Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais organizado na data de seu cinquentenário. 1898 -1948.

Jornal Stella Maria (além dos números analisados, o nº 138, de 1952, p. 16-17, Caderno Especial).

Livro de termo de Visitas e Fiscalização - (1916-1939).

Livro de Matrículas do Instituto Normal Colégio Nossa Senhora das Dores, (1932-1953), 101fs.

Livro de termo de Promoção dos 2º anos do curso normal - (1935-1963) v. 1

Livro de termo de Promoção dos 3º anos do curso normal - (1935-1975) v. 2

Livro Atas de exames - Colégio Nossa Senhora das Dores (1937-1946).

Livro de Observações Magisteriais - Colégio Nossa Senhora das Dores - (1937-1961).

Livro ata de reunião de professores - Colégio Nossa Senhora das Dores - (1934-1950), 50 fs.

Livro de Médias mensais do 3º ano de - Colégio Nossa Senhora das Dores - (1940-1947).

Livro atas de Fiscalização - Colégio Nossa Senhora das Dores - (1940-1950), 100 fs.

Livro Ata de Reunião de Professores de 1941.

Livro de Provas Orais-(1942-1944).

Livro de Documentação- Arquivo do Colégio, Relatórios da Santa Casa de Misericórdia, Informações verbais e da Irmã Germana Jardim.

Revista Educando-(1940-1946).

Revistas de Ensino de Minas Gerais-(1925-1940).

Revista de Ensino do Rio Grande do Sul-(1939-1940).

ABRAS, Maria Cecília de Medeiros

Lendo no Jornal *Stella Maris* (1938-1945) as marcas de formação de professoras em uma escola normal católica de Minas Gerais / Maria Cecília de Medeiros Abras – Campo Grande, MS: 2010

124f; 30cm

Orientadora: Eurize Caldas Pessanha

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Centro de Ciências Humanas e Sociais.

1. Formação de professores. 2. História da educação. 3. Periódicos educacionais e escolares – Tese. I. Pessanha, Eurize Caldas. II. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas. III. Título.